



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

PAULO ROBERTO SPINA

**O MOVIMENTO PASSE LIVRE SÃO PAULO: DA SUA FORMAÇÃO AOS
PROTESTOS DE 2013**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, sob a orientação da Prof^a Dr^a Débora Alves Maciel e sob a coorientação do Prof. Dr. Henrique Parra.

GUARULHOS

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

PAULO ROBERTO SPINA

**O MOVIMENTO PASSE LIVRE SÃO PAULO: DA SUA FORMAÇÃO AOS
PROTESTOS DE 2013**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, sob a orientação da Prof^a Dr^a Débora Alves Maciel e sob a coorientação do Prof. Dr. Henrique Parra.

GUARULHOS

2016

SPINA, Paulo.

O Movimento Passe Livre São Paulo: da sua formação aos protestos de 2013 / Paulo Roberto Spina - 2016.

139f.

Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2016

Orientação: Profª Drª. Débora Alves Maciel

Coorientação: Prof. Dr. Henrique Parra

Título em inglês: The Free Fare Movement São Paulo (MPL São Paulo) in June 2013 protests.

1. Movimentos Sociais
2. Protestos de 2013
3. Movimento Passe Livre.
4. Confronto Político.

Paulo Roberto Spina

**O MOVIMENTO PASSE LIVRE SÃO PAULO: DA SUA FORMAÇÃO AOS
PROTESTOS DE 2013**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, sob a orientação da Prof^a Dr^a Débora Alves Maciel e sob a coorientação do Prof. Dr. Henrique Parra.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Débora Alves Maciel

Coorientador: Prof. Dr. Henrique Parra

Aprovado em:

Prof^a Dr.^a Esther Solano Gallego

Unifesp

Prof. Dr. Luciano Pereira

Unicamp

Agradecimentos

Esta dissertação de mestrado, assim como a organização de um protesto, foi uma ação coletiva compartilhada em que o resultado só foi possível a partir de diversas interações com múltiplos atores. O desafio aqui é agradecer muitíssimo a todos estes.

Não tenho palavras para agradecer a meus orientadores Débora Alves Maciel e Henrique Parra. Foi um longo caminho em que eles me ensinaram não somente questões acadêmicas, mas, sobretudo, a ter humildade diante do conhecimento sociológico, a deixar as certezas para buscar as dúvidas. Foi um privilégio ser orientando de vocês.

Meu muito obrigado aos professores que participaram da banca de qualificação e da defesa Luciano Pereira e Esther Solano e também aos funcionários da secretaria de pós-graduação Daniela Gonçalves e Rafael Ferreira.

Agradeço aos amigos do grupo de estudos de Movimentos Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP, Rodrigo, Alice, Marcelo e Gustavo. Deste grupo agradeço também à Patrícia Rezende que me ajudou muito com as transcrições.

Agradeço a todos do grupo de estudos Pimentalab também na UNIFESP.

Agradeço a todos e todas ativistas das organizações Primeiro de Maio, Fórum Popular de Saúde e da Primeira Oposição por compartilharem esperanças, vivências de luta, ideias e pelo apoio constante na realização deste trabalho.

Agradeço também aos diversos ativistas de uma coalização de confronto político que existiu denominada de “Se não tiver direitos não vai ter Copa”, pois foi a partir deste confronto e de inúmeras conversas que o projeto de pesquisa foi formulado.

Obrigado aos amigos Patrícia Lemos e Ari Solon, leitores da minha pesquisa que ajudaram com críticas e sugestões. Também agradeço a Larissa Higa pela ajuda com traduções.

Agradeço ao meu amigo Heitor que, além de leituras, acompanhou e incentivou pesquisa cotidianamente.

E de maneira especial agradeço a toda minha família pela compreensão com minhas ausências, pelo grande apoio, pela preocupação e pelo carinho. Agradeço aos meus pais José

Roberto e Ivonete pelo cuidado, por me incentivarem a lutar pelos sonhos. Agradeço à minha irmã Daniela pelo carinho. Agradeço muito aos meus filhos Larissa, Diego e Mell por estarem sempre junto, pela compreensão, pelo amor e pela alegria.

Agradeço muitíssimo ao meu amor Lígia. Obrigado pelo entusiasmo, pelas inúmeras conversas, pelas inúmeras leituras, pela revisão do trabalho, pelos planos compartilhados, pela cumplicidade, mas, sobretudo, pelo amor e companheirismo de todos os dias. Eu te amo.

Meu último agradecimento então é para os ativistas que fizeram história, organizando as primeiras mobilizações de junho de 2013.

RESUMO

A dissertação analisa, com base na teoria do confronto político, o Movimento Passe Livre São Paulo (MPL São Paulo) em duas perspectivas. A primeira focaliza a formação do movimento a partir do estudo de trajetórias de ativistas em suas conexões com espaços de mobilização global e local. A segunda perspectiva analisa a mobilização e as interações do MPL São Paulo nos protestos de junho de 2013. Dois problemas analíticos orientaram a investigação: o do processo de aprendizado de performances e o de dilemas estratégicos de movimentos iniciadores em ciclos de protesto. O argumento do trabalho é o de que a análise dos protestos organizados pelo MPL São Paulo em 2013 requer a compreensão de dois processos sócio políticos de aprendizado de performances com temporalidades distintas. Um, de mais longa duração está relacionado à formação do MPL nacional, na conexão entre os repertórios autonomista e socialista. O outro, de mais curta duração, está relacionado à seleção de táticas de confronto frente a diferentes dilemas estratégicos emergentes nas três fases do ciclo de protesto. Na fase antecedente dilemas sobre como interpretar as oportunidades políticas e ameaças, na fase de mobilização dilemas sobre como expandir a participação de novos atores nos protestos e modificar a relação de tempo e espera com os detentores do poder e na fase de difusão como interagir com a entrada de novos atores e novas reivindicações nos protestos. Em ambos os processos, o de longa e o de curta duração, ativistas do MPL São Paulo adaptaram e inovaram os repertórios historicamente disponíveis.

Palavras chave: Movimentos Sociais. Ciclo de protestos. Movimento Passe Livre. Performance de Confronto. Protestos de junho de 2013.

ABSTRACT

This master's thesis analyzes São Paulo's Movimento Passe Livre (São Paulo MPL) from two perspectives based on Contentious Politics Theory. The first perspective focuses on the formation of the movement through the study of activists' trajectories in their connections with larger global and local movements. The second perspective analyzes the movement and MPL São Paulo's interactions during the June 2013 protests. Two analytical problems guided the research: their performance-learning process and the initiators movements' strategic protest cycle dilemmas. This master's thesis argues that the analysis of the protests organized by MPL São Paulo in 2013 requires an understanding of two socio-political performance-learning processes with different time frames. The first and long-term process is the formation of the national MPL, the connection between autonomist and socialist repertoires. The other, a short-term process, is the selection of confrontational tactics in the face of different emerging strategic dilemmas during the three phases of the protest cycle. For the first phase, this paper analyzes dilemmas about how to interpret political opportunities and threats; for the mobilization phase, this paper analyzes dilemmas on how to expand the participation of new actors in the protests and modify the relationship of time and waiting with those in power; and for the dissemination phase, this paper analyzes the interaction with the entry of new actors and new demands during the protests. In both cases, the long-term and the short-term, MPL São Paulo's activists adapted and innovated using historically available repertoires.

Keywords: Social movements. Protest cycles. Movimento Passe Livre. Contentious performance. June 2013 protests.

Sumário

Sumário.....	8
Introdução.....	9
1. Desvendando os protestos de junho de 2013	13
1.1 Interpretações sobre junho de 2013	13
1.2 Estudando o ciclo de protesto: a perspectiva do confronto político.	23
1.3 Investigando o MPL São Paulo e suas interações nos protestos de 2013.....	26
2. O processo de formação do Movimento Passe Livre nacional	34
2.1 Entre o local e o global: espaços de mobilização e repertório.....	34
2.2 Coalizões e repertórios em protestos locais pelo transporte público	41
2.2.1 A Revolta do Buzu	41
2.2.2 A Revolta da Catraca.....	43
2.3 Do protesto local ao movimento nacional	48
3. O MPL São Paulo.....	56
3.1 Ativistas de São Paulo	56
3.2 Formas de organização do MPL São Paulo: atores, alianças e espaços de mobilização.....	61
3.3 Protestos do MPL São Paulo	64
4. O MPL São Paulo nos protestos de 2013	71
4.1 Fase de mobilização.....	78
4.2 A difusão dos protestos.....	91
4.3 O descenso	110
Considerações finais.....	121
Referências	126
Apêndice A.....	136
Apêndice B	137

Introdução

No dia 11 de junho de 2013, na cidade de São Paulo, manifestantes se concentraram na Avenida Paulista para mais um protesto organizado pelo Movimento Passe Livre São Paulo (MPL São Paulo) contra o aumento nas tarifas do transporte. A manifestação ocorreu sob chuva e, ao som de baterias, os manifestantes caminhavam e gritavam: “Vem, vem, vem pra rua vem contra o aumento” ou “Mãos para o alto, três e vinte é um assalto”. O protesto se dirigiu para o maior terminal de ônibus da cidade, mas a polícia impediu a entrada. Diante do impasse a polícia disparou bombas de efeito moral, houve dispersão dos manifestantes e reagrupamento em diversos pontos. O protesto que começou unificado, dividiu-se em grupos menores que continuaram nas ruas. O movimento que convocou os protestos tentou encerrar a manifestação, mas muitos manifestantes continuaram em direção à Avenida Paulista, resistindo por mais algumas horas à repressão, fazendo barricadas, quebrando vidraças de bancos e, até mesmo, atirando uma guarita policial para o meio da Avenida Paulista¹.

Este evento de protesto não foi um evento único no mês de junho de 2013. Foi parte de uma série de protestos organizados pelo MPL São Paulo, com performances não convencionais e interações violentas que trouxeram muitas pessoas para as ruas e se espalharam por todo o país, inclusive em locais no exterior. As características dos protestos de 2013 correspondem às características que definem um ciclo de protestos: uma escalonada na frequência e na intensidade das manifestações de protesto alastradas para setores menos mobilizados e para novas organizações, inovações criativas nas formas de protestar, suspensão de rotinas sociais e multiplicidade de interações entre atores participantes dos protestos. No interior do ciclo de confrontos existem fases diferentes da ação coletiva – fase antecedente, fase de mobilização, a difusão e o descenso (TARROW, 2009).

Os protestos de 2013 não foram expressão de um movimento social unificado, mas a abertura de um ciclo de confrontos (ALONSO e MISCHÉ, 2016). Desta forma, o MPL São Paulo seria, portanto, apenas um dos múltiplos atores e a revogação do aumento uma dentre tantas outras reivindicações. Entretanto, argumento neste trabalho que a condição para um ciclo de protestos é a impulsão dada por um movimento iniciador que identifica as oportunidades políticas, dispara as primeiras mobilizações e demonstra fragilidades dos

¹ Relato baseado em anotações do caderno de observações.

detentores do poder. Assim como Bringel (2013), localizo estas características no MPL São Paulo.

Se o MPL São Paulo é um movimento iniciador, isto pode significar que os ativistas na sua percepção do contexto de oportunidades políticas se posicionaram de tal forma que o confronto político foi potencializado. Compreender este dilema existente na fase antecedente do ciclo, sobre as interpretações do movimento iniciador e sua relação com o planejamento das performances faz parte dos objetivos.

Na fase de mobilização, o principal dilema do MPL São Paulo foi como expandir a participação de novos atores nos protestos. Já a difusão do confronto aconteceu, sobretudo, através das performances do movimento que levaram a interações diversas com outros atores, principalmente, com a polícia. Investigar quais foram estas interações do movimento iniciador com a polícia, com aliados, com a imprensa, com os demais manifestantes e com os detentores do poder durante o ciclo de confrontos são justificativas para aprofundar o estudo da formação do MPL São Paulo, assim como das suas interações nos protestos de 2013.

Valendo-se da Teoria do Confronto Político (TCP) (MCADAM, TARROW, TILLY, 2009) e de sua agenda de pesquisa sobre as formas e as dinâmicas dos protestos, o objetivo central é investigar o MPL São Paulo no interior do ciclo de protestos de 2013. Analisar o movimento iniciador torna-se importante para entender: as performances do MPL São Paulo e as suas interações; aprofundar o entendimento sobre a irrupção do ciclo e compreender a difusão dos protestos. Estudos baseados na TCP, ao privilegiar analisar o ciclo como um todo, não têm investigado os movimentos iniciadores.

Um elemento importante desta análise é a compreensão das performances de confronto do MPL São Paulo, desde as influências internacionais e nacionais até as dinâmicas locais que resultaram em adaptações e inovações nos protestos de junho de 2013. O problema que perpassa o trabalho é: como as performances de confronto e as formas de organização do MPL São Paulo foram sendo adaptadas e inovadas em 2013? De que modo estas performances de confronto e de organização são aprendidas e inovadas pelos ativistas?

Parto da hipótese da existência de dois processos sócio políticos de aprendizados das performances: o primeiro, mais longa duração, vem desde antes da criação do MPL nacional, com suas ligações tanto com o repertório autonomista (a partir de movimentos internacionais e processos de luta nacionais como a “Revolta do Buzu” e “Revolta da Catraca”) quanto com repertórios socialistas (a partir da relação prévia de ativistas com organizações, movimentos e

partidos políticos). O segundo processo de aprendizagem é de mais curta duração, acontece nas ruas e orienta a escolha de performances nas diferentes fases dos protestos envolvendo adaptações e inovações de acordo com as diversas interações durante o ciclo de protestos.

Em outras pesquisas, e também em artigos de jornais, o movimento MPL São Paulo é denominado apenas como MPL. Porém, nesta pesquisa, se faz necessário um detalhamento que diferencia a articulação nacional fundada em 2005 (MPL nacional) e o grupo, parte desta articulação, que foi protagonista em 2013 (o MPL São Paulo).

Esta pesquisa se concentrou nos protestos convocados pelo MPL São Paulo defendendo a revogação do aumento em vinte centavos das tarifas de transporte público na cidade de São Paulo (ônibus, metrô e trens). A análise das interações acontece a partir da descrição detalhada dos protestos através de uma etnografia política com análises de vídeos, fotos, notícias, caderno de observações e entrevistas. Foram dezessete protestos analisados entre maio de 2013 e junho de 2014.

As interações violentas e a polícia, ao jogar bombas de efeito moral e fazer disparos de balas de borracha indiscriminadamente em manifestantes, pessoas que não participavam nos protestos e jornalistas, contribuíram para que a grande imprensa – que nos primeiros protestos fazia o enquadramento de manifestantes vândalos – modificasse sua narrativa passando a fazer distinção entre manifestantes pacíficos e vândalos. Desta forma, destrinchar a interação movimento *versus* polícia e as disputas de significados são passos importantes para compreender o confronto político de junho de 2013.

Deste modo, um objetivo geral deste estudo é aprofundar aspectos sobre movimentos iniciadores, desde o caminho de formação das suas performances ou interpretações inovadoras até seus dilemas no interior de um ciclo de confrontos com a finalidade de disputar as versões e interpretações sobre o ciclo de protesto iniciado em junho de 2013.

A dissertação está organizada em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta algumas interpretações dos protestos de junho de 2013, a metodologia da pesquisa e os conceitos da teoria do confronto político que serão utilizados: ciclo de protestos, oportunidades políticas e ameaças, movimento social, movimento iniciador, repertórios e performances de confronto e difusão.

O segundo capítulo é dedicado a compreender o contexto anterior à formação do MPL nacional, as influências do ciclo de protestos por justiça global, os primeiros confrontos locais com a pauta dos transportes e, por fim, a fundação do MPL nacional.

No capítulo três a investigação se volta especificamente para a compreensão do contexto de formação do movimento em São Paulo, com atenção para as conexões realizadas por ativistas e os confrontos entre os anos de 2005 e 2012.

Com esta análise sobre os antecedentes do movimento iniciador avançamos no capítulo quatro para compreender a irrupção dos protestos de junho de 2013, com foco nas interações que envolveram o MPL São Paulo nas diferentes fases do ciclo.

1. Desvendando os protestos de junho de 2013

Milhares de pessoas vieram para as ruas no ciclo de protesto iniciado em junho de 2013, multiplicando as interações entre movimentos, manifestantes, imprensa, detentores do poder, forças repressivas e o público em geral, impactando significativamente o contexto político brasileiro.

Muitas interpretações foram sendo produzidas sobre junho de 2013. Algumas destas foram formuladas na intensa disputa de significados que aconteceu ainda mesmo com os protestos nas ruas. Outras interpretações foram elaboradas e publicadas a partir de estudos acadêmicos, com diferentes abordagens, que analisaram aspectos dos protestos. Na primeira parte deste capítulo, selecionamos algumas destas interpretações acadêmicas – que têm relação com as indagações desta pesquisa – para serem discutidas e analisadas.

O referencial conceitual utilizado é a Teoria do Confronto Político (TCP). Iremos, na segunda parte do capítulo, aprofundar os conceitos de movimento social, movimento iniciador, ciclo de protestos, oportunidades políticas e ameaças, repertório e confronto, performance de confronto e difusão. Apresentaremos também as possibilidades e limites da TCP para argumentar sobre as perguntas, objetivos e o foco da pesquisa. Por fim, detalharemos a metodologia utilizada, as fontes, os procedimentos de construção e organização dos dados.

1.1 Interpretações sobre junho de 2013

Ainda em 2013, mas principalmente nos anos seguintes, muitas interpretações com base em estudos acadêmicos foram produzidas referentes a junho de 2013. Para analisar as diferentes interpretações foram adotados dois processos: o primeiro foi a seleção de interpretações acadêmicas ligadas às ciências sociais ou áreas afins divulgadas nas formas de artigo ou livro. O segundo processo foi a criação de um banco de dados através das seguintes variáveis: caracterização da obra, desenho e abrangência da pesquisa, metodologia quantitativa e qualitativa, o tipo de fonte de informação, nomeação do fenômeno, o foco principal da pesquisa, o modelo analítico e a tônica principal da análise.

O banco de dados da revisão bibliográfica é composto por uma seleção de 24 obras, sendo 17 artigos e 7 livros. Foi realizado através de um levantamento bibliográfico de artigos acadêmicos nos acervos on line do Scielo e, também, através do Google Acadêmico; em um processo bola de neve (*snow ball*)² buscou-se novas referências nas bibliografias encontradas. As palavras chaves utilizadas foram MPL, MPL São Paulo, protestos de 2013, manifestações de junho e junho de 2013. Referente aos estudos encontrados sobre os protestos de Junho de 2013 no Brasil foram privilegiadas pesquisas empíricas das ciências sociais para serem analisadas neste trabalho.

A grande maioria das análises tem dois pontos em comum: analisa o protesto a partir da perspectiva nacional, mas com ênfase nas manifestações na região sudeste, e utiliza variados termos para nomear o fenômeno. Esta variação na nomeação – junho, jornadas de junho, manifestações de junho, rebeliões, revoltas, protestos de junho de 2013, manifestações de rua de 2013, manifestações, ciclo de protestos, levante e acontecimentos de junho – indica também que as interpretações e análises não são consensuais.

Para serem analisadas nesta dissertação, foram selecionadas 14 destas interpretações sobre os protestos de junho de 2013. Esta seleção foi realizada considerando as interpretações que contribuem para delimitar e aprofundar elementos do problema desta pesquisa.

Uma das primeiras interpretações realizadas foi do autor Marcos Nobre (2013). O autor apontou que, apesar de um “sistema político blindado e amorfo”, surgiu das ruas uma nova cultura política democrática em contraposição à forma de fazer política existente. O autor nomeou os protestos de junho de 2013 como as “Revoltas de Junho” e enfatizou que a nova cultura política fez tanto uma crítica ao sistema partidário existente – marcado pelo conservadorismo e pelos acordos fisiologistas, que o autor chamou de “pemedebismo” – quanto à própria forma de organização do partido (NOBRE, 2013).

Esta interpretação, por ser muito próxima dos protestos não pode analisar alguns desdobramentos como, por exemplo, o período eleitoral do ano seguinte. O autor apontou que os protestos significaram o rompimento da blindagem do sistema político, entretanto, parece se apressar ao enfatizar o surgimento de uma nova cultura política, pois esta interpretação sintetiza a multiplicidade dos manifestantes e das interações em algo unificado. O próprio termo que o autor utiliza para nomear os protestos – revolta – dá o mesmo entendimento de

² Conforme (BECKER, 1999).

unificação dos manifestantes, não abarcando as inúmeras nuances que marcaram os protestos de junho de 2013 que se desdobraram em intensas disputas de significados posteriores.

Já Antunes e Braga (2013) explicaram a explosão dos protestos a partir de processos nacionais articulados com processos internacionais, caracterizados pela mundialização das lutas sociais ampliadas pela crise estrutural de 2008, que aumentou a precarização do trabalho e intensificou o desemprego. No contexto nacional ressaltaram a hegemonia petista baseada em dois consentimentos populares: cooptação de lideranças ligadas às lutas sociais e políticas voltadas para setores empobrecidos, como o Programa Bolsa Família. Segundo os autores, os protestos de junho trouxeram a percepção dos limites deste modelo e impactaram este consentimento, evidenciado – segundo os autores – pelo papel chave que trabalhadores precarizados tiveram no que eles chamaram de “rebeliões de 2013”. Definem o movimento das ruas como de massa, polissêmico e multiforme. Segundo os autores, as rebeliões derrubaram o mito de que o Brasil havia se tornado um país de classe média caminhando para o desenvolvimento. Eles defendem que ciclo de manifestações demonstrou uma profunda inquietação com a reprodução de todo o sistema político representativo nacional (ANTUNES e BRAGA, 2013).

Os autores fazem importantes ressalvas quanto às diferenças entre os manifestantes e, também, entre os protestos de 2013 e outros na história brasileira. Entretanto, os autores, ao realizarem uma aproximação dos protestos no Brasil com a “mundialização das lutas sociais” – referindo-se aos protestos que aconteceram em diversos países depois da crise mundial de 2008 – apresentam poucos argumentos que evidenciem esta conexão.

Singer (2013) defende que participaram dos acontecimentos de junho tanto uma classe média tradicional quanto o que ele denomina como “novo proletariado”, que são trabalhadores jovens com baixa renda – o que os autores acima, Antunes e Braga (2013), denominam de “preariado”. Singer atribui ao MPL o aparecimento de uma nova esquerda em sintonia com protestos como os “Indignados” espanhóis ou “Occupy” dos EUA. Ressalta inovações políticas como a exposição apenas dos anseios coletivos e a recusa de exposições de subjetividades pessoais, por exemplo, em entrevistas. O autor afirma que o MPL, ao se recusar coerentemente a impor de cima o sentido das manifestações, abriu para visões muito diferentes da sua, o que modificou o sentido dos protestos – “o que havia sido um movimento da nova esquerda passou a ser um arco-íris” (SINGER, 2013). O autor, ao concentrar sua análise nos aspectos ideológicos que fizeram parte do protesto, defendeu que houve um cruzamento ideológico de esquerda e direita nas ruas com uma ressignificação dos protestos

por uma camada que se coloca ideologicamente no centro e que é formada por pessoas com demanda pós-materiais. Para Singer (2013) esta camada formada pelo novo proletariado não se definiu para qual lado vai pender e entender como será sua reação a este cruzamento ideológico é um dos desafios para interpretar os acontecimentos de junho.

A partir da TCP verificamos que aconteceu nas ruas um cruzamento de manifestantes com influências de diferentes repertórios. Esta diferença de repertórios corresponde a diferenças ideológicas citadas por Singer (2013). Sobre a relação do MPL com uma “nova esquerda, em sintonia com aquela do Occupy Wall Street norte-americano e com os Indignados espanhóis” não encontramos evidências desta conexão. No entanto, isto não significa que não existam similaridades entre estes movimentos contemporâneos, mas, ao aprofundarmos as conexões de ativistas, pautas e repertórios identificamos influências comuns com o ciclo de protestos por justiça global.

A partir da análise das interações do MPL São Paulo nos protestos foi possível verificar que a afirmação de Singer (2013) sobre o movimento ter recusado impor de forma hierárquica sentido às manifestações era principalmente uma declaração ativista, mais do que uma prática política, pois a atuação do movimento, desde o planejamento das ações, visava justamente coordenar as ações em direção à revogação da tarifa. “Perder o controle” – expressão esta utilizada constantemente pelos ativistas do MPL São Paulo – não significava recusar a impor um sentido aos protestos, mas era o próprio sentido dos protestos.

Pimentel e Silveira (2013) defendem que os protestos criaram um espaço híbrido entre as ruas e as redes e analisaram os protestos a partir das ações realizadas na rede social Facebook, pois os protestos convocados pelo MPL São Paulo tinham ‘eventos’ agendados nesta rede social digital. Os autores fizeram o levantamento de confirmações de participação nos atos dos dias 6, 7, 11 e 13 de junho. Foram respectivamente 20.500, 6.200, 13.000 e 28.000 perfis que confirmaram. O foco da análise dos autores se dá na mudança nos centros difusores de informação, que em movimentos tradicionais são mais verticalizados e concentrados, mas, no caso de junho de 2013, o padrão de comunicação foi horizontal, com adesão distribuída, dissolvendo-se a divisão entre ativistas e base social mobilizada. Defenderam que partidos e sindicatos perderam o posto de intermediário privilegiado de convocação e organização de multidões e a mídia de massas perdeu o monopólio de interpretação dos acontecimentos. Os autores apontam que, cada vez mais, redes de opinião enfrentarão outras redes de opinião.

Estes espaços das redes ganharam importância na convocação dos protestos, na difusão das ações coletivas e na produção de novas interpretações sobre os significados das interações. Porém, os autores Pimentel e Silveira (2013), ao enfatizar os impactos destes novos padrões de comunicação, diminuíram excessivamente o papel de sindicatos, partidos e, também, das mídias de massas. Na análise do MPL São Paulo a partir da TCP vimos que esses elementos tiveram papéis importantes sim, como pretendo mostrar adiante.

Já Marcelo Kunrath Silva (2014) é mais cauteloso ao sugerir que o ciclo de protestos de 2013 parece indicar que as tecnologias de informação e comunicação estariam possibilitando formas de ação menos dependente das organizações ou de ativistas mediadores. No mesmo sentido, Malini et al. (2014) escreveu que a produção colaborativa de narrativas através das novas tecnologias modificou a produção da informação, transformando a ação coletiva e o confronto político. Ressalta o uso das tecnologias e o rápido compartilhamento de informação como formas inovadoras de ação romperam o monopólio da mídia tradicional em passar uma informação homogênea.

Para Raquel Recuero et al. (2014), a utilização das redes sociais na organização e na reverberação dos protestos é uma grande diferença das manifestações de 2013 em relação às anteriores. A autora analisa mais especificamente a rede social Twitter e aponta a centralidade de menções a protestos em São Paulo e no Rio de Janeiro – #protestosp e #protestorj – e também dois fios condutores das narrativas: o discurso narrativo, contando fatos em tempo real, e o discurso que denomina de “panfletário”, com palavras de ordem relacionadas ao protesto. Estas evidências que diferenciam em dois tipos as narrativas no Twitter demonstram que as redes sociais digitais ampliaram a multiplicidade de variáveis nas disputas de significados.

Rudá Ricci e Patrick Arley (2014), através do estudo de caso, analisou as Assembleias Populares Horizontais (APH) nos protestos de Belo Horizonte. Seu trabalho problematiza duas formas de narrativas sobre junho: uma com lógica formal, linear e cumulativa e outra descontínua e polissêmica, que por vezes não leva a um encadeamento preciso, mas considera características das manifestações como a organização em rede, o confronto com a ordem, a carnavalização política, a violência como elemento constitutivo das manifestações, a autonomia e a horizontalidade. Um argumento de sua análise aponta para uma divergência geracional com confronto de duas lógicas de organização societárias. A primeira lógica organizacional clássica do século XX, verticalizada, hierárquica, com lideranças e

permeabilidade institucional. A segunda lógica organizacional identificada com o século XXI e com suas manifestações de rua, como as brasileiras em junho de 2013. Tem características de organização em rede, com estruturas mais flexíveis, descentralização, formas horizontais sem lideranças e com pouca permeabilidade institucional.

Ricci e Arley (2014) identifica diferenças nos protestos e as relaciona com diferenças nas gerações de ativismo. As diferenças nas formas de confronto existiram realmente nos protestos de 2013, mas a partir da TCP, a idade ou as gerações são insuficientes para explicá-las, como mostrarei mais adiante.

Dowbor e Szwako (2013) fazem uma pesquisa empírica com dados anteriores a junho de 2013, a partir dos usos cênicos nas performances de confronto. A hipótese dos autores é que a luta pelo passe livre transbordou as performances do MPL ocasionando um ciclo de protestos, em que a difusão aconteceu devido à vitimização do movimento no confronto violento com a polícia no protesto do dia 13 de junho de 2013. A interpretação dos autores ao identificar os protestos de junho de 2013 como um ciclo de protestos e a hipótese para a difusão parecem ser apontar um interessante caminho de investigação. A explicação sobre a difusão dos protestos precisa de mais elementos para ser confirmada, sobretudo por duas razões: a argumentação não explica o crescimento tanto do número quanto de comprometimento dos manifestantes em protestos anteriores ao confronto violento com a polícia; e, também, os autores não consideram os sinais já existentes anteriormente de apoio popular, como veremos adiante na disputa de significados pelos protestos.

Solano, Manso e Novaes (2014) analisam os manifestantes adeptos da tática Black Bloc em protestos posteriores a junho de 2013 e identificam o perfil heterogêneo que os compõe. A maioria deles, segundo os autores, tem conhecimento sobre a tática e se envolveu nas formas de ação Black Bloc a partir das ações e reações dos protestos de junho. São de inspiração anarquista, mas, principalmente, sentem-se indignados com as condições precárias do estado brasileiro. A radicalização foi uma expressão de repúdio, pois a violência – para a maioria deles – é portadora de significado e foi considerada como única forma de obter mudanças (SOLANO, E.; MANSO, B. P; NOVAES, W., 2014). Os autores focaram a análise nos protagonistas de uma performance em específico e não nas interações, desta forma o diálogo entre a relação destes atores com o contexto de oportunidades políticas e ameaças precisam ser aprofundados.

Ortellado (2013) enfatiza que os protestos de junho tiveram, de um lado, manifestações difusas sem orientação para resultados e, de outro, a luta contra o aumento da

tarifa conduzida pelo MPL, com sentido tático e estratégico. O autor aponta um importante caminho investigativo ao defender que a estratégia do MPL não foi um processo momentâneo, mas sim um acúmulo de aprendizado de lutas anteriores, que combinou a valorização do processo, principalmente elementos não hierárquicos nas formas de coordenação estratégica, com orientação para resultado. No entanto, a justaposição realizada pelo autor dos “novos movimentos sociais” com o MPL precisa ser aprofundada, assim como do confronto político brasileiro pela revogação da tarifa com mobilizações internacionais recentes.

Tatagiba (2014) compara os protestos de 2013 com os ciclos de confrontos políticos nacionais das Diretas Já (1984) e pelo impeachment do Collor (1992) em três eixos: a construção simbólica dos protestos; a infraestrutura de mobilização e as performances de confronto. Ao identificar inovações nos protestos de 2013, a autora problematiza estas inovações argumentando que nos protestos de 2013 houve significativa mudança na infraestrutura de mobilização, com diminuição da importância da participação dos partidos e aumento de uma participação auto expressiva, estimulada pelo MPL. Sugere a hipótese de que a principal inovação dos protestos de 2013 em relação aos ciclos anteriores foi o uso da violência nas ações coletivas. Todavia, esta hipótese desconsidera processos de confrontos políticos violentos acontecidos no ciclo das Diretas Já, como os motins, em abril de 1983, que impactaram o sentido das articulações políticas e ideológicas gerando tensões sobre as concepções de democracia (NAPOLITANO, 1995). Mas, ao identificar semelhanças e ressaltar modificações entre os ciclos, a autora segue uma linha investigativa promissora com a necessidade de aprofundar as explicações sobre como e porque estas diferenças aconteceram.

Bringel (2013) analisa o “levante de junho” (termo do autor) enfatizando que vários repertórios de ação coletiva, diferentes atores e militâncias múltiplas convergiram nas ruas. Para o autor, o MPL foi o movimento iniciador que identificou brechas e disparou a mobilização, mas foi ultrapassado por movimentos derivados que não tinham laços fortes com ele. Este processo foi nomeado pelo autor como desdobramento societário, questionando o autor McAdam (1995), para quem a difusão dos protestos aconteceria mais facilmente para setores com ligações com o movimento iniciador. Bringel, ao enfatizar no desdobramento societário a entrada de retardatários não aliados do MPL nos protestos, não problematiza movimentações de setores que tinham elo com o movimento, como, por exemplo, o

Movimento dos Trabalhadores Sem Teto³ (MTST). Todavia, a explicação de Bringel (2013) que um novo tipo de ação política com protagonismo individual, difuso e rizomático⁴ influenciaram a dinâmica dos protestos indica um caminho de análise que retomaremos adiante.

Para as autoras Alonso e Mische (2016) os protestos de junho de 2013 são a maior onda de protestos em duas décadas no Brasil e elas o analisaram olhando para os padrões históricos brasileiros e para as tendências mais amplas dos protestos globais. Identificaram cinco mudanças nas avaliações políticas e ameaças: o ciclo recente de protestos globais, que se iniciaram a partir de 2008, mas que tiveram assensos em 2011 e 2013, com uma continuidade quanto às performances autonomistas do ciclo de protestos por justiça global; a existência de megaeventos no Brasil, como a Copa das Confederações gerando oportunidades discursivas sobre as prioridades de investimento do Estado; o enfraquecimento do PT e os limites da sua política, principalmente entre os mais jovens que o identificavam como *status quo*; o modelo mais fechado de interação do governo Dilma com os movimentos sociais em relação a governos anteriores; e o repúdio à resposta violenta da polícia nos primeiros protestos. Este último elemento as autoras identificam como responsável pela mudança de escala.

Os movimentos para quem este acesso ao governo federal tornou-se mais fechado na gestão de Dilma não tiveram protagonismo em junho de 2013 e fizeram parte apenas como movimentos retardatários com pouco protagonismo. Portanto, a variável principal sobre a relação do acesso institucional com oportunidades políticas e ameaças esta nos níveis municipal e estadual, que não foram analisadas pelas autoras e que problematizaremos adiante.

Alonso e Mische (2016) utilizaram uma metodologia mapeando notícias de jornais, análises de mídias sociais e entrevistas com membros de grupos ativos nos protestos de São Paulo e argumentam que os protestos não eram unificados em um único movimento social, mas eram a abertura de um ciclo maior de protestos, que consiste em muitos e diferentes atores, questões, processos e resultados que mudaram rapidamente ao longo do tempo. Analiticamente, as autoras dividem os manifestantes em dois campos de ação estratégica⁵: um

³ O MTST não participou da fase de mobilização do ciclo, mas tinha relações com o MPL São Paulo e inclusive faziam reuniões em conjunto, de acordo com informações verbais da entrevista de BC, em março de 2016.

⁴ Termo que autor adapta da teoria filosófica de Gilles Deleuze e Félix Guattari e neste caso quer dizer múltiplas conexões estabelecidas de forma difusas entre os manifestantes.

⁵ O conceito de campo de ação estratégica foi formulado pelos autores Fligstein e McAdam (2012).

à esquerda do governo federal, com prevalência das performances autonomistas, e outro à direita do governo federal, com prevalência de performances patrióticas e identificam uma concorrência nos protestos entre os repertórios patrióticos e autonomistas, mas, também, com os socialistas.

Para Alonso e Mische (2016) são características do repertório socialista as demonstrações públicas de filiações organizacionais com bandeiras, faixas vermelhas, emblemas, camisetas com símbolos. Suas formas de organização são hierárquicas, a partir de coletivos de ativistas centralizados, com grande comprometimento e visibilidade para lideranças. O centro das reivindicações é crítica ao capitalismo e a desigualdade social baseada em classes. O repertório foi visível nos ciclos nacionais de protestos anteriores, a partir de ativistas ligados aos: movimentos populares, de trabalhadores, movimentos estudantis e de reforma agrária.

O repertório autonomista, segundo as autoras, apareceu para o mundo nos protestos em Seattle (1999) e foi predominante em todo o ciclo de protestos transnacional por justiça global, com expressão nos fóruns sociais mundiais. Este repertório é uma atualização das formas de protesto dos anarquistas do século XIX e do início do século XX. As formas de organização rejeitam lideranças e autoridade centralizada, combinam marchas não violentas com ações diretas de confronto e, também, táticas violentas de resistência (ALONSO E MISCHÉ, 2016).

O repertório patriótico é caracterizado por invocar o sentimento nacionalista com marchas, hinos, bandeiras e cores nacionais. Esteve presente nos dois ciclos de protestos anteriores – nas Diretas Já em 1984 e nos protestos do Fora Collor em 1992 – com formas de organização internamente hierárquicas.

Nos protestos de 2013, o campo a direita do governo federal foi denominado pelas autoras como campo patriótico, pela predominância deste repertório. As ações deste campo eram realizadas sem coordenação, pois os manifestantes consistiam em pessoas sem ativismo anterior que se juntaram de forma individual aos protestos. As cores utilizadas eram o verde e o amarelo, havia símbolos nacionais, como a bandeira e o hino nacional e os slogans eram nacionalistas como, por exemplo, “o gigante acordou”. O espaço da Avenida Paulista, utilizado em outros ciclos, era um local canônico identificado com este campo (ALONSO e MISCHÉ, 2016).

O campo à esquerda do governo federal foi nomeado por Alonso e Mische (2016) de campo autonomista, a partir do repertório predominante. Há uma clara delimitação de organizações que realizam campanhas sustentadas, que se identificam pelas formas horizontais, pela rejeição de hierarquias e lideranças formais. Neste campo privilegiam a tomada de decisão por consenso, a substituição do carro de som pelo chamado jogral, utilizam símbolos e ações performáticas ligadas aos protestos globais como a estética punk, a fanfarra e a ocupação de espaços simbólicos.

Os campos não eram puros ou exclusivos, pois ativistas misturavam ambos os repertórios em três eixos: o chamado a vir para as ruas; a expansão ou melhoria de serviços públicos e por impostos mais baixos. Os dados de entrevista de Alonso e Mische (2016) sugerem ainda que a hostilidade aos partidos vinha de ambos os campos e, portanto, foram multifacetadas. Em um sentido havia uma crítica à forma partido – em defesa de uma democracia direta. Já em outros manifestantes havia um desejo de unidade nacional acima da corrupção dos partidos e ainda um terceiro marcado pela predominância de ser contra o PT.

As autoras concluem que as manifestações eram ecléticas, sobretudo, em relação aos ciclos de protestos anteriores e ocorreu uma perda da posição predominante do repertório socialista. Ressaltam que, diferente do ciclo de 1992, as entidades estudantis, como a UNE a UBES, têm pouco protagonismo nos protestos de 2013. Entre os manifestantes dos campos autonomistas e patrióticos, apesar das inúmeras diferenças, há algumas semelhanças como o posicionamento contra o Estado, por mais autonomia da sociedade e um traço idealizado de vida comunitária em ambos (ALONSO e MISCHÉ, 2016).

Estas semelhanças entre os campos e o protagonismo individual dos manifestantes identificados pelas autoras no campo patriótico precisam ser aprofundados para um melhor entendimento desta divisão em campo de ação estratégica realizado pelas autoras. Esta utilização do referencial teórico de Fligstein e McAdam (2012) ainda carece de evidências empíricas que aprofundem a aplicação do conceito de campos de ação estratégicos e a relação com o confronto político e movimentos sociais.

Esta dissertação segue caminhos teóricos em sintonia com Alonso e Mische (2016). As análises anteriores interpretaram de diferentes perspectivas o ciclo de confrontos aberto em junho de 2013, mas não analisaram com profundidade o movimento iniciador que impulsionou o confronto político – o MPL São Paulo – e suas performances. Esta dissertação, através dos conceitos da TCP, pretende olhar com profundidade este movimento nas suas

interações, desde antes da sua formação como um movimento social, mas, sobretudo, no desenrolar do ciclo de protestos com foco nas escolhas e adaptações das performances de confronto.

1.2 Estudando o ciclo de protesto: a perspectiva do confronto político.

Pretendo agora relacionar dimensões de análises sobre os protestos de 2013 e o MPL São Paulo com os seguintes conceitos da Teoria do Confronto Político: oportunidades políticas e ameaças, movimento social, ciclo de protestos, movimento iniciador, repertório e performances de confronto.

A Teoria do Confronto Político foi formulada pelos autores McAdam, Tarrow e Tilly (2009), por meio de um mapeamento dos estudos sobre confronto político, que a partir da intersecção de conceitos, argumentos, métodos, fontes e citações relacionaram movimentos sociais, confrontos de rotina, ciclo de protestos, conflitos sindicais, revoluções com processos políticos em contextos distintos (MCADAM, TARROW e TILLY, 2009, p. 12). Desta forma, a TCP formulou conceitos que possibilitam que esta pesquisa compreenda, de forma relacional e interativa, tanto o MPL São Paulo, quanto o próprio ciclo de protestos iniciado em junho de 2013.

Movimento social é uma forma de ação coletiva confrontacional sustentada, com significados, símbolos e enquadramentos compartilhados em torno de um objetivo comum que exerça pressão ou influência sobre grupos poderosos no qual se encontram o campo de disputa (MCADAM, TARROW e TILLY, 2009). Os movimentos sociais realizam ações coletivas públicas ou campanhas que combinam reivindicações de grupos aos detentores do poder, com performances de confronto e demonstrações de que a população em questão ou os manifestantes são valorosos, unificados, numerosos e comprometidos.

Estes aspectos sintetizados pela sigla VUNC (valor, unidade, número e comprometimento) podem assumir formas variadas, mas sempre indicam – para os diversos atores envolvidos nas interações conflituosas – força ou fraqueza de uma ação coletiva (TILLY, 2010). Seguem alguns exemplos de VUNC indicando força ou fraqueza do MPL São Paulo: estudantes defendendo passe livre como um direito para se deslocarem para escola – há uma percepção de “valor” nesta atitude, pois o desejo de ir à escola é algo estimado pela

sociedade; uma bateria puxando músicas conhecidas pelos manifestantes contra determinado governo – indica que os manifestantes tem “unidade” em torno da mesma reivindicação; uma determinada manifestação convocada amplamente pelo movimento que tem um número pequeno de participantes – este “número” de participantes indica pouca capacidade de mobilização do movimento; manifestantes enfrentam a repressão da polícia e não desistem de continuar a demonstração – esta disposição de enfrentamento é um indicativo do “comprometimento” dos manifestantes.

As performances de confronto também são elementos dos movimentos sociais e são ações aprendidas, compartilhadas e realizadas pelos movimentos na interação com os opositores em um processo deliberado de escolha. Performances são unidades mínimas do repertório de confronto (TILLY, 2006).

Os repertórios são ações com padrões reconhecidos e recorrentes utilizadas no confronto político, que pertencem a grandes conjuntos de atores, se repetindo e se modificando em um prazo longo. Repertórios estão relacionados com memórias e também com as possibilidades de ação e interação nos confrontos políticos moldadas pela história, pela cultura, e pela sociedade (TILLY, 2006). Os repertórios só estão disponíveis para serem escolhidos porque suas performances responderam a necessidades em determinado contexto histórico de confronto político. Assim, as características de um repertório estão sempre ligadas às tarefas com as quais os usuários se defrontam, podendo ser bem sucedidas ou não. Por isso não são universais, não são privativos e não são atemporais. Tilly (2006), ao estudar diversos protestos em um grande espaço temporal, verificou que três aspectos interferem no agrupamento e nas mudanças de repertórios: o primeiro é a conexão das formas de confronto com aspectos que envolvem a vida social cotidiana, tais como os laços sociais e os meios que as pessoas têm para realizar as ações; o segundo aspecto refere-se às formas acumuladas de fazer confronto – que são aprendidas de significados compartilhados das interações sustentadas e podem tanto terem sido vivenciadas ou assistida de outros; um terceiro ponto está relacionado com o conceito de oportunidades políticas (TARROW, 1998) e de como o governo local pode proibir ou ameaçar de acordo com as formas de interações (TILLY, 2006, pp. 42-43).

As performances podem ser consideradas como: prescritas e parte das formas de se manifestar de determinada localidade; ou podem ser apenas toleradas em algumas situações; ou, ainda, podem ser proibidas, ou seja, ilegais em qualquer situação. As performances são continuamente inovadas e moduladas a partir das escolhas dos agentes e também a partir da

improvisação no calor das interações (TILLY, 2006, p.41). Na improvisação os atores as modificam conforme a relação com o público e as interações. Longe de espontâneo, o improviso é calculado e coordenado entre os participantes – que para produzir certo efeito – triam, suavizam, acentuam ou exageram constantemente (TILLY, 2006).

Para Tarrow (2009) as performances de confronto têm propriedades de desafio, incerteza e solidariedade. Como um químico que combina substâncias em determinadas condições de temperatura, os movimentos sociais escolhem e realizam performances, combinando suas propriedades e características de acordo com a temperatura das oportunidades políticas e ameaças. Os processos de escolha e definição das performances acontecem de diferentes maneiras e em diferentes momentos, de acordo com as formas de organização do movimento.

A combinação de campanha, performances e VUNC é uma forma consolidada de as pessoas realizarem confronto político de forma autônoma, modular e cosmopolita: autônoma porque não é dependente de autoridades intermediárias, ou seja, demandantes – com suas ações – confrontam diretamente a autoridade da qual demandam; modular porque as performances podem facilmente serem transferidas de lugares; e cosmopolita porque os confrontos podem ser realizados em escalas maiores do que a localidade, ultrapassando fronteiras, e, até mesmo, se tornando um ciclo de confrontos (TILLY, 2006, p. 54).

Desta forma, o MPL São Paulo pode ser entendido como um movimento social, pois realiza interação sustentada com opositores poderosos, planeja suas ações, a partir de símbolo e significados constrói reivindicações coletivas e realiza um trabalho de divulgação que leva diversas pessoas a agirem coletivamente em campanhas através de protestos que procuram demonstrar merecimento, número de manifestantes, identidade unificada e compromisso em torno da demanda dos transportes.

Compreender as influências dos repertórios de confronto na formação do MPL nacional e também do MPL São Paulo possibilitará um entendimento sobre como as performances foram aprendidas, escolhidas, adaptadas e planejadas pelo MPL São Paulo nos protestos de junho de 2013.

A Teoria do Confronto Político privilegia a análise das mobilizações e dos eventos de protesto, olhando para as nas interações entre os diversos atores (movimento, manifestantes, polícia, governos, imprensa, etc.). Conceitos como o de ciclo de confrontos possibilitam analisar determinado movimento social no contexto das interações entre os atores, no jogo de

respostas performáticas que fazem parte dos protestos, considerando a estrutura do conflito político e o contexto de oportunidades políticas e ameaças.

Um elemento comum dos ciclos de confronto é a existência de um movimento iniciador capaz de identificar oportunidades políticas e impulsionar o confronto político. Deste modo, investigaremos se o MPL São Paulo é um movimento iniciador do ciclo e de que forma impulsionou o confronto de junho de 2013. A ação coletiva de um movimento iniciador demonstra fragilidades dos detentores do poder possibilitando a difusão dos protestos para outros setores além do próprio movimento e seus aliados (MCADAM, 1995; CHABOT, 2010).

Os estudos da TCP, ao priorizarem as análises das mobilizações e os eventos de protesto ao invés dos movimentos em específico, não têm investigado as motivações dos protestos e, portanto, são poucas as análises sobre a formação, a trajetória, e desafios dos movimentos iniciadores (JASPER, 2016). A explicação de processos de seleção de repertórios destes movimentos iniciadores ou, ainda, dilemas estratégicos no desenrolar de um ciclo precisam ser aprofundadas e é uma das dimensões de análise que será abordada adiante.

1.3 Investigando o MPL São Paulo e suas interações nos protestos de 2013.

Minha aproximação com o campo aconteceu por ser ativista de um movimento social denominado Fórum Popular de Saúde do Estado de São Paulo. Deste modo, estive em diversos protestos, tanto referentes à temática da saúde quanto em outros. O MPL São Paulo e o Fórum Popular de Saúde realizaram atividades conjuntas denominadas Catracas da Saúde; além disso, ativistas do MPL São Paulo acompanhavam esporadicamente as reuniões do Fórum Popular de Saúde.

Desde a constituição do projeto, minha experiência como ativista é um desafio procedimental para o desenvolvimento da pesquisa. Por saber ser portador de relações de confiança constituídas, informações e vivências com o movimento objeto do estudo, fiz a opção metodológica de realizar uma etnografia política. Javier Auyero (2011) defende que a etnografia política constitui uma ferramenta essencial para observar microscopicamente e dissecar as complexidades e significados implícitos no cotidiano da política.

Definir a metodologia como uma etnografia política não é um passo confortável, pois significa uma mudança da relação entre ativista e ativista, para ativista e pesquisador. Se o envolvimento com atores do movimento é uma condição já existente para a etnografia, ela é arriscada, como escreve Javier Auyero (2011), pois não se dá na mesma perspectiva anterior. Agora como pesquisador, o estudo do confronto político acontece de forma mais distanciada, com um olhar amplo para as interações do confronto, sem vinculação com os enquadramentos interpretativos do movimento e, portanto, com possibilidade de enxergar dilemas onde antes havia certezas.

Julie Mazier (2011) escreve sobre a observação participativa etnográfica e formas de imersão no campo:

...methods can experience continuous variations from hidden to open observation, with diverse balance between observation and active participation, and different relations of the researcher to the field – the immersion may be anterior to the decision to observe, or the sociologist can enter an unfamiliar environment⁶.
(MAZIER, 2011, p.7)

Nesta etnografia política, a imersão no campo foi anterior à própria pesquisa em andamento, com a participação em reuniões, atuando em protestos e estabelecendo relações com outros ativistas nos protestos do MPL São Paulo em 2013. Este ativismo anterior permite a percepção dos esquemas quanto a aspectos da aprendizagem e socialização das performances em andamento que por vezes não aparecem nos discursos de ativistas. Este histórico e o próprio caderno de observações são utilizados por mim como pistas, insights ou rastros que podem ser seguidos e podem indicar caminhos para a pesquisa, mas que devem ser complementados por outras fontes documentais.

A tônica principal de análise desta dissertação está nas interações do MPL São Paulo nos protestos de 2013. Ou seja, o objeto de estudo não é focado no movimento social, mas no processo de interação política no qual o protesto é o principal evento analisado. Avançando na delimitação do objeto, quatro razões foram importantes para a escolha em analisar especificamente as interações do MPL São Paulo nos protestos de 2013: a hipótese de ser o movimento iniciador do ciclo de protestos de 2013; a proximidade deste pesquisador com o

⁶ Tradução livre realizada para esta dissertação: Métodos podem experimentar variações contínuas, desde observação escondida até explícita, com diversificado equilíbrio entre a observação e participação ativa, e diferentes relações do pesquisador em relação ao campo – a imersão pode ser anterior à decisão de observar, ou o sociólogo pode entrar em um ambiente desconhecido.

movimento, partindo de um material inicial etnográfico com relatos das atividades organizadas; a ausência de estudos sobre a formação e as interações do MPL São Paulo; a ausência de estudos sobre movimentos iniciadores de ciclo de protestos.

As ações coletivas do MPL São Paulo foram realizadas a partir de performances confrontacionais escolhidas, adaptadas, modificadas e improvisadas de forma criativa de acordo com as interações. Estas escolhas, adaptações e improvisos somente são possíveis diante de padrões recorrentes e disponíveis para ação coletiva – os repertórios de confronto. Os repertórios utilizados fazem parte de um histórico contextual disponíveis em duas escalas: de um lado os repertórios que fazem parte de confrontos internacionais e do outro os repertórios ligados às tradições nacionais.

Desta forma, esta pesquisa combinou duas estratégias de análises. Uma primeira, mais específica e delimitada no movimento MPL São Paulo, que pretende iluminar processos de formação, escolha, adaptação e improviso das performances do MPL São Paulo. A hipótese é de que o MPL São Paulo é um movimento iniciador do ciclo de protestos de junho de 2013 e, portanto, foram a partir das suas escolhas estratégicas, adaptações e improvisos de performances construídas historicamente e uma dada percepção do contexto de oportunidades políticas que possibilitaram a difusão dos confrontos.

A segunda estratégia de análise é mais ampla, tem o objetivo de estudar o MPL São Paulo no jogo de interações do ciclo de confrontos com outros atores como: opositores, polícia, aliados, outros manifestantes, movimentos derivados, imprensa, mídia ativista. Seguimos a análise de Alonso e Mische (2016), de que os protestos de junho de 2013 significaram o início de um ciclo de protestos e, portanto, os protestos não foram constituídos apenas pelo movimento estudado, mas por uma série de setores que se apoiaram, se dividiram e disputaram o sentido dos confrontos. Desta forma, o movimento iniciador – o MPL São Paulo – esteve diante de dilemas estratégicos nas diferentes fases do ciclo.

A hipótese da pesquisa é de que o MPL São Paulo é um movimento iniciador do ciclo de protestos e de que existem dois processos que definem as performances de confronto e as formas de organização do movimento no interior dos protestos. Um primeiro processo de longo prazo, tanto de escolha quanto de aprendizagem das performances de confronto; e um segundo processo que acontece no calor dos protestos, a partir de diversas interações. Entre estes dois processos estão dilemas, tensões e desafios que o MPL São Paulo teve no interior do ciclo.

São dois conjuntos de perguntas que esta pesquisa pretende aprofundar:

- a) O MPL São Paulo traz novos repertórios e performances para a arena pública das ruas? Como foram constituídas as performances utilizadas em junho de 2013? Por meio de quais trajetórias, quais processos de circulação e de aprendizado os ativistas entraram em contato com este repertório?

- b) Como foram selecionadas as táticas e as performances do MPL São Paulo em junho de 2013? Como foram realizadas as alianças em torno da reivindicação pela revogação do aumento? Quais as formas de organização e coordenação dos protestos? Quais escolhas e estratégias fez o MPL São Paulo nas diferentes fases do ciclo de protestos de junho de 2013? Quais foram os dilemas do movimento?

A partir desta análise aprofundada no MPL São Paulo é possível demonstrar que o acesso de ativistas ao repertório autonomista foi através da difusão do ciclo de protestos por justiça global, principalmente através da contracultura punk, mas também a partir de grupos específicos, como o Centro de Mídia Independente (CMI) e ativistas conectados com Ação Global dos Povos (AGP). Processos locais como a Revolta do Buzu em 2003, na cidade de Salvador e a Revolta da Catraca em 2004 na cidade de Florianópolis foram adaptações locais que conectaram estudantes ativistas, repertório autonomista vindo dos protestos por justiça global, repertório socialista presente no contexto local com as reivindicações por transporte. A trilha de formação e as interações deste movimento até o ano de 2012 possibilitaram um planejamento de campanha em junho de 2013 a partir de um grande acervo de performances do repertório autonomista, mas também do repertório socialista.

Esta grande variedade de performances foi combinada com uma leitura específica das oportunidades políticas e ameaças no contexto local da cidade de São Paulo: o movimento identifica uma suposta disposição do prefeito em receber os ativistas, entretanto este acesso institucional é interpretado como forma de proteção e, portanto, avançam nas suas demandas realizando o confronto político nas ruas. Esta leitura do movimento sobre o contexto de oportunidades políticas será problematizada na pesquisa, pois aparentemente é contrário aos estudos da TCP que relacionam o fechamento aos acessos institucionais como uma das razões para a existência dos protestos (ALONSO e MISCHÉ, 2016).

O MPL São Paulo, a partir do seu amplo acesso aos confrontos do ciclo de justiça global e também às adaptações locais conectadas com a pauta dos transportes inspira-se em

processos que envolvem a formação de uma coalizão de eventos e a coordenação de diversidade de tática (TARROW, 2005, p. 167; DI GIOVANNI, 2007). Estas formas de organização que combinam intensidade com orquestração das ações serão problematizadas em relação ao discurso ativista de que não se pretendia ter controle dos protestos.

O ciclo de protestos iniciados em junho de 2013 teve algumas fases nas quais o protagonismo do MPL São Paulo se modificou. Na fase antecedente do ciclo o movimento fez sua avaliação das oportunidades políticas e ameaças, elaborou seu planejamento e articulou os aliados. Na fase de mobilização, o movimento foi o principal protagonista realizando protestos pela revogação do aumento com performances não prescritas e interações violentas com a polícia. A partir destas interações os protestos se difundiram verticalmente para outros setores e localidades. Estas interações produziram dilemas, desafios e disputas de significados que serão objetos de análise.

A conjuntura pós-protestos de 2013 com interpretações distintas e disputas de significados sobre junho de 2013 (inclusive com um importante jornal – em 2016 – caracterizando os protestos de 2013 como “não políticos”⁷, e a continuidade do ciclo com apropriação das ruas por movimentos derivados e com outras formas de confronto) faz esta etnografia política revelar uma história parcialmente distinta da conhecida.

As interações de um movimento social são múltiplas e com modificações rápidas em um ciclo de confrontos. No campo dos discursos, as narrativas construídas se modificam de acordo com os interesses das partes envolvidas. Desta forma, realizar uma pesquisa em que as interações de um movimento social no interior de um ciclo de confronto são o objeto de estudo exige uma estratégia metodológica bem definida, na qual as narrativas e enquadramentos de ativistas, corporações midiáticas e detentores do poder são postas a provas. Para esta pesquisa, assim como para a Teoria do Confronto Político, a unidade de análise é o protesto, com suas múltiplas interações.

Alguns procedimentos foram realizados para o desenvolvimento desta pesquisa: primeiramente foi realizado um levantamento bibliográfico de artigos acadêmicos e livros, já descrito anteriormente. Elementos da formação do movimento e as influências de repertórios que constituíram suas performances e formas de organização foram estudados a partir de

⁷ O jornal Folha de São Paulo no dia 14 de março de 2016, publica uma comparação das manifestações de rua e classifica os protestos de junho como mobilizações não políticas. Disponível em: <www.1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/sao-paulo/2016/03/14/> Acesso em: 05/04/2016.

análises de literatura secundária, vídeos sobre os protestos, fotos e relatos ativistas a partir de um levantamento por conveniência.

O passo seguinte foi montar uma cronologia de protestos e ações do MPL São Paulo. Esta cronologia ajudou na escolha de periodização da pesquisa e na escolha dos dezessete protestos do ano de 2013 e 2014 a serem analisados. Estes protestos foram divididos em quatro momentos de acordo com a cronologia. Em um primeiro momento, são quatro protestos pequenos que visavam preparar a campanha de lutas do movimento contra o aumento das passagens e foram organizados em conjunto com estudantes de ensino médio em maio e começo de junho. O segundo momento é composto de sete protestos no mês de junho, que são os mais conhecidos e estudados. O terceiro momento envolve cinco protestos que o movimento realizou posteriormente a junho, mas ainda em 2013 – um com a categoria sindical dos metroviários e quatro que faziam parte da semana nacional de luta pelo transporte. E ainda neste terceiro momento um protesto realizado em junho de 2014. No total são dezessete protestos analisados.

Definidos os protestos a próxima etapa foi fazer uma descrição detalhada de cada protesto. A descrição destes protestos, parte importante da pesquisa, foi realizada com o objetivo de localizar o MPL São Paulo nos protestos de 2013, verificando as seguintes variáveis: identificação dos protestos, participantes, espacialidade, formas de convocação, formas de coordenação, slogans, performances, o conflito, a reação das autoridades e as performances policiais. Uma base de dados no Excel foi montada a partir das informações alocadas de dois tipos de fontes: 1) vídeos, fotos e notícias sobre os protestos; 2) caderno de observações.

Os vídeos, fotos e notícias utilizados na descrição dos protestos foram selecionados a partir de três tipos de sites: 1) ligados ao movimento: site do MPL São Paulo, site do MPL nacional, e, principalmente, o site organizado por um dos ativistas do movimento - “www.tarifazero.org”; 2) mídia alternativa ou ativista, especificamente o site da Vice “http://www.vice.com/pt_br”; 3) grande imprensa: Folha de São Paulo, Estado de São Paulo e portal G1.

O caderno de observações foi o segundo elemento na composição da descrição. Este caderno foi escrito pelo pesquisador antes da pesquisa, como participante dos protestos e ações do movimento. O primeiro dos protestos descrito foi o do dia 11 de junho de 2013, devido à percepção de que aquele protesto havia sido muito diferente. Uma das resoluções

diante da perplexidade com este protesto foi a de tentar compreender escrevendo detalhadamente tudo que havia vivenciado, relatando não apenas o protesto, mas minhas impressões em cada momento dele. Foram registradas memórias e impressões dos protestos dos dias: 11, 13, 17, 18 e 20 de junho, 14 de agosto, 25 de outubro – todos no ano de 2013. Também foram feitas anotações de duas reuniões das quais participei como convidado pelo MPL São Paulo – no dia 19 de junho de 2013, do MPL com vários coletivos e movimentos para discutir o andamento dos protestos e a reunião para ajudar na organização do ato do dia 25 de outubro de 2013. Havia participado também de uma reunião no final de 2012, como ativista do movimento Fórum Popular de Saúde, com dois integrantes do MPL São Paulo. Neste dia eles estavam divulgando a jornada de lutas contra o aumento que, segundo eles, seria em janeiro, mês no qual eles esperavam o aumento das tarifas. O relato desta reunião não faz parte do caderno de campo, entretanto fiz anotações de minhas memórias sobre ela, por considerar relevante para a pesquisa.

As entrevistas da pesquisa foram realizadas com seis pessoas e foi a última etapa da coleta de materiais. Para a realização das entrevistas foram preparados previamente roteiros de entrevistas semiestruturados, fundamentados em técnicas de pesquisa qualitativa. Dos seis entrevistados, cinco faziam parte do MPL São Paulo nos protestos de 2013. Apenas um entrevistado não era ativista do MPL São Paulo, mas foi selecionado por ser um ativista do movimento por justiça global na cidade de São Paulo e ter acompanhado esta transição de ativistas do movimento por justiça global para o nascente MPL nacional.

Este estudo etnográfico, visando um maior aprofundamento de elementos relacionados ao movimento iniciador e seus ativistas, fez a opção de não revelar nomes dos entrevistados⁸. Este anonimato possibilitou que os entrevistados revelassem informações com a convicção de que os dilemas seriam analisados enquanto processos políticos amplos e não como narrativas factuais individualizadas. Desta forma, os entrevistados foram designados por siglas codificadas pelo pesquisador⁹. Todos os participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, expressando concordância para que o material pudesse ser utilizado na pesquisa¹⁰.

⁸ Em conformidade com o termo de consentimento, o anonimato das entrevistas foi preservado. Desta forma, as entrevistas serão utilizadas sem que sejam vinculadas diretamente aos entrevistados.

⁹ O termo utilizado para nomear os entrevistados, a duração e a datas das entrevistas estão descritos no Apêndice A.

¹⁰ De acordo com a Resolução nº 466/12 do CNS. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html>. Acesso em: 11/06/2015.

O roteiro de entrevista¹¹ foi dividido em quatro partes: informações sobre a trajetória pessoal e as conexões de ativismo; a segunda era referente ao MPL nacional e o MPL São Paulo; a terceira era especificamente sobre as interações do movimento no ciclo de protestos de 2013; por último um bloco de perguntas específicas de acordo com o papel que cada ativista havia desempenhado no contexto histórico ou no ciclo de 2013.

¹¹ O roteiro de entrevista está no Apêndice B.

2. O processo de formação do Movimento Passe Livre nacional

O MPL nacional se constitui formalmente no ano de 2005, em uma plenária no Fórum Social Mundial (FSM), na cidade de Porto Alegre. Este momento fundacional envolve influências do ciclo de protestos por justiça global e oportunidades políticas ligadas ao contexto nacional dos ativistas.

Analisar um movimento social é tecer uma rede de fatos, acontecimentos e encontros que ocorreram em dado período histórico. A narrativa a seguir está dividida em três momentos: no primeiro investigaremos o contexto político e os espaços de mobilização anteriores à criação do MPL; no segundo o enfoque será nas coalizões e repertórios dos primeiros protestos locais pelo transporte público; e por último analisaremos, a partir dos protestos locais, a conexão de ativistas, pautas e repertórios para a formação do movimento.

2.1 Entre o local e o global: espaços de mobilização e repertório

Os movimentos sociais são a principal forma de protesto na atualidade, pois possibilitam que pessoas comuns se juntem para recrutar, persuadir e inspirar outras pessoas (JASPER, 2016, p.13). Para a formação de um movimento social é necessário um contexto histórico com espaços de mobilização que possibilitem uma conexão de ativistas, reivindicações e repertórios.

Repertórios de confronto são ações com padrões reconhecidos e recorrentes que emergem de confrontos políticos e são caracterizados pelas formas organizacionais, símbolos, slogans e um conjunto de performances. Estas características são aprendidas, compartilhadas e realizadas pelos ativistas em um processo deliberado de escolha (TILLY, 2006, p.41). Este conceito possibilita compreendermos como padrões e rotinas de performances se repetem e se modificam em um prazo longo, permitindo identificar formas de fazer confronto e suas diferenças.

O repertório socialista é bem conhecido pelos ativistas brasileiros, pois foi muito utilizado e adaptado em confrontos políticos nacionais. Consiste em grupos organizados altamente envolvidos com as reivindicações que realizam demonstrações com faixas,

camisetas, emblemas e bandeiras. As formas de organização hierárquicas e com lideranças formais. O centro das reivindicações são críticas à exploração, à desigualdade social e ao sistema capitalista (ALONSO e MISCHÉ, 2016).

Já o repertório autonomista ganhou visibilidade com o ciclo de protestos por justiça global. Consiste em ativistas que se organizam de forma autônoma, rejeitam formas de organização com lideranças – inclusive o próprio Estado –, combinam nos protestos performances convencionais com ações diretas de confronto e performances não prescritas de resistência, como a tática Black Bloc (ALONSO e MISCHÉ, 2016).

O ciclo de protestos por justiça global, também chamado de movimentos antiglobalização, foi organizado por uma coalizão de movimentos de diversas partes do mundo que realizaram protestos transnacionais que questionavam o processo neoliberal de ampliação do livre comércio mundial, sobretudo através de protestos nas cúpulas e reuniões de organismos multilaterais como, por exemplo, a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Um movimento importante para o ciclo transnacional foi o movimento Zapatista, formado por comunidades indígenas do sudeste do México e pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Ao longo de dez anos este grupo se manteve na clandestinidade, até que, com seus protestos em janeiro de 1994, apareceu para o mundo lutando com armas nas mãos contra o acordo de livre comércio Nafta¹². Trata-se de uma guerrilha não convencional: sua ação coletiva não vislumbra como estratégia a tomada do poder, nem a implantação de um modelo esquemático fechado. O movimento defende a construção de espaços autônomos de contra poder e acredita em “um mundo onde caibam muitos mundos.” Os zapatistas, com seus rostos cobertos, invertem “a lógica de que a guerra é continuação da política e fazem a política continuação da guerra” (ORTIZ, 2007). Com as armas, eles “puderam armar de fogo suas palavras”, combinaram extrema organização militar e civil com autonomia, justiça e igualdade (ORTIZ, 2007).

Através da figura anônima do subcomandante Marcos, o movimento foi hábil em criar narrativas ou enquadramentos interpretativos que despertavam solidariedade e identificação de movimentos e ativistas internacionais. Esta rede transnacional, articulada através da então recente internet, foi fundamental para a luta zapatista e importante na difusão de três elementos do confronto político: a concepção de lutar por espaços autônomos ao estado; a atualização de uma forma de confronto não individualizada marcada pela estética dos rostos

¹² Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (em inglês: North American Free Trade Agreement).

cobertos; e a não vinculação com partidos. Os zapatistas romperam com uma visão hierarquizada da esquerda tradicional e afirmaram que os poderes da sua base social indígena precisavam estar associados a uma forma de organização e a uma ação direta cotidiana sob novos valores (ORTIZ, 2007, p.24).

Criar na prática um mundo em que caibam muitos mundos, para os zapatistas, significou associar diversas práticas locais de luta por justiça, independente das suas diferenças, com uma estratégia de confronto global de enfrentamento do neoliberalismo. Desta forma, convocaram os Encontros pela Humanidade Contra o Neoliberalismo. O primeiro foi realizado em 1996, em Chiapas, no México e o segundo, em 1997, na Espanha.

Foi na sequência destes encontros que nasceu a Ação Global dos Povos (AGP), em fevereiro de 1998, em uma conferência com mais de 300 delegados de 71 países. Tornou-se uma coalizão de diversos movimentos, organizações e ativistas que entre seus princípios estava o confronto em relação aos órgãos multilaterais, uma chamada para a desobediência civil não violenta, a construção de alternativas locais e uma filosofia organizacional baseada em descentralização e autonomia (LIBERATO, 2006, pp. 124-125).

O primeiro dia de ação global foi em maio de 1998 e o segundo foi no dia 18 de julho de 1999 – conhecido devido à data do protesto como J18. Na convocação para o J18 havia sugestões de diversas performances de confronto: greves, protestos, piquetes, ocupações, festas de rua, manifestações, bloqueios, paralizações. O protesto que mais marcou este dia foi o “Carnaval contra o Capital” em Londres, com a combinação de performances de confronto festivas e violentas (DI GIOVANNI, 2007).

O terceiro dia de ação global foi localizado nos EUA, na cidade de Seattle, entre fim de novembro e começo dezembro de 1999, em um grande evento da Organização Mundial do Comércio (OMC). Os protestos de Seattle foram organizados por uma coalizão de evento em que estavam participando diversos movimentos. Coalizões de evento são articulações de curto prazo baseadas num grau elevado de envolvimento (TARROW, 2005, p. 167). Os protestos de Seattle ficaram conhecidos como “Batalha de Seattle” devido ao intenso confronto entre manifestantes e polícia, ou “Movimento de movimentos” devido à construção de unidade entre movimentos diversos.

As manifestações foram organizadas por 1387 organizações, sendo estas organizações não governamentais, pequenos coletivos autônomos, movimentos sociais, sindicatos, ambientalistas e igrejas de várias denominações. As mobilizações colocaram lado a lado, nas

mesmas ações coletivas, movimentos com diferenças ideológicas, como, por exemplo, autonomistas e socialistas. A formação desta coalizão não surgiu ocasionalmente, mas foi construída no decorrer do tempo durante mobilizações precedentes. Os relatos de Seattle ressaltam seu impacto espetacular, pois em um mesmo protesto havia diversas performances de confronto não convencionais e múltiplas táticas, influenciadas por repertórios de confronto diferentes. Diversos movimentos que confluíram para Seattle imitaram e adaptaram formas de ação elaboradas no passado (DELLAPORTA, 2007, p. 88). Entre esta diversidade de performances existia uma coordenação de diversidade de táticas dada pela simultaneidade das performances e por algum nível de orquestrações das ações (DI GIOVANNI, 2007).

Um dos grupos protagonistas de Seattle foi a Direction Action Network (DAN), distribuindo matérias sobre ações diretas, realizando uma organização das ações através de grupos de afinidades horizontais e distribuindo informações sobre a OMC. Na organização dos bloqueios pela DAN, havia uma dimensão altamente estratégica com a divisão de diversos grupos responsáveis por tarefas e com a existência de um coletivo restrito para alguns ativistas denominado Scenario. Este grupo analisava mapas, dividia a cidade em zonas, decidia trajetos, calculava riscos para informar os que vinham de fora. Tudo isto era feito em um local denominado Centro de Convergência que reunia os diversos ativistas (DI GIOVANNI, 2007, p. 38).

A opção da maioria dos ativistas em realizar performances não violentas não impediu os confrontos com a polícia. Os enfrentamentos são influenciados tanto pelas técnicas policiais quanto pelas atitudes dos manifestantes (DELLAPORTA, 2007). A ampla adesão às ações de resistência à repressão estava ligada a este formato de organização sem hierarquias, em que o comprometimento dos ativistas não dependia de uma liderança (DI GIOVANNI, 2007).

Em Seattle esteve presente também a tática conhecida como Black Bloc. Este tipo de performance surgiu na Alemanha Ocidental, no início da década de 80, ligado ao movimento Autonomen, mas foi em Seattle que a mídia exibiu imagens das suas ações para o mundo e ajudou a difundir suas características distintivas – vestir preto, o anonimato dos rostos cobertos e ataques a alvos que simbolizam o poder econômico e político (DUPUIS-DÉRI, 2007, pp. 40, 51 e 52).

Segundo Dupis-Déri (2014), a mídia tradicional retrata os Black Blocs como excepcionalmente violentos. Entretanto o autor destaca outros movimentos e táticas de

protesto que foram mais violentos, como as *Suffragettes*, para afirmar que a distinção da tática Black Bloc não se dá pelo uso da força, mas o que os diferencia é sua caracterização visual – a roupa inteiramente preta da tradição anarcopunk – e suas raízes históricas e políticas (DUPIS-DÉRI, 2014, pp. 36 e 40).

No calor dos protestos de Seattle, enquanto os demais manifestantes gritavam “não” para a violência, a tática Black Bloc realizava performances de confronto espetacularizada de quebra de vitrines e incêndios de latas de lixo. As principais críticas dos demais ativistas em relação ao Black Bloc eram: o isolamento deles em relação a uma ação estratégica compartilhada; a facilidade de instrumentalização pela polícia; e as ações violentas que se tornavam justificativas para que a polícia atacasse o conjunto de manifestantes (DI GIOVANNI, 2007, pp. 49 e 63).

Surgiram também iniciativas e inovações lideradas pela DAN que posteriormente se propagaram para outros locais. As inovações são realizadas por ativistas que, defrontados com novos desafios confrontacionais, julgam os instrumentos disponíveis “inadequados para seus problemas e habilidades” (TILLY, 2006). Os grupos de afinidades eram pequenos coletivos que se defrontavam com uma tarefa nova – inviabilizar a rodada do milênio da OMC – e utilizavam diversas performances de diferentes repertórios disponíveis. Inovações foram potencializadas pela existência do Centro de Convergência e por sua forma de organização horizontalista com grupos de afinidades autônomos e sem lideranças centralizadas.

Os ativistas do Centro de Convergência tinham como preocupação superar formas cristalizadas ou hierárquicas de protesto, como, por exemplo, a utilização de carros de som. A composição eclética dos protestos possibilitou que uma das respostas a estas preocupações fosse um impulso carnalizante das ações coletivas com o objetivo de tornar o participante do protesto mais ativo. Neste contexto foi criada, para os protestos de Seattle, a fanfarrinha militante *Infernal Noise Brigade* (Brigada Barulho Infernal) (DI GIOVANNI, 2007, p. 96).

Para alguns ativistas de Seattle os instrumentos existentes em relação à comunicação eram inadequados, devido às grandes mídias realizarem uma cobertura parcial dos protestos, de acordo com seus interesses ligados às corporações. Com o avanço tecnológico, alguns ativistas haviam adquiridos novos conhecimentos comunicacionais. Nesta combinação de instrumentos inadequados com novas habilidades dos ativistas, estes inovam com a criação de

uma estrutura alternativa e descentralizada de comunicação – o Centro de Mídia Independente (CMI) – Indymedia¹³.

O CMI é um site que se tornou o braço comunicacional do movimento por justiça global. Se as grandes mídias não mostravam o lado dos ativistas, ou a repressão violenta da polícia, este site, através de uma plataforma interativa em que os próprios ativistas podiam publicar textos, fotos e vídeos, tornou-se uma ferramenta estratégica para a cobertura a partir das interpretações ativistas dos ativistas e para a difusão do confronto transnacional para outros locais.

O custo de manutenção do CMI era baixo e o caráter da publicação aberta, com grande parte do conteúdo publicado de forma interativa pelo público, facilitando, desta forma, a existência de diversos coletivos, mesmo se os ativistas tivessem pouco engajamento (LIBERATO, 2006, pp. 181 e 182). Tornou-se então uma mídia ativista para além dos dias de ação global. Sua ligação com um confronto transnacional fez com que seus ativistas tivessem interesse em difundir a experiência para diversos países e cidades do mundo.

Três desdobramentos do ciclo de confronto transnacional foram realizados ou adaptados no Brasil: a instalação da mídia ativista, principalmente, a partir da chegada do CMI no Brasil, a formação de movimentos locais que participavam do confronto por justiça global e a criação dos Fóruns Sociais Mundiais.

No Brasil, ativistas ligados a coletivos anarquistas que participavam de listas de e-mails internacionais de ativismo souberam da existência do CMI e se dispuseram a criar o CMI Brasil já no início dos anos 2000¹⁴. Desta conexão, inicialmente virtual, começa a estruturação do movimento por justiça global no Brasil. A difusão da mídia ativista se consolidava, além das relações virtuais, através do intercâmbio presencial. Em dezembro de 2000, o site “<http://brasil.indymedia.org>” iniciou seu funcionamento. Ao longo dos anos, coletivos do CMI surgiram em cidades como Belo Horizonte, Salvador, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Fortaleza dentre outras (LIBERATO, 2006).

O CMI, por ser uma forma de recepção de conteúdos descentralizados, mobilizou ativistas para a produção de conteúdos sobre suas interações nos confrontos. Desta forma, contribuiu na divulgação de processos de confronto político em diversos locais do Brasil e foi

¹³ No Brasil falamos CMI, mas em outros locais do mundo fala-se apenas Indymedia.

¹⁴ Informação verbal do entrevistado AP, em março de 2016.

uma ferramenta de difusão de performances de confronto, sobretudo, do repertório autonomista.

Na cidade de São Paulo, o fascínio dos acontecimentos de Seattle com o efetivo bloqueio da rodada do milênio da OMC potencializou a convergência de dois grupos para a criação do movimento por justiça global na cidade: o movimento estudantil independente e autogestionário e o movimento anarquista. A partir de um coletivo nomeado de Ação Local por Justiça Global, foi realizada uma ampla mobilização para organizar um protesto na cidade contra o FMI e o Banco Mundial, no dia 26 de setembro de 2000 em São Paulo, protesto que devido à data ficou conhecido como S26. A coalizão que organizou este protesto aproximou ativistas de movimentos radicais feministas, gays, ecologistas, contraculturais e socialistas libertários (ORTELLADO, 2004, pp. 10-12). No ano seguinte, no protesto do dia 20 de abril de 2001 – conhecido como A20, os manifestantes foram violentamente reprimidos pela polícia.

O movimento por justiça global em São Paulo exerceu influência em escolas particulares, através de experiências autônomas de grêmios ou centros acadêmicos que participaram dos protestos por justiça global na cidade¹⁵. Uma tentativa de unificar estas experiências estudantis em encontros regulares foi chamada de Poligremia. Esta se tornou espaço de conexão de ativistas e de contato com o repertório autonomista.

A primeira Poligremia de que hoje temos notícia se formou em 2001, quando alunos de colégios particulares de tradição pedagógica crítica se reuniram em uma empreitada breve, que durou menos de um ano, mas deixou importantes marcas nos grêmios envolvidos. A discussão sobre autogestão, que já existia entre os alunos de algumas escolas, influenciou outros e fez com que muitos grêmios adotassem esse modelo de organização, baseado em assembleias abertas e horizontais, que permanece sendo praticado até hoje. O coletivo realizava festas e participou ativamente das mobilizações da Ação Global dos Povos (FERREIRA, 2012).

Na mesma época, uma importante rede de mobilização e intercâmbio do ativismo transnacional com a realidade brasileira foram os Fóruns Sociais Mundiais (FSM). Os Fóruns passaram a existir em contraponto ao Fórum Econômico Mundial na cidade de Davos e faziam parte da estratégia de movimentos ligados ao ciclo de protestos por justiça global. Os fóruns eram grandes espaços de debates com discussões e oficinas sobre temáticas ligadas à justiça global. Participaram grandes organizações não governamentais nacionais e

¹⁵ Informação verbal do entrevistado AP, em março de 2016.

internacionais, sindicatos, movimentos sociais, partidos de esquerda, ambientalistas e movimentos estudantis de diversas partes do mundo. Os três primeiros FSM foram realizados na cidade de Porto Alegre, nos anos de 2001, 2002 e 2003, com número crescente de participantes.

A existência dos Fóruns Sociais Mundiais potencializou os intercâmbios presenciais entre ativistas brasileiros e de outros locais do mundo. Os Fóruns foram organizados em diversos níveis territoriais e pensados como lugares desvinculados de decisões imediatas e que deveriam ensinar a cultivar o mútuo respeito pelas diferenças. Nos princípios estabelecidos em 2001 falavam em livre troca de experiências e articulações de ações comuns opostas ao neoliberalismo. Desta forma, os fóruns se tornaram uma rede de articulação e mobilização de diversos atores sociais com posições políticas e formas de confronto diferenciadas (DELLA PORTA, 2007, p.150).

2.2 Coalizões e repertórios em protestos locais pelo transporte público

Desdobramentos do ciclo de protesto internacional por justiça global, assim como processos de lutas nacionais influenciaram as performances de protestos locais ligados aos custos dos transportes, especificamente os confrontos que ficaram conhecidos como *Revolta do Buzu*, em Salvador 2003 e as *Revoltas da Catraca*, em Florianópolis nos anos de 2004 e 2005.

2.2.1 A Revolta do Buzu

Em 2003, ocorreu nas ruas da cidade de Salvador protestos contra a prefeitura devido ao aumento da passagem de ônibus. Os protestos se ampliaram por toda a cidade e ficaram conhecidos como Revolta do Buzu. No contexto local o desemprego era um dos principais problemas em Salvador. Nacionalmente Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT) havia sido eleito recentemente. Um dos programas sociais desta época do governo federal era denominado “Fome Zero” e pretendia através de recursos governamentais e de doações erradicar a fome no Brasil. Desta forma, o confronto em torno dos custos do transporte na cidade de Salvador fazia o enquadramento da necessidade do dinheiro para arcar com

despesas relacionadas à alimentação como, por exemplo, em faixas que diziam “o ônibus aumentando e a barriga roncando” ou em palavras de ordem como “Não é mole não 1,50 é o kg de feijão”.

Os protestos tinham uma participação e uma identificação claramente estudantil, com seus slogans e palavras de ordem, como por exemplo “Estudante na rua a luta continua”. Havia a presença de organizações estudantis, grupos de estudantes ligadas a partidos – como a União da Juventude Socialista (UJS) ligada ao PCdoB, e também os grêmios escolares. Entretanto, era predominante uma participação de estudantes sem nenhum vínculo com grupos ativistas.

O CMI de Salvador foi um aliado importante na divulgação dos protestos, fazendo uma cobertura dos protestos a partir da visão dos ativistas. Havia um descontentamento em relação à cobertura da grande imprensa que aparecia na palavra de ordem “TV Bahia é mentira todo dia”. A ligação do CMI Salvador com os protestos por justiça global contribuiu para a difusão do repertório autonomista entre os manifestantes.

As manifestações ainda traziam elementos do repertório patriótico semelhantes aos protestos dos caras pintadas de 1992: a bandeira do Brasil correspondia à frente do ato; o hino nacional era entoado diversas vezes; e muitos manifestantes estavam com suas caras pintadas.

A escola era o principal espaço de mobilização. Participaram dos protestos estudantes de vinte escolas públicas e seis escolas particulares de Ensino Médio (MANOLO, 2010). Para dar uma ideia da importância dos estudantes e do próprio espaço físico da escola na organização dos protestos na capital baiana, uma das medidas repressivas do Estado foi a de orientar diretores de escolas a suspenderem aulas com o objetivo de desmobilizar o movimento.

A principal reivindicação deste movimento era a revogação do aumento da passagem de ônibus. A performance mais utilizada foi o bloqueio de grandes avenidas com os próprios manifestantes. As formas de coordenação eram através de assembleias que aconteciam, por vezes, nos próprios locais dos bloqueios. Mas também aconteceram assembleias em escolas e em lugares fechados, à semelhança das tradições socialistas presentes no movimento estudantil tradicional. No desfile do dia sete de setembro os estudantes protestaram e invadiram o desfile com a palavra de ordem “há, há, há, eu também quero desfilar”. Havia também algumas pichações e o incentivo a performance do catraço, em que os ativistas entram no ônibus e exigem a liberação da catraca para os passageiros não pagarem.

Nas interações com os detentores do poder havia a demanda por uma liderança com quem a prefeitura pudesse negociar. Esta interação estabelece uma crise entre os manifestantes sobre a representatividade, devido aos tais líderes das organizações estudantis terem feito um acordo que não contemplava a principal demanda da multidão que ocupou as ruas – a redução da passagem. Alguns manifestantes se colocaram contra a lógica da representatividade e, desta forma, questionaram a participação de partidos.

Outro aspecto foi a produção de um documentário por Carlos Pronzato¹⁶ intitulado “A Revolta do Buzu”. Este documentário não apenas registrou as lutas contra o aumento do ônibus em Salvador, mas exemplificava a atuação de organizações estudantis que se colocaram como lideranças, negociaram com o poder público algumas conquistas e contribuíram para a desmobilização do movimento, defendendo vitória das mobilizações e burocratizando as decisões nas assembleias, mesmo sem a redução da passagem. O documentário de fato tomava o lado dos defensores de uma organização autônoma e independente das entidades estudantis, na luta social.

Neste confronto político em Salvador, é possível identificar performances ligadas ao repertório patriótico e socialista, ambos ligados ao movimento estudantil tradicional, mas há uma predominância nos protestos do repertório autonomista que se difundiu, principalmente, entre os manifestantes que não eram organizados em nenhum grupo. Ocorreu também um choque de repertórios e enquadramentos nas ruas da capital baiana, com disputas entre militantes de movimentos influenciados pelo repertório socialista e ativistas influenciados pelo repertório autonomista.

2.2.2 A Revolta da Catraca

Em Florianópolis, capital de Santa Catarina, o contexto político e as percepções de oportunidades políticas e ameaças que impulsionaram o confronto político de 2004, estavam relacionados com: a existência da campanha pelo passe livre na cidade, o rompimento de ativistas com um coletivo que fazia parte do Partido dos Trabalhadores, com as interpretações deste mesmo coletivo relacionadas à Revolta do Buzu de Salvador e também com a conjuntura específica da cidade.

¹⁶ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dQASaJ3WgTA>> acesso em: 12/05/2016.

Para compreendermos a campanha pelo passe livre na cidade catarinense precisamos voltar na história desta reivindicação. A pauta do passe livre estava presente na conjuntura brasileira desde o fim da década de 80. O relatório do vigésimo oitavo congresso da UNE¹⁷ em 1989 trazia a bandeira “ocupar as ruas pelo passe livre” (LEMOS, 2015). Em 28 de março de 1990, secundaristas do Rio de Janeiro fazem protestos e conquistam o passe livre na cidade. Na mesma época em São Paulo, o governo municipal de Luiza Erundina, então filiada ao PT, tentou aprovar projeto de gratuidade no transporte público, mas não conseguiu.

A campanha pelo passe livre era realizada a partir da criação de comitês. Em Florianópolis, já no início dos anos 2000, foi criado um comitê por ativistas de um grupo chamado de Juventude e Revolução (JR), então ligado à corrente “O Trabalho” do PT. Este grupo mapeou escolas e iniciou um abaixo assinado com a reivindicação do passe livre, com o objetivo de impulsionar um projeto de lei de criação do passe livre na Câmara da cidade. Esta opção institucional somava-se tanto ao trabalho de divulgação, mobilização e recrutamento nas escolas quanto à realização de pequenas e médias manifestações em torno desta pauta. Estes protestos eram utilizados, por exemplo, para pressionar vereadores quando o projeto chegava à determinada comissão para ser avaliado¹⁸.

Estes jovens, então ligados ao PT, estavam em um processo de questionamento em relação à corrente “O Trabalho” e ao próprio PT. Fundamentaram tanto a saída deles da Juventude e Revolução quanto à fundação da Juventude e Revolução Independente (JRI) a partir de interpretações baseadas na obra de Lênin. Este autor, segundo uma interpretação muito específica dos ativistas da JR, havia formulado a necessidade de organizações de juventude independentes¹⁹.

São duas as principais tensões que levam a uma ruptura coletiva destes jovens com a estrutura da corrente petista: a interpretação dos ativistas de que existia um pacto velado de esfriamento da luta social ligado a uma política de conciliação de interesses que o PT

¹⁷ A Luta do movimento estudantil pelo Passe Livre. 2015. **Disponível em:** <<http://ujs.org.br/index.php/noticias/a-luta-do-movimento-estudantil-pelo-passe-livre/>> **Acesso em:** 27/05/2016.

¹⁸ Informação verbal do entrevistado DD, em março de 2016.

¹⁹ Esta referência, que apareceu em entrevista com AP desta pesquisa, em março de 2016 e também numa resolução do 1º Encontro Municipal da Juventude e Revolução Independente no dia 20 de maio de 2004 – **disponível em:** <<http://www.midiaindependente.org/pt/red/newswire/archive731.shtml>>. **Acesso em:** 21/03/2016 – é imprecisa, pois é baseada na nota do editor do texto de Lênin “Tarefas da juventude comunista”, que afirma que Lênin, as vésperas da revolução falava: “sem uma completa independência à juventude, não poderá fazer sair de seu meio bons socialistas, nem se preparar para conduzir o socialismo para frente”. **Disponível em:** <<http://otrabalho.org.br/lenin-tarefas-da-juventude-comunista-1920/>> **Acessado em 26/05/2016.**

começou a operar, principalmente, com a eleição de Lula da Silva em 2002²⁰, e a forma de organização dos estudantes atrelada a uma direção hierárquica e partidária. Para estes jovens, não se formariam novos militantes com estratégias burocráticas, mas lutando de forma independente. O conteúdo destas tensões era também reflexo do ciclo global de protestos. No relato do primeiro encontro destes ativistas como JRI, foi descrito que no processo de ruptura, estes ativistas foram acusados de traições, de serem oportunistas e enganadores²¹. Ao adotarem o mesmo nome, apenas com o acréscimo da palavra “independente”, havia uma dose de provocação, mas também uma disputa pelos sentidos das campanhas realizadas até então com a manutenção de uma identidade de base reformulada.

Em Florianópolis, os militantes da JRI estavam acompanhando e analisando a Revolta do Buzu, através do CMI e, também, posteriormente, através do documentário de Carlos Pronzato. Para a JRI, ao analisar as razões dos estudantes de Salvador não terem sido vitoriosos em revogar o aumento, apesar da ampla mobilização, concluem – seguindo a narrativa do documentário de Pronzato – que por não terem um coletivo autônomo e independente, teriam deixado um vácuo ocupado pelas organizações estudantis, como a UNE e a UBES, que se apropriaram da luta, negociando pautas próprias e atuando para esfriar o confronto político. Esta atuação de organizações de estudantes atreladas ao PT favorecia a interpretação dos ativistas da JRI, de que a política de conciliação liderada por este partido, a partir da sua chegada ao governo federal, envolvia a contrapartida de diminuir o confronto político nas ruas.

A partir destas interpretações sobre os protestos de Salvador, a JRI em Florianópolis adapta e sintetiza três pontos: o fortalecimento de um ativismo estudantil autônomo em relação às organizações estudantis; as performances de confronto ligadas ao repertório autonomista adaptada a uma pauta local; e a pauta contra o aumento de tarifas.

O contexto de oportunidades políticas da capital catarinense se mostrava propício para o enfrentamento político sobre a pauta dos transportes, pois a prefeitura havia modificado a organização dos transportes – o que já havia gerado descontentamento de sindicatos e entidades comunitárias – e anunciava para 2004 um aumento da tarifa, que já era muito alta

²⁰ Segundo o relato de entrevista de DD, em março de 2016, não havia uma resolução do diretório municipal, ou uma declaração pública sobre este apaziguamento da luta social, mas era algo velado que enfraquecia os processos de luta.

²¹ 1º Encontro Municipal da Juventude e Revolução Independente no dia 20 de maio de 2004 – **disponível em:** <<http://www.midiaindependente.org/pt/red/newswire/archive731.shtml>>. **Acesso em:** 21/03/2016

em comparação com outras cidades do Brasil. Desta forma, a JRI decide realizar uma campanha contra o aumento (VINICIUS, 2005, p.28).

Na primeira atividade, em março de 2004, no Centro Integrado de Cultura, fazem uma exibição do documentário de Carlos Pronzato para, segundo eles, preparar os ânimos para a luta; conversar sobre o movimento de Salvador – e claro, sobre as interpretações da JRI; contar sobre a ruptura em relação a uma tradição de confronto político ligado ao PT e diferenciais quanto à formulação que estavam propondo. O documentário também cumpria o papel de exemplificar e difundir performances realizadas pelos estudantes em Salvador. É diante destas interpretações que mais ativistas anarquistas são convencidos a entrar para a JRI e a confluência entre anarquistas e socialistas se efetiva com a preparação da luta contra o aumento (VINICIUS, 2005, p. 26).

O CMI era um aliado da JRI e para ajudar na mobilização distribuiu e colou centenas de jornais de rua, convocando a primeira manifestação. Uma rádio chamada Tróia, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com um programa realizado por ativistas, também divulgou os protestos²². Além da exibição do documentário no Centro Integrado de Cultura (CIC), a JRI exibiu o documentário sobre a Revolta do Buzu em diversas escolas da capital catarinense, sendo estes os principais espaços de mobilização.

Os protestos aconteceram em um período curto de tempo, apenas dez dias, entre 28 de junho e 08 de julho de 2004, e com grande intensidade contra o aumento de 15,6% nas tarifas de ônibus. Aconteceram performances de bloqueios de vias – inclusive da principal ponte que liga a cidade ao continente –, ocupações de terminais, operações catracas livres, e ações diretas. O movimento também disparou um ultimato para a prefeitura, que consistia na convocação de uma megamanifestação para o dia 8 de julho, com ameaças de ocupações, bloqueios e ações de desobediência civil (VINICIUS, 2005).

As formas de repressão ao protesto aconteceram de diversas formas: ações da polícia – com spray de pimenta, bombas de efeito moral, bala de borracha, agressões físicas e prisões; ações de pessoas infiltradas – capangas contratados da empresa de transportes; e dossiê da prefeitura tentando incriminar militantes.

Assembleias em frente ao terminal eram realizadas para decidir e coordenar as ações de protesto. Algumas destas diante das ações e reações, tanto por parte das forças repressivas quanto dos manifestantes, o debate da violência se fez presente. O discurso do movimento era

²² Informação verbal do entrevistado DD, em março de 2016.

ambíguo: ficava em algum ponto entre não condenar as ações dos manifestantes e não deixar que entendessem que compactuava com a violência (VINICIUS, 2005, pp. 34, 35, 37 e 58).

No dia anterior ao ultimato do movimento, esgotadas as tentativas de negociação que a OAB tentou mediar, a justiça emite medida cautelar que suspende o reajuste da tarifa. A Revolta da Catraca é vitoriosa.

Os estudantes em Florianópolis adaptaram, cerca de um ano depois, alguns aspectos dos protestos da capital baiana. Mas agora o aumento foi derrubado. Seis características são semelhantes entre estes ciclos locais de confronto político: a primeira semelhança é a pauta dos transportes, especificamente a luta contra o aumento de tarifas; a segunda são as performances de confronto – com ações diretas radicalizadas que atingem o cotidiano da cidade com bloqueios de avenidas e ocupações de terminais; a terceira semelhança é o breve período de confronto na cidade com uma alta intensidade de envolvimento dos participantes; a quarta foi a forma de organização das ações coletivas através de assembleias; a quinta foi a repressão das autoridades; e a sexta semelhança é o protagonismo dos secundaristas nas manifestações.

Na Revolta da Catraca de 2004, havia uma diferença em relação aos protestos de Salvador. Existia um reconhecimento dos demais manifestantes em relação aos ativistas da JRI, devido ao trabalho de mobilização e recrutamento que este grupo realizou nas escolas em uma campanha sustentada por um longo período. Desta forma, a JRI funcionou como uma mediação entre os manifestantes e as autoridades públicas e fez a defesa da pauta da redução da tarifa sem nenhum recuo.

A JRI, depois da Revolta da Catraca, avançou na defesa da sua principal reivindicação – o passe livre estudantil. Em 26 de outubro de 2004 estava marcada a votação sobre o passe livre na cidade de Florianópolis. A mídia local tentava relacionar a concessão do passe livre com o aumento das tarifas. O movimento, com assembleias, reuniões e panfletos tentava esclarecer o contrário. Diante da vitória com a Revolta da Catraca e da narrativa revolucionária da JRI, o slogan do protesto do dia 26 de outubro era “Aprovação ou Revolução”.

A JRI – apesar de se colocar como uma organização independente – lidera uma campanha em que os ativistas não se recusam a dialogar com nenhum ator ligado a institucionalidade. Negociou e pressionou os partidos. Também solicitou apoio de sindicatos e até mesmo da associação de praças – policiais de baixa patente. Naquele contexto desenhava-

se uma prática com interações institucionais e não institucionais que combinava independência com foco nos resultados. Se, a independência política da JRI facilitava a mobilização e o recrutamento da campanha pelo passe livre de estudantes identificados com o repertório autonomista, a postura de amplo diálogo com a institucionalidade sem distinção dos atores partidários gerava desconfiança e quase comprometeu a legitimidade da campanha (ORTTELADO, 2004).

Mas o diálogo e a pressão institucional somada à pressão das ruas garantiram a aprovação do passe livre no dia 4 de novembro²³. A JRI, com sua confluência de ativistas ligados a repertórios de confrontos diferentes, formulou uma coalizão em torno do confronto pela redução da tarifa que preservava uma diversidade de ideias e práticas, possibilitando uma ampla participação de ativistas de diferentes tradições políticas.

2.3 Do protesto local ao movimento nacional

O ativismo e a cultura de organização dos movimentos estudantis no Brasil tiveram significativa influência do repertório socialista. Com a escolha de representantes nos grêmios e diretórios estudantis, e também através das relações destes representantes com diretorias institucionais, a hierarquização na organização dos estudantes e a formação de lideranças era fortalecida. Para os partidos, as lideranças estudantis são possibilidades férteis para a formação de novos quadros políticos e, com este objetivo, investem nesta aproximação e neste acompanhamento. Este cenário tanto de verticalização quanto de ligação com partidos levou a intensas disputas pelos instrumentos de organização existentes: grêmios, diretórios estudantis e organizações centrais dos estudantes. Estas disputas, por vezes, faziam com que a orientação do ativismo estudantil ficasse voltada para as questões internas dos estudantes e não para os problemas sociais mais amplos.

Estas características, combinadas ou não, foram vividas historicamente por diversos estudantes, gerando, muitas vezes, interpretações críticas. Uma destas foi a narrativa de ativistas sobre a apropriação das entidades estudantis na Revolta do Buzu difundida no meio estudantil neste contexto de formação de um movimento nacional.

²³ Posteriormente, esta conquista foi derrubada pelo judiciário.

Em Florianópolis, com a difusão dos protestos, fortaleceu-se, entre os ativistas da JRI, a convicção de que estes protestos estudantis com formas de organizações autônomas e performances que combinavam demonstrações públicas com ações diretas de confronto poderiam ser nacionalizados²⁴. Nas resoluções²⁵ do primeiro encontro nacional, realizado em Florianópolis escreveram:

Todos demos o sangue pela vitória dessa atividade, pois ela vai desencadear um processo de revoltas simultâneas jamais visto no Brasil. Dentro dessa reivindicação legítima e incontestável repousa a chave das correntes, da gaiola que nos tange a liberdade, da porta de uma nova sociedade, onde possamos passar livres não apenas nas catracas de ônibus, mas nas catracas da vida.

Foi neste encontro, com a presença de ativistas de Belém, Curitiba, Rio de Janeiro, Itu, Campinas, Sorocaba, Belo Horizonte e Florianópolis que instituíram a campanha nacional pelo passe livre e definiram que o símbolo de unidade nacional do movimento era o garoto que chuta a catraca. Outras propostas jamais foram realizadas, como uma grande Marcha pelo passe livre de Florianópolis até Brasília. Os participantes apontaram nas resoluções a realização de um encontro mais amplo com representantes de outros locais.

Entre 2004 e 2005, a estratégia do movimento por justiça global de realizar protestos contra as reuniões de cúpulas dos organismos multilaterais estava desgastada e havia uma percepção dos coletivos brasileiros de exaustão dos ativistas. Este esgotamento pretendia ser superado com alguma inovação que possibilitasse que o trabalho de ativismo realizado nos últimos anos tivesse algum desdobramento ou continuidade²⁶. Ainda antes da plenária nacional do MPL, Pablo Ortellado, um dos ativistas do CMI e do movimento por justiça global na cidade de São Paulo, escreve em 2004 um artigo chamado “Um movimento heterodoxo”²⁷, contando a história da campanha pelo passe livre em Florianópolis. Neste texto ele apontava que a organização desta luta seguia um caminho político original e era um dos indicativos das lutas brasileiras no século XXI.

²⁴ Informação verbal do entrevistado DD, em março de 2016.

²⁵ **Disponível em:** <<http://tarifazero.org/2013/07/25/resolucoes-do-i-encontro-nacional-pelo-passe-livre-florianopolis-julho-de-2004/>>. **Acesso em:** 21/07/2016.

²⁶ Informação verbal do entrevistado AP, em março de 2016.

²⁷ **Disponível em:** <<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2004/12/296635.shtml>>. **Acesso em:** 15/03/2016.

Uma forma de conexão dos ativistas de diversos estados com a pauta dos transportes foi o site do CMI. No site, além de ter a cobertura do CMI sobre os protestos locais, havia espaço para os próprios ativistas diretamente envolvidos com determinado confronto postarem fotos, textos, vídeos e contatos. Diversos grupos que lutavam por transporte utilizaram o CMI para divulgarem os confrontos locais. Desta forma foi sendo constituída uma conexão entre diversos ativistas, como demonstra o relato de uma das entrevistas²⁸:

Os companheiros de Florianópolis, alguns companheiros do Distrito Federal (...) reúnem esses contatos do CMI, formam um lista de e-mail e falam: “gente, está todo mundo lutando pelo passe livre, vamos articular um movimento nacional?”

Com estes contatos virtuais e a partir da articulação com o movimento por justiça global de São Paulo, a campanha pelo Passe Livre conseguiu um espaço no Fórum Social Mundial em 2005. Este grande evento era também um espaço de mobilização que potencializava a fundação do movimento, pois estudantes e ativistas de diversos estados se organizavam para participar.

Acontece em Porto Alegre o Fórum Social Mundial, a gente fala: “gente é agora. Porque o tanto de sindicato, centro acadêmico, pastorais, tá todo mundo indo pra lá, vaga em ônibus é o que não falta”. Então, eu, por exemplo, fui de graça. E aí a gente tem a oportunidade de finalmente fazer uma plenária nacional de fundação do movimento²⁹.

As Revoltas do Buzu e da Catraca, a luta pelo passe livre em Florianópolis e a organização da plenária nacional de criação do MPL nacional foram processos políticos que aproximaram o movimento por justiça global e o CMI. Por volta de 2004, existia um desconforto no CMI Brasil quanto ao fato de um instrumento de comunicação ligado às tradições autonomistas cobrir em sua maioria ações de protestos de outras formas de fazer confronto³⁰. Com a luta de Salvador e a preparação da luta de Florianópolis, os ativistas do CMI começam a ver na luta pelo transporte uma potência de realização das formas de fazer confronto com as quais estes ativistas tinham proximidade. Em diversas cidades, alguns

²⁸ Informação verbal do entrevistado CM, em março de 2016.

²⁹ Idem.

³⁰ Informação verbal do entrevistado DD, em março de 2016.

ativistas do CMI passam a ter uma dupla militância, agregando a luta do passe livre a suas rotinas.

Os ativistas da campanha pelo Passe Livre e o CMI convocaram comitês e grupos de luta pelo Passe Livre de todo o Brasil para a plenária. O local específico marcado para a plenária era denominado “Caracol InterGalaktica”, estande do “Acampamento da Juventude”. Este espaço era articulado por coletivos ligados aos movimentos por justiça global, com prevalência de ativistas e coletivos baseados na tradição autonomista³¹. O nome do local era uma referência direta aos Zapatistas, pois estes utilizaram o mesmo nome para o encontro internacional que convocaram em 1998. O espaço anterior à plenária foi um debate com a presença dos movimentos Zapatistas e Piqueteiros.

A convocatória³² possuía um conteúdo que pretendia já filtrar as participações, trazendo para a plenária de fundação pessoas e coletivos que tivessem semelhanças com os ativistas de Florianópolis. Abaixo um trecho:

O momento que se formou, através de uma construção vitoriosa e não sem percalços, é o da efetiva mobilização, organização e construção de um movimento que agregue amplos setores da juventude brasileira na construção de um movimento de jovens e trabalhadores urbanos semelhante ao que o MST – Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra representa no campo. A construção do MPL – Movimento Nacional pelo Passe Livre é uma realidade que não pode mais ser contida, porque a juventude brasileira não pode esperar e não quer esperar pela “boa vontade” de governantes comprometidos não com a melhoria de suas condições de existência, mas com os patrocinadores de suas campanhas eleitorais.

Os movimentos de juventude que se restringiram à disputa das entidades estudantis, esquecendo da efetiva e necessária mobilização das massas, penetraram em uma lógica que pontua seu caráter pela agenda traçada pela burguesia em seu processo eleitoral. Uniões nacionais, estaduais e municipais de estudantes, bem como grêmios estudantis, centros acadêmicos e diretórios centrais de estudantes não raras vezes foram transformados em meros aparelhos burocráticos, verdadeiras escolas de tecnocracia ou fornecedores de futuros quadros para o aparelho de Estado. A juventude revolucionária não pontua sua ação por esta lógica, apesar de não renegala de forma esquerdista: reconhece a importância da disputa no interior dos marcos do capitalismo, mesmo porque não está formado um quadro de revolução imediata.³³

Destaco alguns conteúdos que atuavam como um filtro de participação: o primeiro é a identificação direta com os estudantes em oposição à burocracia das disputas nas

³¹ Informação verbal dos entrevistados AC e DD, em março de 2016.

³² Disponível em: <http://tarifazero.org/2015/02/02/mpl-historia-plenaria-nacional-do-movimento-pelo-passe-livre/>. Acesso em: 21/07/2016.

³³ Disponível em: <http://tarifazero.org/2015/02/02/mpl-historia-plenaria-nacional-do-movimento-pelo-passe-livre/>. Acesso em: 21/07/2016

organizações estudantis. Um segundo conteúdo presente na convocação é o discurso revolucionário. Defender a revolução facilita a aproximação de ativistas e coletivos ligados ou identificados ideologicamente com a esquerda. Outro ponto é o exemplo do MST como movimento nacional. Aqui, o conteúdo da convocação da plenária tanto trazia um referencial socialista quanto já apontava para a criação de um movimento nacional. Este referencial socialista vinha complementar o referencial autonomista que foi marcado nesta convocação pela escolha do local da plenária.

Os ativistas de Florianópolis, principais articuladores da plenária, defenderam que o consenso deveria ser a forma de se tomar decisões na plenária. Importante destacar que foi neste momento que aspectos organizativos do movimento estavam sendo forjados, com as diversas experiências dos ativistas presentes. Os filtros existentes na convocação e o método de decisão por consenso facilitava a consolidação das posições já acumuladas por algumas lideranças³⁴ no período anterior de confrontos locais. Abaixo o texto aprovado na plenária explicando a criação do MPL nacional:

O Movimento pelo Passe Livre é um movimento autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário. Nossa disposição é de Frente Única, mas com os setores reconhecidamente dispostos à luta pelo Passe-Livre estudantil e pelas nossas perspectivas estratégicas. Os documentos assinados pelo Movimento devem conter o nome Movimento pelo Passe-Livre, evitando, assim, as disputas de projeção de partidos, entidades e organizações³⁵.

A partir deste encontro algumas expressões são acrescentadas no vocabulário de definições do movimento nascente. Somente a palavra “independente” utilizada anteriormente pela JRI não dava conta de explicitar a dinâmica organizativa e, desta forma, foram acrescentadas as palavras “autônomo”, “apartidário” e ainda a ressalva de não ser antipartidário. Neste momento de criação do movimento, seus ativistas demarcavam uma diferenciação, sobretudo, em relação ao aparelhamento existente nas organizações estudantis e nas suas relações umbilicais com partidos políticos. Entretanto, devido às ligações com o repertório socialista, havia a preocupação de que o discurso e a prática de autonomia,

³⁴ Mesmo os ativistas não sendo nomeados como lideranças pelo próprio movimento, a trajetória de participação e articulação fazia com que alguns ativistas tivessem maior destaque do que outros já na plenária de fundação.

³⁵ **Disponível em:** <<http://tarifazero.org/2015/02/02/mpl-historia-relato-sobre-a-plenaria-nacional-pelo-passe-livre/>>. **Acesso em:** 26/05/2016.

independência e de crítica ao atrelamento dos grupos estudantis aos partidos não fossem interpretados ou conectados a um conteúdo contra os partidos.

A formação da coalização para a criação do movimento apresentou dificuldades com a saída de alguns ativistas da plenária. Discordaram sobre a caracterização de algumas organizações estudantis. Enquanto a maioria queria aprovar um texto apenas afirmativo da independência e autonomia do movimento, uma minoria solicitava que além destes princípios era necessário demarcar a independência específica em relação a algumas organizações atreladas ao governo federal, como a UNE. Este desacordo da plenária levou a um paradoxo. Ou se abria mão do consenso e se votava a discordância, ou se aprovava por consenso e não considerava a discordância. A segunda opção foi a escolhida, seguida pela saída da plenária de uma minoria que defendia a votação.

Os ativistas optaram por não realizar uma crítica direta às organizações UNE e UBES, pois na verdade a crítica formulada era mais ampla e abarcava a própria lógica representativa. Desta forma, defendiam uma alternativa de organização estudantil com vistas a superar as formas de representação.

A plenária definiu o dia 26 de outubro como dia nacional de luta pelo Passe Livre, pois foi nesta data que no confronto político em Florianópolis o Passe Livre foi aprovado. Definiram também algumas tarefas, como a de organizar a coleta de assinaturas para um Projeto de Lei Federal pelo Passe Livre. Aqui a estratégia institucional – origem da experiência de Florianópolis, com sua influência do repertório socialista – se fez presente.

Por fim a plenária atingiu seu objetivo de articular experiências de confrontos locais e criar um movimento nacional de luta pelo Passe Livre, o MPL, com uma expressiva participação, de 250 militantes, de 29 delegações, 16 estados, espalhados pelas cinco regiões do país. A experiência dos protestos anteriores e a reivindicação especificamente juvenil – do passe livre estudantil – fez com que a escola fosse naturalmente considerada espaço estratégico de mobilização.

A campanha, consensuada nesta plenária em janeiro de 2005, foi pela reivindicação do passe livre. As combinações de ações políticas do MPL nacional ficaram apenas com indicações gerais na plenária. Não havia debates sobre como seriam os confrontos ou quais performances seriam prioritariamente escolhidas pelos movimentos locais. A autonomia das organizações locais é quem definiria estas performances.

Os ativistas proponentes da plenária nacional, ligados a JRI, se organizavam com divisões em coordenações. Deste modo, não tinham o mesmo debate das organizações autônomas, que defendiam relações horizontais no movimento social. Entretanto, a conexão com diversos ativistas do CMI influenciou os direcionamentos da plenária. O movimento escolheu e adaptou formas de organização semelhantes à do CMI, através de um processo de adesão voluntária dos coletivos locais ao MPL nacional. A partir de um texto contendo os acordos inegociáveis, os coletivos locais decidem fazer parte voluntariamente da organicidade nacional do movimento, com encontros periódicos, reuniões virtuais e listas de discussões sem uma hierarquia formal. Além do enraizamento territorial do CMI em diversas cidades brasileiras, o nascente MPL nacional herdou a influência das suas formas de organização autônomas, não hierárquica e as preocupações em relação a uma comunicação segura entre os ativistas.

Ainda em 2005, os ativistas da cidade de Florianópolis – agora parte formalmente do MPL nacional – participaram do confronto político que ficou conhecido como a segunda Revolta da Catraca, contra mais uma tentativa de aumento na tarifa.

O MPL Floripa tem dificuldades em coordenar as ações de confronto. A autocrítica realizada no relato ativista de Léo Vinicius³⁶ aponta algumas: distanciamento e dificuldades de comunicação dos ativistas do movimento com os estudantes que participavam dos protestos; dependência de lideranças constituídas no ano anterior e pouca elaboração estratégica. Um episódio ilustra estas dificuldades e possibilita a compreensão do desuso dos carros de som nos protestos do MPL.

Os protestos em Florianópolis eram, em geral, precedidos de assembleia com caixas de som, em que diversas pessoas, sobretudo jovens de organizações, falavam e opinavam sobre os rumos do protesto. No dia 2 de julho de 2005, uma grande manifestação era esperada na capital catarinense e, com o clima tenso na cidade, foi realizada uma reunião do MPL Florianópolis com sindicalistas e militantes ligados a partidos de esquerda. Combinaram uma proposta em comum e um dos ativistas do movimento ficou com a tarefa de fazer a proposição na assembleia, com o conjunto dos manifestantes. A melhor forma de garantir o encaminhamento previamente combinado – apesar de as coisas não serem colocadas diretamente desta forma – era uma hierarquização das falas no protesto. O repertório socialista tem algumas formas disponíveis para realizar esta intenção. No protesto, havia um

³⁶ A Guerra da Tarifa. Leo Vinicius. 2005. Faísca Publicações Libertárias.

caminhão de som que gerou antipatia geral nos participantes do protesto, pois “ninguém sabia de onde vinha o caminhão, quem estava pagando e quem era o sujeito em cima dele” (VINICIUS, 2005). A proposta que tinha sido combinada de antemão foi vaiada, pois a maioria dos participantes queria repetir a performance do ano anterior e ir para a ponte. Era justamente esta opção que o MPL Florianópolis e os demais organizadores consideravam suicida. O caminhão de som ainda foi usado, por algumas pessoas que, junto a um deputado estadual, pediram tempo para negociar a liberação da ponte com o secretário de segurança pública. Os discursos do alto do caminhão estavam em descompasso em relação aos manifestantes embaixo (VINICIUS, 2005, pp. 33-38).

Esta vivência exemplifica que a não utilização do carro de som não foi apenas uma construção teórica, mas foi baseado em experiências práticas, resultado do choque de repertórios socialistas e autonomistas no calor das lutas.

O MPL nacional, portanto, é formado por uma confluência de performances vindas dos repertórios autonomistas e socialistas. Isto só foi possível devido às conexões com o ciclo de protestos globais, as adaptações e influências locais, as formas de confronto vivenciadas ou assistidas e através dos laços sociais compartilhados. Estas formas de confronto foram acumuladas e assimiladas, em um processo histórico, por pessoas que se comprometeram mutuamente com as reivindicações contra os aumentos e pelo passe livre.

3. O MPL São Paulo

A articulação e formação do MPL nacional amplia o confronto político em torno da pauta do passe livre. A unidade do movimento não existia a partir de lideranças ou tarefas centralizadas, mas a partir da adesão autônoma de grupos locais aos princípios estabelecidos pelo MPL nacional em sua plenária e formação e posteriormente nos seus encontros.

Essa maneira de organizar o confronto fazia com que os grupos locais tivessem ampla autonomia e desenvolvessem especificidades, sobretudo diante da dificuldade em nacionalizar a pauta dos transportes. Por mais que existisse a proposta de realizar um abaixo assinado por um projeto de lei federal sobre o passe livre, a responsabilidade dos municípios e dos estados no que se refere à gestão dos transportes fazia com que os confrontos locais tivessem maior relevância para os ativistas.

O espaço aberto pela nacionalização do movimento ampliou o contato entre ativistas dos diversos estados, facilitando a difusão horizontal de performances, enquadramentos, slogans e símbolos. Grupos locais, nem todos formalmente no MPL nacional, mas que defendiam a pauta do passe livre ou contra aumentos nas tarifas, realizaram confrontos político com peculiaridades locais em diversas cidades do Brasil. Alguns exemplos são: Campinas (2005)³⁷, Vitória (2005), Brasília (2005 e 2006), Curitiba³⁸ (2006).

Neste capítulo o foco é compreender o MPL São Paulo, a partir da: trajetória dos ativistas do movimento; as conexões, alianças e espaços de mobilização com influências dos repertórios autonomistas e socialistas; e os confrontos políticos entre os anos de 2005 e 2012.

3.1 Ativistas de São Paulo

Selecionei para um olhar com maior profundidade a trajetória de quatro ativistas do MPL São Paulo. A não existência de processos formais de constituição das lideranças cria uma dificuldade na escolha dos entrevistados, pois não possibilita a utilização do critério de realizar entrevistas com lideranças. Desta forma, os critérios estabelecidos para definir os entrevistados levaram em conta o período de entrada do movimento e principais tarefas executadas nos protestos de 2013. Estes critérios contribuíram para uma seleção heterogênea dos ativistas.

³⁷ <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2005/04/313440.shtml> - acesso em 05/08/2016.

³⁸ <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2005/04/313440.shtml> - acesso em 05/08/2016.

Ao analisar estas trajetórias não pretendo individualizar estas experiências de confronto político, mas identificar conexões entre espaços de mobilização, ativistas, pautas e repertórios que possibilitem uma maior compreensão do MPL São Paulo e do confronto político de junho de 2013. Por isso, o nome dos ativistas não será revelado³⁹ e apenas aspectos relevantes da trajetória para compreensão de conexões de atores, pauta, espaços de mobilização e repertórios serão destacados.

Sobre o período de entrada foram selecionados dois ativistas que acompanharam o MPL São Paulo desde a fundação e dois ativistas que entraram para o movimento no contexto dos protestos de 2011. Sobre as tarefas em junho de 2013 eram variadas. Havia ativistas que participaram do planejamento das performances, outros do diálogo com a polícia, imprensa e outros movimentos. Há apenas um espaço comum entre os entrevistados constatado posteriormente à escolha dos ativistas: todos foram estudantes da USP. Entretanto, apenas um deles começou a participar do MPL São Paulo no período de faculdade, pois os outros três entraram para o movimento ainda quando estavam no ensino médio.

O primeiro ativista nasceu em 1986, seus pais participaram das Diretas Já. Estudou em escolas particulares em São Paulo. Numa delas, o Colégio Equipe, havia um grêmio com estudantes que se identificavam com o anarquismo e foi onde começou sua socialização política com amigos que eram punks. Através destas relações de amizade, e também por conta do irmão um pouco mais velho, participou do protesto contra ALCA em abril de 2001. Este protesto havia sido convocado pelo movimento Ação Local por Justiça Global. Começou então a acompanhar alguns confrontos políticos pelo site do CMI e de forma esporádica a participar de alguns protestos, como o protesto contra a guerra no Iraque.

Ao entrar na Universidade de São Paulo (USP) começou a viver o contexto do movimento estudantil universitário, sobretudo com a greve de 2004. Não conseguia ficar à vontade com nenhuma corrente política que atuava na universidade, mas se aproximava de ativistas mais dispostos a realizar ações diretas. Esta aproximação a partir das performances de confronto está relacionada com a influência punk. Ele conta um episódio sobre um protesto dentro da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) relacionado com uma votação de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que iria influenciar o contexto da USP. Havia entre o plenário dos deputados e o espaço reservado para as pessoas assistirem uma altura de aproximadamente dois metros. Os manifestantes combinaram que se perdessem a votação iriam puxar a palavra de ordem “Acabou o amor, isso aqui vai virar um inferno”,

³⁹ Nem mesmo as siglas pelos quais os entrevistados foram nomeados no Apêndice A será mencionado para que, deste modo, não seja possível um cruzamento de informações e realmente o anonimato seja preservado.

pular para dentro do plenário e ocupá-lo. E foi isto que aconteceu: marcaram o fato político, tornaram-se capa do jornal no dia seguinte, segundo o ativista com “uma ação direta em um espaço totalmente reservado para institucionalidade”.

Entre 2004 e 2005 discutia com alguns contatos próximos a ideia de montar um grupo de afinidades. Esta é uma influência dos protestos globais, pois como vimos anteriormente, em Seattle, algumas ações foram realizadas pela divisão em grupo de afinidades no Centro de convergência. Porém, no início de 2005, o ativista foi para o FSM e se interessou pelo espaço de debates organizados pelos coletivos autônomos, especificamente o debate com o movimento dos Zapatistas. Acompanhou também, por ser no mesmo espaço, a plenária de fundação do MPL, mas não era ainda parte do movimento. Chamou sua atenção a dedicação de alguns ativistas, um sentimento contrário às organizações estudantis representativas, como a UNE e a UBES e as formas de decisão na plenária: “(...) para ser por votação, talvez a gente tivesse que fazer o consenso que seria por votação, e para ser por consenso, talvez a gente tivesse que votar que iria ser por consenso”.

Apesar de estar na plenária e participar do primeiro protesto do MPL São Paulo ele não se considerava um ativista do movimento, mas era apenas um manifestante que frequentava os espaços de mobilização do movimento. Entrou tempos depois quando foi criada a Comissão sudoeste do MPL São Paulo, que se reunia na USP e então ele começou a frequentar as reuniões, fazer atividade em escolas e encontrou amigos do Colégio Equipe que já estavam no movimento.

Participou de uma formação do MPL São Paulo que aconteceu junto ao Fórum do Anarquismo Organizado (FAO). No debate relacionavam o passe livre à distribuição de renda, o acesso dos estudantes à educação (e não apenas à escola) e o impacto do custo dos transportes para as famílias. Faziam referências ao confronto político de Florianópolis e ao passe livre na cidade do Rio de Janeiro. Assim como na plenária de formação do movimento predominava um discurso contrário às organizações estudantis representativas. Também tiveram oficinas sobre ações diretas e sobre o funcionamento das estruturas repressivas.

Este ativista relata tensões entre as comissões regionais e a reunião municipal, principalmente referente às formas de decisão do movimento. O nível de engajamento para participar destas reuniões municipais era grande como fica claro neste trecho:

(...) comecei a ir nas reuniões municipais para ver qual é que era, acabei me tornando parte dessa reunião que eu entrei mais por um espírito crítico, talvez. Muda muito assim quando você entra, porque você perde os finais de semana. É um passo

grande na vida de uma pessoa, você não tem mais o final de semana para curtir, você ficou o domingo inteiro discutindo, então... muitos, muitos e muitos domingos foram com o passar dos anos⁴⁰.

A segunda ativista nasceu em 1989 e sempre estudou em escola pública. Citou que alguns professores tiveram papel fundamental na sua socialização política, mas foi através do punk que começou a participar. Esteve na Verdurada, evento que combinava show de punk com debate político.

O movimento punk se organizava para ir aos protestos e para entender o que estava acontecendo, então isso foi uma porta de entrada para o movimento autônomo. E já em uma perspectiva mais crítica a esquerda clássica e seus métodos. O punk rompe com tudo que está colocado naquela época, desde as entidades estudantis até a forma de manifestações⁴¹.

A partir destas trajetórias é possível identificar que o punk e sua ligação com a contracultura⁴² foram formas de entrada do repertório autonomista no Brasil. Ativistas punks, principalmente a partir da participação no ciclo de protestos por justiça global, conectaram pessoas com o repertório autonomista.

O punk surgiu em diversos locais do mundo, e também no Brasil em meados dos anos 70. As principais características do punk, segundo Liberato (2006) são: as músicas simples, com letras contestando instituições e expressando revolta; um estilo específico de roupas e cabelos; e uma filosofia prática do faça-você-mesmo (*do-it-yourself*), relacionada com a concepção de ação direta também presente nos protestos por justiça global.

Foi a partir das interpretações punk sobre este choque de repertórios que esta ativista estava se iniciando e se formando no confronto político e se aproxima da AGP e dos comitês pelo passe livre:

Perceba esta contradição do sistema: se você vai fazer alguma coisa que vai afetar alguém, o estado, que vai incomodar interesses, vai ter repressão, porque o Estado e a polícia militar estão postos pra isso. Então, a partir do momento que você tem uma esquerda que negocia tudo com a polícia: o que vai fazer? O que não vai fazer? O que pode fazer? Até onde pode ir? Por mais que seja um ação direta no sentido de

⁴⁰ Trecho da transcrição da entrevista

⁴¹ Idem.

⁴² No Brasil, no começo dos anos 2000, surge um movimento com características contraculturais denominado “Confeiteiros sem fronteiras”, que ficou conhecido por dar tortadas na cara de políticos. Segundo Mesquita (2008), este movimento, ao dar tortadas em pessoas públicas poderosas, gerava comicidade e espetacularização desmistificando a imagem dos alvos através da ridicularização. Esta performance de confronto tem origem na contracultura, foi utilizada pelo hippie Aren Kay nos anos 60 (MESQUITA, 2008, p. 177).

ocupar uma rua, ela é uma ação indireta porque ela começa a ser uma representação do que seria a própria ação direta, porque ela é completamente negociada e acertada nos mínimos detalhes. E eu acho que é isso que agente rompe, que a AGP rompe, que o MPL rompe (...)⁴³.

Outro espaço de mobilização dos movimentos por transporte ao qual também tinha acesso era o CMI. Apesar do CMI ser um espaço de mobilização virtual e o acesso à internet ainda ser bastante limitado nesta época, o relato exemplifica sua importância:

Pra mim o CMI era um site. Eu não conhecia ninguém do CMI. Eu sabia que era um site que dava para postar as coisas e a galera do movimento autônomo estava ligada, já ia lá e via. Era que nem você ir na Galeria do Rock pra ver cartaz de som punk, pra ver quando é que ia ter. Não tinha esse negócio de publicar, todo mundo colava seu cartaz lá na galeria e as pessoas iam lá e olhavam. O CMI também funcionava assim⁴⁴.

Mas foi a partir de relações de amizade na escola pública que conheceu pessoas que estavam participando dos comitês de luta pelo passe livre na cidade de São Paulo. Havia dois comitês um ligado ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e outro ligado a um grupo do PT chamado “Vamos bater lata”. Coincidentemente esta ativista tinha amigos nos dois comitês. Foi nesta mesma época que ela foi para FSM e acompanhou a plenária de fundação do MPL nacional. No retorno a São Paulo, junto com os ativistas paulistas que também estavam na plenária, tentaram unificar os dois comitês em torno do MPL São Paulo.

O terceiro ativista era mais novo, nasceu em 1993, estudou numa escola particular chamada Escola da Vila. Professores que estimulavam a participação foram importantes para a socialização política deste ativista, assim como o grêmio existente no colégio que também fazia parte da Poligremia. Nos protestos de 2011 ele vendia camisetas e botons para arrecadar dinheiro para o grêmio e participava como um apoiador do movimento. A participação no protesto foi a forma de conhecer o movimento e começar a fazer parte.

Mesmo estando no MPL São Paulo, ao entrar na USP, começou a fazer parte do movimento estudantil universitário, contudo considerou ruim, sobretudo, a organização voltada para a discussão de questões internas e não para ações em relação a problemas mais amplos.

O quarto ativista nasceu em 1994 e estudou no Colégio Santa Cruz. Começou sua socialização política no grêmio livre da escola. Mencionava ser um grêmio livre, pois todos

⁴³ Trecho da transcrição da entrevista

⁴⁴ Idem.

podiam participar. Em 2010 ele participou da poligremia, e, deste modo, se reuniu com estudantes de outras escolas para trocar experiências e pensar ações em comum. Lá ele conheceu algumas pessoas do grêmio da Escola da Vila que já participavam do MPL, chegou a pegar um panfleto do protesto no começo de 2010, mas não foi. No fim do mesmo ano, nas eleições de 2010, foi também um momento político importante nesta trajetória, pois a campanha do candidato Plínio do PSOL o entusiasmou a participar mais ativamente da política. Junto com um grupo de amigos haviam decidido filiar-se ao PSOL. Entretanto, na mesma época, foi em um protesto do MPL no Largo da Batata. Gostou da estética do ato e das formas de organização não hierárquicas, semelhantes a do grêmio escolar do qual fazia parte. Pegou um panfleto e foi com alguns amigos na reunião. Entraram para o MPL São Paulo – e não para o PSOL – em um momento que o movimento estava desestruturado e os ativistas desanimados por terem sido derrotados em mais um aumento.

A entrada destes ativistas no movimento, a partir da participação em um protesto com estudantes de escola, exemplifica que um dos objetivos do movimento, ao realizar estes protestos, é o de recrutar novos ativistas.

3.2 Formas de organização do MPL São Paulo: atores, alianças e espaços de mobilização.

A formação do MPL São Paulo é influenciada tanto por aspectos relacionados à dinâmica própria da cidade quanto pela conexão com ativistas de outros lugares.

Na cidade havia a existência de dois Comitês de Luta pelo Passe Livre, ligados à tradição socialista, com uma participação constante de membros de partidos. Um dos comitês era liderado por jovens do PSTU. Este partido havia deliberado nacionalmente⁴⁵ envolver a Coordenação Nacional de Luta dos estudantes (CONLUTE) – organização de estudantes ligados a este partido – nas lutas pelo passe livre, como estratégia de aproximação de secundaristas. Havia também um comitê liderado por um grupo petista chamado “Vamos bater lata”, que era acompanhado por dois mandatos petistas, o de Beto Custódio e o de Luiz Eduardo Greenhalgh.

⁴⁵ Disponível em: < <http://www.pstu.org.br/node/10432>>. Acesso em: 06/08/2016.

A cidade de São Paulo foi palco dos protestos nacionais por justiça global, com confrontos políticos contra ALCA e contra a guerra no Iraque, ligados ao repertório autonomista. Estes protestos tiveram como protagonistas grupos como: Ação Local por Justiça Global, AGP e o CMI. Alguns ativistas que participaram destes protestos começaram a participar dos comitês pelo passe livre, o que favoreceu a existência de uma relação tensa envolvendo a relação dos comitês com partidos. O site do CMI era utilizado para convocar reuniões deste comitê. Em agosto de 2004 um destes convites explicita a tensa relação entre ativistas independentes e militantes partidário:

Se reunirá mais uma vez o comitê de luta pelo passe livre de sampa, nesta reunião veremos o vídeo da Revolta do Buzu. O comitê é apartidário (...) até pouco tempo o povo do PSTU dominava, pintava e bordava, mas a realidade hoje é outra.⁴⁶

O contato com ativistas de outros estados também impactaram a formação do movimento na cidade. Quando os ativistas da capital paulista, que foram à plenária em Porta Alegre, voltaram com a carta de princípios do MPL ao comitê, eles precisavam fazer uma discussão para aceitá-los ou não e, desta maneira, definir formalmente a sua adesão ao MPL nacional. Ao aprovarem a participação do comitê no MPL nacional, apesar da tentativa de unificar os comitês, aprofundou-se um processo de atritos e afastamentos entre os ativistas autônomos e os ligados aos partidos. Na prática, os ativistas influenciados pelo repertório autonomista e com a conexão com ativistas de outros estados através da adesão ao MPL nacional passam a se tornar os protagonistas principais das ações pelo passe livre⁴⁷.

A saída dos ativistas da CONLUTE da plenária nacional influenciou a dinâmica na cidade de São Paulo, pois os jovens do PSTU, anteriormente ativos no comitê pelo passe livre, se afastam e, assim como outros atores partidários, se desconectam destes ativistas do MPL São Paulo e da pauta dos transportes. Este período pós a criação do MPL nacional significou, em São Paulo, uma efetiva passagem de uma organização por comitês com ligações partidárias para um movimento social autônomo, apartidário e independente.

Devido à influência dos protestos globais, o MPL São Paulo aprofundou o debate sobre a autonomia e horizontalidade no movimento. Ao invés de um movimento com reuniões abertas, o MPL São Paulo se organiza a partir de reuniões fechadas com grau alto grau de

⁴⁶ Este comunicado é assinado pelo ativista que se identifica como Simeone. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2004/08/288019.shtml> - acesso em 11/05/2016.

⁴⁷ Informação verbal do entrevistado CM, em março de 2016.

confiança entre os ativistas. A experiência com partidos influencia esta decisão, como vemos na declaração da ativista⁴⁸:

(...) ah, a gente fez reunião aberta, porque a gente quer ser aberto, democrático, veio esse pessoal de partido e zoa tudo. Que isso? Os caras querem ir lá disputar a linha, querem ir lá promover vereador, querem ir lá promover o programa. Eles discutem na cúpula o partido um programa que eles acham importante pra revolução brasileira e querem ir lá convencer as pessoas que isso é o importante. E, no movimento não, você pode até ser de partido, mas não venha disputar uma coisa que foi construída fora. (...) Vamos construir juntos.
A gente faz reunião fechada para ser aberta.

O movimento, ao definir que as reuniões eram fechadas, aprofunda o debate sobre a necessidade destes ativistas participantes destas reuniões estabelecerem uma relação horizontal. Uma das referências teóricas importantes para esta formulação foi o texto de Jo Freeman (1970), “A tirania das organizações sem estrutura”⁴⁹. A partir do texto, os ativistas debateram a desigualdade que surge das relações dentro do movimento, a existência de espaços não formais de hierarquização e a necessidade de criar mecanismos constantes para tornar as relações igualitárias. Definem a reunião central fechada como principal espaço de decisão, mas criam comissões descentralizadas para realização do trabalho de mobilização nas escolas e recrutamento de novos ativistas.

As críticas dos ativistas do MPL São Paulo ao movimento estudantil da época fizeram parte da construção do movimento e de seu trabalho de mobilização e recrutamento de ativistas nas escolas. Um dos principais pontos da crítica era o foco do movimento estudantil tradicional voltado prioritariamente para questões internas dos estudantes. Desta forma, o MPL São Paulo com sua demanda por transporte se colocava como alternativa. A forma de organização hierárquica e a subordinação aos partidos políticos de grupos estudantis também eram alvo de críticas dos ativistas do movimento durante o recrutamento de novos ativistas.

A Poligremia citada anteriormente do começo dos anos 2000 deixou algumas marcas, pois, no final de 2006, os grêmios destes mesmos colégios se reaproximaram formando uma segunda Poligremia denominada Poligremia Pindorama. Segundo Ferreira (2013), esta poligremia participou junto ao MPL São Paulo do protesto contra o aumento da tarifa de ônibus na região oeste da cidade, que fechou a ponte Eusébio Matoso. A estratégia do

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Disponível em:

<[http://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/files/event/26881/a_tirania_das_organiza%C3%A7%C3%B5es_sem_estutura_\(1\).pdf](http://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/files/event/26881/a_tirania_das_organiza%C3%A7%C3%B5es_sem_estutura_(1).pdf)>. Acesso em: 2 de julho de 2016

movimento envolvia a escola, os grêmios e os protestos locais como espaço de mobilização e formas de recrutar novos ativistas.

O começo do ativismo para os estudantes secundaristas, em geral, significava um recomeço da organização do grêmio. Na poligremia era possível observar um ciclo que envolvia a mobilização – organização – desmobilização – desorganização. Para superar este ciclo era necessário transmitir as experiências aos mais novos, para o grêmio tornar-se uma forma de organização sustentada (FERREIRA, 2013).

Em 2006 o MPL São Paulo cria uma comissão para realizar uma discussão e elaboração de um roteiro para os ativistas realizarem o trabalho nas escolas. O resultado do roteiro trazia detalhes importantes que instruía o ativista do movimento a ter uma linguagem acessível para explicar os princípios, as pautas e as formas de organização do movimento – facilitando a divulgação – e também orientações para observarem alunos mais interessados, passar lista de contatos e a marcar encontros na saída da escola – potencializando a mobilização (URBANIA 5, 2014, p. 56).

Já em 2010 e 2011, o MPL São Paulo faz a articulação do movimento com o coletivo da terceira geração da Poligremia – que reunia grêmios de mais de uma dezena de escolas – para participaram da campanha de luta contra o aumento da tarifa em 2011. Os estudantes participam dos atos centrais contra o aumento de tarifas, mas também organizam atos locais, próximos às escolas. É neste período que alguns estudantes que viriam a ser protagonistas nos protestos de 2013 são recrutados⁵⁰.

3.3 Protestos do MPL São Paulo

Em 2005 era início do movimento, mas o então prefeito Gilberto Kassab aumentou a tarifa de R\$1,70 para 2,00 reais. Neste contexto aconteceu o primeiro protesto do MPL São Paulo⁵¹, na zona noroeste da cidade, local em que existia uma comissão de mobilização do movimento. Algumas performances que se tornariam constantes nos protestos do MPL São Paulo já estavam presentes como, por exemplo, a bateria, o ato de queimar a catraca, estender faixas em viadutos e interromper vias.

⁵⁰ Informação verbal do entrevistado BC, em março de 2016.

⁵¹ Notícias do protesto no site: <http://tarifazero.org/2010/02/18/relembrar-e-viver-ato-do-mpl-sao-paulo-no-dia-nacional-de-luta-pelo-passe-livre-em-2005/> - acesso em 27 de julho de 2016.

A bateria do MPL São Paulo fazia parte das estruturas organizativas do movimento. Era uma forma de interação criativa e estratégica nos protestos, como por exemplo, o de direcionar o trajeto a ser realizado. Recebeu os instrumentos da bateria Batukação que tocava nos protestos por justiça global em São Paulo e era inspirada na bateria *Infernal Noise Brigade* – dos protestos de Seattle⁵².

No final do ano de 2006 o mesmo prefeito Kassab aumentou a tarifa de ônibus de 2,00 reais para 2,30. O MPL São Paulo havia se preparado para este aumento com o trabalho de mobilização nas escolas e convocando uma coalizão denominada Frente de Luta Contra as passagens composta por grupos estudantis, coletivos culturais e movimentos sociais. Um dos grupos era o Exército Insurgente dos palhaços Rebeldes que organizava intervenções artísticas nos protestos. Nos protestos acontecia a prática de realizar assembleias para decidir os rumos dos protestos.

No primeiro protesto⁵³ contra o aumento para R\$2,30, o MPL São Paulo utilizou-se da performance de direcionar a manifestação para um terminal de ônibus. Os manifestantes entraram no terminal parque Dom Pedro e realizaram a performance do catracaço. Este protesto terminou com repressão da polícia. Outros coletivos e movimentos disputaram o direcionamento da mobilização. Um grupo denominado Instituto do Motim Libertário afirmou, segundo a Folha de São Paulo⁵⁴, que estavam trazendo as estratégias de Florianópolis para São Paulo. Mas foram desmentidos pelo MPL São Paulo⁵⁵. O jornal chama atenção também para jovens que utilizavam panos no rosto. A UNE também tentou pegar carona na mobilização e marcou um protesto na Avenida Paulista. O MPL São Paulo em conjunto com a Frente de Lutas Contra das Passagens chamou outros protestos, mas o aumento não foi revogado.

O carro de som foi utilizado pelo MPL São Paulo em um protesto no ano de 2005⁵⁶, mas foi descartado. Desde então a não utilização de carro de som é um consenso no movimento. Segundo os ativistas, a falação no carro de som torna o protesto cansativo e possibilita uma hierarquização do protesto colocando ativistas em diferentes níveis, criando uma diferenciação entre aqueles que falam daqueles que não falam. Outro motivo é que, em geral, carros de som precisam ser alugados ou emprestados por organizações que, quase

⁵² Informação verbal do entrevistado EC, em março de 2016.

⁵³ Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2006/11/366846.shtml>>. Acesso em: 27/07/2016.

⁵⁴ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2511200620.htm>>. Acesso em: 27/07/2016.

⁵⁵ Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2006/11/366626.shtml>>. Acesso em: 27/07/2016.

⁵⁶ Informação verbal do entrevistado EC, em março de 2016.

sempre, possuem ligações com partidos, aumentando os custos ou diminuindo a autonomia do movimento para ação coletiva.

O MPL São Paulo, em substituição ao carro de som, utiliza a performance do jogral⁵⁷ para se comunicar com os manifestantes e para passar seu recado para opositores ou para o público. A realização do jogral por todos os manifestantes tem uma dimensão ritualística que transmite emoção para o protesto. Entretanto, expressa apenas a mensagem homogênea do movimento – sem espaço para discursos realizados pelos manifestantes, com suas possíveis diferenças.

Entre 2007 e 2010 não houve aumento nas tarifas na cidade e foi um período sem a organização de campanhas. O MPL São Paulo, em conjunto com o movimento nacional, realizou uma modificação importante na sua principal demanda. Ao invés de defender passe livre estudantil passou a defender tarifa zero para todas as pessoas e relacionar esta demanda com a democratização da cidade. Lucio Gregori – ex-secretário de transportes da gestão de Erundina em São Paulo (1989 - 1992) – foi um dos teóricos que mais influenciou este debate dentro do movimento, pois quando secretário havia proposto esta modificação na organização do transporte na cidade de São Paulo.

O MPL São Paulo ao redefinir sua principal demanda ampliou suas possibilidades de aliança e atuação em espaços de mobilização. Acabar com a tarifa beneficiária estudantes e a população em geral. Segundo os ativistas Lucas e Toledo (2011), o MPL São Paulo diversificou suas frentes de atuação iniciando trabalhos de mobilização em comunidades, principalmente, na zona sul. Abaixo relatam as dificuldades enfrentadas:

No trabalho comunitário era inevitável nos depararmos com as dificuldades presentes, tais como: a diversidade de interesses e necessidades dos moradores da região – as mobilizações se orientavam em torno de demandas imediatas, como a resistência à remoção de residências; a existência de mais organizações atuantes com projetos específicos – são associações comunitárias, partidos políticos, ONGs, tráfico de drogas; além do fato de várias pessoas, por vezes, precisarem escolher entre militar e trabalhar. Somado a isto, as distâncias prejudicavam o trabalho, uma vez que os militantes não moravam nestas comunidades e utilizavam o transporte coletivo para chegar nelas; também por não morar nelas, não possuíam os laços de pertencimento formados nestes bairros, e não era cogitado mandar um militante ir morar em um bairro para atuar ali politicamente. Todas estas dificuldades implicam, necessariamente, em resultados mais lentos, em uma mobilização menos intensa que a característica dos estudantes.⁵⁸

⁵⁷ Alguns manifestantes, em geral ligados ao movimento, fazem uma leitura ou discursam pausadamente um texto, em que cada palavra é repetida por todos os participantes do protesto, ampliando – sem a utilização de equipamentos – o som da mensagem.

⁵⁸ Disponível em: <<http://www.passapalavra.info/2011/08/44857>>. Acesso em: 27/07/2016.

Organizativamente, com a pauta da tarifa zero, o MPL São Paulo também ampliou as possibilidades em relação a novos aliados e apesar do esforço do trabalho de mobilização nas periferias o local estratégico de mobilização continuou sendo a escola. Neste período não aconteceram campanhas do movimento, mas apenas os protestos no mês de outubro, devido ao dia nacional de luta pela tarifa zero que faz parte dos acordos da articulação nacional do movimento.

Em 2010 a tarifa foi de R\$ 2,30 para R\$ 2,70. Como fazia três anos que não tinha aumento na tarifa às oportunidades políticas para a realização dos protestos eram menores, pois a prefeitura utilizava deste argumento para justificar o reajuste. O MPL São Paulo realizou protestos, mas não conseguiu uma adesão ampla. Ainda no período da campanha eleitoral começou rumores que teria um novo aumento. A hipótese de dois aumentos na tarifa no mesmo ano fez com que as oportunidades políticas para o confronto político se ampliassem. Desta forma, o MPL São Paulo, mesmo sem a confirmação do aumento iniciou a mobilização. Em 24 de novembro o movimento realizou um protesto denominado “Ato das escolas contra o aumento” na região oeste. Na semana seguinte, o movimento realizou o “primeiro dia sem tarifa” com catracaço na cidade. E no dia 13 de dezembro, mais um protesto, agora na Avenida Paulista. Estes três protestos antes mesmo da confirmação do aumento prepararam a jornada que aconteceu a partir do mês de janeiro do ano seguinte.

O confronto político de 2011 foi contra o aumento da tarifa do ônibus ainda na gestão municipal do então prefeito Kassab, de 2,70 reais para 3,00 reais, tornando-se a tarifa de ônibus mais cara do Brasil segundo o MPL São Paulo. O movimento organizou a campanha sustentada de confronto político contra o aumento através de atividades semanais com todo o movimento, em geral em regiões centrais, com o objetivo de abrir diálogo e negociação com o prefeito.

Aconteceram também protestos nos bairros, organizados por estudantes das escolas em que o movimento fazia trabalho de mobilização. Estes tinham a presença da bateria, mas eram organizados por ativistas mais novos e foi um importante espaço tanto de formação quanto de recrutamento de novos ativista como relata um destes ativistas⁵⁹: “Nos atos centrais tínhamos uma única tarefa a cumprir, mas nos atos regionalizados tínhamos que pensar o protesto como um todo”. Estes atos nos bairros eram menores no número de ativistas e no impacto político, no entanto, foram importantes na aprendizagem do confronto político para estes novos ativistas e, também, eram espaços privilegiados para – tanto ativistas mais novos

⁵⁹ Informação verbal do entrevistado BC, em março de 2016.

quanto os demais que acompanhavam a realização destes – testarem novas performances, pois a capacidade de repressão também era menor.

No primeiro protesto central, no dia 13 de janeiro, a manifestação estava indo em direção a Câmara Municipal quando foi reprimida de forma violenta pela polícia, com bombas de efeito moral, balas de borrachas e perseguição de ativistas após a dispersão deixando 30 pessoas feridas e sendo 11 manifestantes detidos. No dia 20 de janeiro foi o segundo protesto, desta vez na Avenida Paulista. No aniversário da cidade, no dia 25 de janeiro, o movimento faz um escracho em uma inauguração realizada pelo prefeito. As duas semanas seguintes, com o terceiro e o quarto protesto pressionaram por audiência pública sobre o aumento na Câmara de Vereadores. No dia 10 de fevereiro o MPL São Paulo realizou a performance de ocupação do Terminal Parque Dom Pedro e foi a primeira vez que esta performance não terminou em repressão. A audiência pública no dia 12 de fevereiro termina com ocupação do plenário pelos manifestantes, saída do Secretário de Transportes com escolta e bloqueios das saídas da Câmara pelos ativistas. Na semana seguinte a performance escolhida pelos ativistas é de se acorrentar em catracas na porta de prefeitura para forçar negociação com o prefeito. Neste período acontecem também protestos em bairros como no Grajaú. No dia 24 de fevereiro, acontece o sétimo protesto contra o aumento com concentração no Teatro Municipal e lançamento de um manifesto de artistas e intelectuais em apoio ao movimento. Em março os protestos começam a perder força e no carnaval o MPL São Paulo organiza um protesto de visita à casa do prefeito. Nos protestos seguintes, dos dias 17 e 24 de março, o MPL São Paulo testa a performance de bloquear grande vias. O número de manifestantes havia reduzido consideravelmente e a campanha chegou ao fim sem a revogação do aumento⁶⁰.

Foram quatro meses seguidos de confronto político que envolveu protestos semanais na região central, protestos regionalizados organizados por estudantes, escrachos em eventos públicos do então prefeito e articulações institucionais com a câmara dos vereadores. Ao sustentar este confronto por um período prolongado o MPL São Paulo testou e aprimorou performances, ampliou diálogo com diversos setores, se deparou com dilemas referentes às interações institucionais, com a mídia e com a polícia. Esta vivência prática de interações conflituosas possibilitou que os ativistas ampliassem a capacidade de analisar cenários e elaborar formas de confronto.

⁶⁰ A anatomia do Movimento Passe Livre. **Disponível em:** < <http://advivo.com.br/comentario/re-a-anatomia-do-movimento-passe-livre-34>>. **Acesso em:** 06/08/2016.

Depois desta longa campanha, ainda em maio de 2011, o MPL São Paulo se envolveu na organização de um evento denominado “Churrascão da gente diferenciada”⁶¹. Este evento foi criado na rede social digital Facebook, com o objetivo ser uma ironia em relação à declaração da associação de moradores da região que, ao argumentar contra o cancelamento da criação da estação Angélica do metrô, disse que esta atrairia “gente diferenciada”. O organizador, com receio das dimensões da sua brincadeira e pressionado pela CET e pela Polícia Militar para não ter fechamento de via, cancela o evento. Segundo relato de um ativista⁶², o MPL São Paulo havia ajudado na divulgação – que em pouco tempo contou com mais de 50 mil pessoas confirmadas – é procurado pelo organizador. O evento, que havia sido cancelado, tornou-se público e ativistas do movimento passaram a ser organizadores. Com a chegada do MPL São Paulo ao protesto com sua bateria, e também com a participação de integrantes do sindicato dos metroviários, o evento virou um protesto.

Os ativistas relataram que esta experiência os entusiasmou a potencializar o uso das redes sociais digitais nos seus eventos de protesto⁶³. O Facebook também possibilitou que ativistas do MPL São Paulo estudassem performances de confrontos políticos com a pauta dos transportes em outras regiões do Brasil. Analisaram pelas páginas desta rede social digital protestos em Vitória, Teresina e Porto Velho⁶⁴.

No ano de 2012 não aconteceu uma campanha sustentada de confronto, entretanto no fim de setembro o movimento realizou uma performance numa cerimônia de inauguração da Praça Roosevelt, em que o prefeito Kassab receberia, do personagem Barão Catraca, o Troféu Catraca, em homenagem a ter sido o prefeito que mais aumentou a tarifa de ônibus na cidade. O ator, menor de idade, foi agredido e detido antes mesmo de concluir sua intervenção.

Também em 2012, ocorre a fusão da bateria do MPL com ativistas do movimento Ocupa Sampa e estudantes ligados à terceira Poligremia, formando a fanfarra do Movimento Autônomo e Libertário ou Fanfarra do MAL⁶⁵. Esta fanfarra passou a ser autônoma em relação ao próprio movimento e estabeleceu formas organizativas próprias. Entretanto, movimento e fanfarra continuaram próximos, tendo a fanfarra o mesmo papel estratégico. Esta articulação era favorecida pelo fato de muitos ativistas serem participantes de ambos.

⁶¹ **Disponível em:**

<<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/churrasco+da+gente+diferenciada+e+remarcado/n1596949215557.html>>. **Acesso em:** 04 de julho de 2016.

⁶² Informação verbal do entrevistado BC, em março de 2016.

⁶³ Informação verbal do entrevistado BC, em março de 2016

⁶⁴ O grupo que organizou os protestos em Porto Velho tinha um nome curioso: “Porrada no Busão”.

⁶⁵ Informação verbal do entrevistado EC, em março de 2016.

Inclusive havia um recrutamento de ativistas que inicialmente se aproximavam da fanfarra e depois passavam a fazer parte do MPL São Paulo. A Fanfarra do MAL cumpriu um importante papel nas relações do MPL São Paulo com outros movimentos. Ao tocarem em protestos de outros movimentos⁶⁶, aconteciam trocas de experiências e compartilhamento de performances, ampliando as possibilidades para ambos os movimentos.

O MPL São Paulo escolheu e adaptou performances e maneiras de se organizar a partir da combinação entre compartilhamento coletivo de experiências com trajetórias individuais de ativismo. Esta combinação foi formada por processos não lineares, com múltiplas influências que liga gerações de ativismo através de repertórios de confronto compartilhados. Temos aqui caminhos que se conectam, com influências vindas dos ciclos de protestos globais e outras ligadas aos protestos locais. As trajetórias de ativistas do MPL São Paulo ilustram algumas destas dinâmicas de assimilação de repertórios autonomistas e socialistas que estavam presentes tanto na organização dos comitês, quanto através da articulação nacional do movimento – com o contato de experiências de outros estados.

O movimento se constituiu através do trabalho de ativistas em espaços de mobilização, como em escolas públicas e particulares de ensino médio. As experiências de grêmios autônomos e as Poligremias também fortaleceram o recrutamento de novos ativistas para o MPL São Paulo. Os diversos protestos também eram utilizados como formas de recrutar novos ativistas, assim nos períodos em que o movimento organizou campanhas entraram mais ativistas no movimento. O vácuo sem campanhas, entre os anos de 2007 e 2010, fez com que o grupo de ativistas do MPL São Paulo fosse formado por ativistas que entraram nos anos iniciais do movimento em São Paulo e por outros ativistas que entraram depois do confronto político de 2010 e 2011.

Neste período de 2005 a 2012 o MPL São Paulo testou e combinou diferentes performances e formas de organização no confronto político. Desta forma o movimento vivenciou diversas interações com os detentores do poder, com a polícia, com a mídia, com outros movimentos e com o público em geral. Foi com este vasto acervo de performances, formas de organização e experiências em interações que o MPL São Paulo começou a planejar o confronto político em 2013.

⁶⁶ Um exemplo desta relação entre movimentos foi uma ocupação do Fórum Popular de Saúde e do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), em maio de 2013, no saguão da Secretaria Estadual de Saúde, para negociar pautas específicas dos trabalhadores e usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Um dos motivos para o secretário da saúde ter recebido ativistas dos movimentos foi o som alto da Fanfara do MAL no saguão da secretaria.

4. O MPL São Paulo nos protestos de 2013

O confronto político realizado por movimentos sociais, seja qual forem as suas reivindicações, é deflagrado pela ação coletiva. Esta ação coletiva é influenciada pelo contexto das oportunidades políticas e ameaças, podendo evoluir ou não de acordo com suas interações com as autoridades, com a mídia e com demais setores envolvidos no confronto. As autoridades desafiadas não reagem passivamente enquanto são contestadas e, desta forma, as oportunidades e restrições políticas continuam sendo modificadas e podem influenciar a dimensão do confronto (TARROW, 2009). Em certos momentos da história o confronto político é ampliado, formando ondas de confronto maiores do que os movimentos individuais, constituindo um ciclo e atingindo todo um sistema social. Estes momentos são definidos por Tarrow (2009) como ciclo de protestos ou ciclo de confrontos:

[...] uma fase de conflito acentuado que atravessa um sistema social, com uma rápida difusão das ações coletivas de setores mais mobilizados para outros setores menos mobilizados; com um ritmo rápido de inovação das formas de confronto; com a criação de quadros interpretativos de ação coletiva, novos ou transformados; com uma combinação de participação organizada e não organizada; e com seqüências de fluxos intensificados de informações e interação entre desafiantes e autoridades (TARROW, 2009, p.182).

Os protestos de junho de 2013 não constituíram um único movimento social, mas sim a abertura de um ciclo maior de protestos com significativos impactos políticos, sociais e culturais. Havia nas ruas diferentes atores e múltiplas demandas com processos e desdobramentos que mudaram rapidamente ao longo do tempo (ALONSO e MISCHÉ, 2016, p.2). Vamos destrinchar em tópicos a definição de Tarrow (2009) para fundamentar a afirmação de que junho de 2013 é um início do ciclo de protestos:

- a) “uma fase de conflito acentuado que atravessa um sistema social”. Junho de 2013 teve um confronto político que transbordou para diversos setores da sociedade que modificaram suas rotinas e participaram de interações se engajando na defesa de desafiantes, autoridades ou trazendo múltiplas demandas para as ruas. O acirramento político não ficou restrito a este período de junho de 2013, mas continuou presente no contexto nacional brasileiro alternando fases de maior e menor conflito. Podemos citar as ocupações por moradia que aconteceram na cidade de São Paulo ainda em 2013, as

inúmeras greves, as lutas questionando a Copa do Mundo de futebol, as ocupações de estudantes secundaristas e também a luta em defesa e contra o impeachment da presidenta Dilma. Todos são conflitos que emergiram a partir da conjuntura aberta em junho de 2013;

- b) “com uma rápida difusão das ações coletivas de setores mais mobilizados para outros setores menos mobilizados”. Em junho de 2013 os protestos começam localizados em grupos habituados a realizar performances de confronto nas ruas – o MPL e seus aliados – e a partir da sequência de interações ocorre uma difusão vertical das ações para setores que não estavam acostumados a vir para as ruas;
- c) “com um ritmo rápido de inovação das formas de confronto”. No dia 17 de junho de 2013, já na fase de difusão dos protestos, surgiram diversas performances organizadas espontaneamente pelos manifestantes, como, por exemplo, em Brasília, a ocupação do teto do Congresso Nacional;
- d) “com a criação de quadros interpretativos de ação coletiva, novos ou transformados”. Foi nesta mesma semana de difusão dos confrontos que surgiu, entre as diversas palavras de ordem, o grito “Não vai ter Copa”. Este novo quadro interpretativo foi um dos principais slogans da luta crítica a Copa no ano seguinte. Este mesmo slogan foi adaptado para criação de outros quadros interpretativos referentes a outros confrontos políticos, como, por exemplo, o slogan “Não vai ter Golpe” utilizado por manifestantes contrários ao processo de impeachment de Dilma Rousseff em 2016;
- e) “com uma combinação de participação organizada e não organizada; e com sequências de fluxos intensificados de informações e interação entre desafiantes e autoridades”. Os protestos de junho de 2013, sobretudo depois das repercussões da repressão policial do protesto do dia 13 de junho de 2013, trouxeram para as ruas manifestantes que não faziam parte de nenhuma organização, caracterizando uma amplificação da participação, ao mesmo tempo em que o fluxo de interações se multiplicou, com a difusão de protestos por todo o território nacional e inclusive em outros países.

Estas características dos protestos de junho de 2013 corroboram com o argumento que definem os protestos de junho de 2013 como marco importante de início de um ciclo de confrontos. Tarrow (2009) escreve que os ciclos de confrontos, no seu início, têm muitas semelhanças, entretanto podem evoluir e terminar de diferentes formas. Segundo o mesmo autor um ciclo de protestos pode ser dividido nas seguintes fases: antecedentes, fase de mobilização, fase da difusão e descenso.

A fase antecedente é anterior ao ciclo, mas só podemos identificá-la a posteriori, pois em geral um ciclo de confrontos é inesperado. A descrição desta fase envolve a conjuntura política, econômica e também as oportunidades e restrições políticas que transformam reivindicações em ações (TARROW, 2009, p.181). Alguns eventos de protestos acontecem nesta fase e podem ou não estarem diretamente ligados com o movimento iniciador.

A fase denominada de mobilização é sempre restrita e específica de um grupo que expressa publicamente sua divergência e seus primeiros protestos acontecem a partir de rotinas de mobilização. Esta fase de mobilização em um ciclo de protestos é marcada pela emergência de um movimento iniciador bem sucedido e do seu subsequente desenvolvimento (MCADAM, 1995). Três processos importantes acontecem nesta fase segundo Tarrow (2009): demonstram a vulnerabilidade das autoridades diante do confronto, desafiam interesses de outros, sugerem convergências entre desafiantes através de quadros interpretativos abrangentes (*master frames*).

A presença do movimento iniciador configura uma condição para a difusão, pois suas performances e enquadramentos modificam o contexto de oportunidades políticas e ameaças, sendo um incentivo para o surgimento de movimentos derivados ou que entram de forma retardatária no ciclo. Estes movimentos, que surgem depois na arena de confronto, não são meros adaptadores das ideias dos movimentos iniciadores. Eles desenvolvem diferentes desafios, a partir de interpretações criativas das “lições” tiradas das interações e das disputas de significados que o envolveu, primeiramente, o movimento iniciador (MCADAM, 1995).

A fase de difusão ou pico é quando os protestos se espalham pela sociedade e o confronto atravessa o sistema social com intenso fluxo de interações entre desafiantes e autoridades e com inovações nas formas de realizar o confronto político. Importante ressaltar que nesta fase não apenas acontece a disseminação da ação coletiva para grupos que fazem reivindicações semelhantes ou próximas ideologicamente, mas sim uma difusão da propensão à ação coletiva para diversos grupos não relacionados e até mesmo para antagonistas.

O descenso ou fase da desmobilização é caracterizado pela diminuição da participação e dos eventos de protesto e podem ter características de institucionalização, radicalização ou moderação da ação coletiva. Esta diminuição pode ser ocasionada pela exaustão, polarização, dilemas quanto à violência ou ainda pela facilitação seletiva ou repressão pelas autoridades. Inovações que surgiram no confronto generalizado por vezes não sobrevivem após o pico e quadros interpretativos abrangentes entram na cultura de forma mais difusa (TARROW, 2009, p. 187).

A existência de um ciclo de confrontos modifica em um ritmo intenso a conjuntura política e a disposição das interações conflituosas em dado sistema social. Desta forma, um ciclo pode se estender alternando suas fases, tendo maior ou menor mobilização dentro do próprio ciclo e, portanto, estas fases não são estanques ou lineares e não podem ser interpretadas como uma regra geral do ciclo de confrontos. As fases têm características singulares em cada ciclo e dependem de infinitas combinações de performances de confronto e interações entre desafiante e autoridades.

Um conjunto de eventos, nacionais e internacionais, que se estenderam por um período entre 1999 e 2013, teve impacto nas percepções de oportunidades políticas e ameaças presentes no contexto político antecedente a junho de 2013: os movimentos por justiça global; as edições dos Fóruns Sociais Mundiais, as eleições para presidente vencidas pelo PT; os diversos protestos com a temática dos transportes; os protestos posteriores à crise global de 2008 em diferentes países; e os protestos que aconteceram na cidade de São Paulo, especificamente os protestos liderados pelo MPL São Paulo.

A vitória petista de Lula da Silva nas eleições para presidente no ano de 2002 foi um antecedente que impactou o contexto político e econômico nacional, assim como as relações dos movimentos sociais com a institucionalidade⁶⁷. A modificação dos atores com acesso às decisões governamentais reconfigurou os setores que utilizavam os protestos nas ruas como forma de pressão política.

Os movimentos por justiça global, os Fóruns Sociais Mundiais e os diversos protestos locais com a pauta dos transportes que aconteceram em diversas cidades a partir da Revolta do Buzu em Salvador no ano de 2003 foram todos eventos que disseminaram elementos e combinações do repertório autonomista e socialista para uma nova geração de ativistas.

⁶⁷ Informação verbal do entrevistado DD em março de 2016.

Mais recentemente, posterior à crise econômica mundial de 2008, o contexto internacional trazia notícias de confrontos políticos nacionais em diversos países com pautas diferentes, sendo os principais protestos na Islândia, Tunísia, Egito, Espanha, Estados Unidos, Chile e Turquia.

No Brasil outras lutas relacionadas a outras pautas também apareciam em diversas cidades brasileiras. Em São Paulo uma sequência de marchas aconteceu: em defesa de direitos das mulheres, contra a guerra às drogas, pela liberdade de expressão e outras. Neste contexto, de aumento do descontentamento, os protestos nas ruas passavam a se tornar mais comuns, assim como a experimentação de performances de confronto.

Das lutas recentes aos protestos de 2013, destaco duas que foram significativas para o contexto de oportunidades políticas e ameaças: à desocupação de Pinheirinho, em 2012, e a luta da Ocupação Milton Santos. Pinheirinho era um bairro estabelecido em São José dos Campos a partir de uma antiga ocupação. A desocupação de milhares de pessoas foi realizada por uma operação de reintegração de posse feita pela polícia. Moradores e movimentos aliados resistiram e o confronto gerou solidariedade entre diversos setores, sendo realizados protestos na cidade de São Paulo⁶⁸ em defesa dos moradores de Pinheirinho. Já a ocupação Milton Santos com 68 famílias, havia esgotado os caminhos jurídicos para evitar a operação de reintegração de posse. Os moradores desta ocupação e seus aliados não esperaram por uma desocupação semelhante à de Pinheirinho e, também, não pouparam o governante que os havia assentado, ocupando, desta forma, o Instituto Lula, exigindo sua intermediação no diálogo com o governo federal⁶⁹. Esta luta foi importante para o contexto do MPL São Paulo em 2013, pois era um exemplo de luta que não poupou o enfrentamento com o campo petista⁷⁰.

Apesar destas e de diversas outras lutas pontuais, o horizonte naquele momento não dava sinais de um acirramento do confronto político, pois a situação econômica se mostrava estável e os índices de popularidade da então presidenta Dilma Rousseff eram altos.

Os aumentos de tarifa na cidade de São Paulo, em geral, aconteciam no início do ano, no mês de janeiro. Em 2013, não seria diferente, se não fosse um pedido do governo de Dilma

⁶⁸ **Disponível em:** <<http://noticias.r7.com/sao-paulo/noticias/manifestantes-fecham-pista-da-paulista-em-solidariedade-a-comunidade-do-pinheirinho-20120122.html>>. **Acesso em:** 31/07/2016.

⁶⁹ **Disponível em:** <<http://www.diarioliberalidade.org/319-brasil/repressom-e-direitos-humanos/35032-por-que-ocupamos-o-instituto-lula.html>>. **Acesso em:** 5 de julho de 2016.

⁷⁰ Informação verbal do entrevistado BC, em março de 2016.

Rousseff do PT⁷¹. O ministro da fazenda Guido Mantega solicitou que os governantes do Rio de Janeiro e de São Paulo adiassem o aumento das tarifas do transporte público para diminuir o impacto da inflação nos primeiros meses do ano. O prefeito da cidade de São Paulo Fernando Haddad e o governador do estado Geraldo Alckmin atenderam ao pedido do ministro.

O MPL São Paulo havia se preparado para o confronto político contra o aumento das tarifas no mês de janeiro de 2013. O movimento articulou movimentos e grupos aliados, assim como realizou atividades de mobilização. Estes aumentos no mês de janeiro traziam sempre uma dificuldade a mais para o movimento – o período de férias escolares em que seus principais locais de mobilização estavam de férias. Com o adiamento do aumento, as oportunidades políticas para o movimento se ampliaram, pois o MPL São Paulo ganhou mais tempo para contribuir com a luta em outras cidades, articular aliados e mobilizar seus ativistas nas escolas.

Algumas prefeituras de pequenas cidades próximas a São Paulo realizaram aumentos nas tarifas no fim de 2012 e início de 2013 e enfrentaram protestos. Os ativistas do MPL São Paulo e da Fanfarrinha do Mal participaram e ajudaram a organizar protestos em Cotia, Osasco, Taboão da Serra, Mauá e São Bernardo. O protesto em Taboão da Serra terminou com o recuo da prefeitura em relação ao aumento e, portanto, vitória do movimento. As manifestações na cidade de Mauá também tiveram aspectos interessantes, pois foram convocadas por uma comunidade, inicialmente, virtual denominada “Política sim, patifaria não” que fez o trabalho de mobilização com panfletagens, colagens de lambes e articulação de aliados – desde o MPL São Paulo e coletivos anarquistas até sindicalistas e militantes do próprio partido do prefeito, o PT (FERREIRA, 2013). O resultado deste trabalho de mobilização e articulação foi que os protestos atraíram um grande número de manifestantes com influências de repertórios de confronto diferentes. Estas diferenças se expressaram nas performances e nas formas de organização produzindo dilemas quanto ao carro de som, tempo dos bloqueios e formas de interação com a polícia.

Estas lutas na região metropolitana geraram um contexto diferente em relação aos últimos anos, quando o aumento em São Paulo precedeu os aumentos nos municípios vizinhos:

⁷¹ **Disponível em:** <<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,sp-e-rio-decidem-adiar-alta-na-tarifa-de-onibus,140769e>>. **Acesso em:** 28/07/2016.

Nesses anos (anteriores), foi a luta contra o aumento em São Paulo que estimulou o desenvolvimento de lutas nas outras cidades. Desta vez, temos o inverso: as lutas metropolitanas estão gerando um clima de tensão antes mesmo de a passagem subir na capital (FERREIRA, 2013).

As lutas na grande São Paulo contribuíram para aquecer o processo de confronto que estava por vir na capital paulista. Este aquecimento possibilitou não apenas ampliar o patamar de mobilização, mas, principalmente, testar e analisar algumas performances e enquadramentos.

Enquanto não acontecia o aumento das tarifas, o MPL São Paulo estudou os cenários e propostas referentes ao transporte do governo municipal do prefeito Haddad do PT. Sobre as propostas concentrou-se no bilhete único mensal, mas sobre os cenários fez uma leitura original sobre as oportunidades políticas e ameaças daquele contexto⁷². O movimento observou que o prefeito e seu partido buscavam uma postura de negociação com os movimentos sociais. Um exemplo foi que em abril de 2013 o prefeito subiu em carro de som do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) para dialogar com manifestantes⁷³. Esta disposição ao diálogo foi interpretada como uma cilada pelo MPL São Paulo: caso o movimento fosse recebido, eles esperavam que argumentos técnicos de que o aumento estava abaixo da inflação – como o prometido na campanha para as eleições em 2012 – seriam despejados e, desta forma, a negociação serviria apenas para enfraquecer as ruas. Avaliaram também que os escrachos à figura do Haddad – como fizeram anteriormente com o Kassab – poderia surtir efeito contrário ao esperado, já que movimentos e ativistas aliados defendiam a figura do prefeito.

A negociação, sobretudo relacionada a uma pauta específica, constantemente é um dos principais objetivos de movimentos sociais. O próprio MPL em 2011 buscava uma negociação com a prefeitura de Kassab. Mas diante desta leitura original – de que cairiam em uma armadilha se sentassem nas possíveis comissões de diálogo com a prefeitura – apostaram no planejamento de protestos nas ruas combinado demonstrações com performances não prescritas.

⁷² Informação verbal do entrevistado BC, em março de 2016.

⁷³ Notícia disponível no site: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/04/grupos-pedem-maior-participacao-em-plano-de-habitacao-da-prefeitura.html>>. Acesso em: 5 de julho de 2016.

A partir do conceito de ciclo de confrontos ou ciclo de protestos, neste capítulo irei analisar as diferentes fases do ciclo – mobilização, difusão e o descenso – iniciado em junho de 2013, com ênfase no MPL São Paulo.

Na fase de mobilização, que vai do dia 27 de maio ao dia 11 de junho de 2013, iremos analisar: as performances planejadas pelo MPL São Paulo; a ameaça do movimento de parar a cidade; o confronto sustentado entre movimento e polícia; o surgimento de performances espontâneas e a disputa de significados entre os diversos atores.

Na complexa fase de difusão, que vai do dia 13 ao dia 19 de junho, em que as interações se multiplicaram, será analisado: a relação do movimento com aliados; o protesto do dia 13 de junho com suas modificações táticas; a intensidade e a dimensão temporal nos protestos; a intensa disputa de significados que seguiu; o impacto das formas de organização do MPL São Paulo; a saída do controle; os movimentos derivados e a diversidade de performances.

O descenso será analisado a partir do dia 19 de junho, dia da queda da tarifa em São Paulo. Analisaremos os bastidores do movimento ao se deparar com dilemas da difusão dos protestos, as consequências nas ruas da disputa pela mobilização após a queda das tarifas e acompanharemos os desdobramentos do MPL São Paulo até um ano depois de junho de 2013.

4.1 Fase de mobilização

O MPL São Paulo foi o principal protagonista do confronto político na fase de mobilização. Com sua avaliação do contexto de oportunidades políticas, buscou na sua própria história⁷⁴, mais especificamente na Revolta da Catraca de 2004 em Florianópolis, elementos de como barrar o aumento de tarifas em 2013. Há quase dez anos, as manifestações catarinenses haviam barrado o aumento através de um juiz que, para garantir a ordem pública, decretou que era preciso baixar a tarifa. “Então é isso, no limite, é totalmente político, vai ser assim: abaixar a tarifa para garantir a ordem pública⁷⁵”.

⁷⁴ Informação verbal do entrevistado BC, em março de 2016.

⁷⁵ Fala retirada da transcrição de uma das entrevistas de um dos ativistas que fazia parte do MPL em 2013.

Neste contexto de 2013 o MPL São Paulo contava com um grupo pequeno de ativistas que acompanhavam constantemente as reuniões do movimento. Neste grupo, entraram em consenso e decidiram que a tática de disseminar o confronto seria a forma de organizar as performances do movimento com o objetivo de barrar o aumento.

Para isso organizaram um planejamento estratégico em que as mais variadas ideias de performances poderiam ser listadas e definidas. Estas definições sobre as formas de confronto não foram realizadas apenas a partir de ideias dos ativistas, mas através de um processo de estudo de diversos protestos, com destaque para os confrontos relacionados com a pauta dos transportes.

Neste estudo alguns ativistas se dedicaram a identificar e analisar aspectos que haviam potencializados confrontos, principalmente inovações nas performances de confronto. Ao estudar, escolher e adaptar performances os ativistas do MPL São Paulo estavam vivenciando o processo denominado difusão horizontal, que acontece entre os movimentos.

Na articulação do MPL nacional a difusão horizontal acontecia de forma relacional ou mediada envolvendo interação entre as pessoas. Na relacional há uma ligação direta entre os ativistas e na difusão mediada é a partir do contato de um terceiro que ocorre o processo (TARROW, 2010). A disseminação do conhecimento envolve um processo duradouro de forjar relações de confiança, reflexão, interação, discussão e experimentação (CHABOT, 2010). Era justamente esse processo que o MPL São Paulo vinha realizando ao longo dos anos em relação às performances dos repertórios socialista e autonomista, assim como o contato com inovações locais de outros grupos referentes a estes repertórios.

Entretanto, neste momento específico de planejamento e de definição das performances acontecia a difusão não relacional em que os meios de difusão são impessoais, como as notícias de mídias ativistas e as redes sociais digitais (TARROW, 2010). A difusão só é possível a partir da decisão pelos próprios ativistas se estes novos métodos são aplicáveis em situações particulares e se é possível traduzir para uma linguagem familiar as tarefas desconhecidas. Ocorre um processo de recontextualização no qual atores lidam com a diferença entre a fonte de uma nova ideia e a si mesmos, e os diferentes contextos, oportunidades e ameaças (CHABOT, 2010). Este processo estava sendo realizado pelo MPL São Paulo no seu planejamento para 2013 com a consolidação de um processo de assimilação de performances de confronto ligadas aos repertórios autonomistas e socialistas.

Neste planejamento, os ativistas do MPL São Paulo listavam as diversas ideias surgidas sobre o confronto político: definiam locais de concentração dos protestos, possíveis trajetos, performances de confronto a serem utilizadas, identificavam aliados para conversarem, formas de organização no período do confronto, formas de comunicação, determinavam tarefas de cada ativista, elaboravam estratégias para envolver ativistas do movimento que estavam afastados, definiam enquadramentos interpretativos, slogans e *master frames* a serem utilizados⁷⁶.

“Se a tarifa não baixar a cidade vai parar” foi o slogan principal do processo de confronto. Alguns slogans visam dialogar com a população em geral, como, por exemplo, a palavra de ordem: “vem, vem, vem pra rua vem, contra o aumento”. O slogan principal não era deste tipo. Ele era declaradamente uma ameaça ao poder público e sintetizava bem a intenção do movimento de revogar o aumento com a força das ruas e não nas conversas de negociação. Este slogan também funcionava como um orientador e um ponto de convergência para as diversas performances a serem escolhidas, preparadas, combinadas e realizadas.

A tarefa de parar a cidade já havia sido realizada em outras capitais brasileiras por confrontos políticos contra aumentos nas tarifas, mas também guardava muitas semelhanças com a estratégia dos movimentos por justiça global que visavam interromper eventos de órgão internacionais. O protesto de Seattle foi um exemplo de movimento que, para atingir seu objetivo, teve que efetivamente parar uma cidade. O MPL São Paulo, por ser um movimento com uma trilha de formação que combina repertórios da tradição socialista e autonomista, tinha acesso a todos estes exemplos de confrontos políticos e, portanto, teve a sua disposição inúmeras performances para serem modulas e inovadas de acordo com seu objetivo.

Para conseguir efetivamente parar a cidade, um grupo pequeno de ativistas não seria suficiente. Assim como Seattle foi um movimento de movimentos, a luta contra o aumento precisaria agregar diversos outros movimentos. O MPL São Paulo, em outros processos de confronto político, havia convocado diversos outros movimentos para fazer parte da luta. Nestas articulações o movimento experimentou diversos formatos de organização, desde a frente única em que todos participavam da construção e das decisões dos protestos até o formato de rede que a intenção era descentralizar ações e decisões. Não satisfeito com estes formatos decide modificar e propor um novo modo em 2013. Ao definir aliados estratégicos o movimento realizou conversas separadamente, abrindo alguns aspectos da estratégia de parar

⁷⁶ Informação verbal dos entrevistados BC e EC em março de 2016.

a cidade e pedindo ajuda em pontos específicos. Desta forma, o MPL São Paulo acumula no próprio movimento as principais decisões estratégicas.

A relação com aliados foi adaptada pelo MPL São Paulo a partir de influências dos protestos de Seattle, especificamente a ideia de coordenação da diversidade de táticas numa coalizão de eventos (TARROW, 2005; DI GIOVANNI, 2007). Apesar de não se tratar de uma ação organizada em torno de um evento ou uma reunião de cúpula, o MPL São Paulo em sua proposta de parar a cidade reproduz características semelhantes, com grande intensidade de confronto político em um curto período. A diversidade de táticas está presente com articulações de manifestantes, aliados e apoiadores de diferentes tradições de confronto. Entre estes, partidos, movimentos e sindicatos.

O MPL São Paulo incentivou que estes atores, além de participar dos grandes atos, realizassem suas próprias ações de confronto e de mobilização relacionadas com a pauta. Participaram destas articulações: PSTU, PSOL, Juntos, ANEL, sindicato dos Metroviários e outros.

Ao analisar especificamente a relação do movimento com partidos aliados, estamos nos referindo principalmente aos partidos considerados da esquerda radical, mais especificamente PSTU e PSOL. Já o PT, apesar de ter apoiado a luta contra a tarifa em 2011, ajudando na pressão institucional ao então prefeito Kassab, não apoiou o movimento no confronto político de 2013. Antônio Donato – vereador pelo PT – justifica que, desta vez, devido ao aumento estar abaixo da inflação a bancada do partido não apoiaria, entretanto, a juventude do PT, no dia 10 de junho, soltou uma nota apoiando as manifestações e convocando manifestantes para o protesto do dia seguinte – o mesmo ato em que, ao seu final, a sede do partido foi depredada por manifestantes que deixaram os vidros quebrados e o muro pichado (JUDENSNAIDER et al., 2013, pp.51 e 52).

Sobre o PSOL e o PSTU é necessário colocar que ambos estão à frente de movimentos sociais de estudantes, de mulheres e de outras pautas que são compostos por militantes do partido e pessoas próximas. O PSOL ainda é composto por uma série de correntes que torna ainda mais complexa a relação do movimento com este partido, pois estas correntes têm visões diferentes quanto aos aspectos do confronto político e estão à frente de diferentes movimentos sociais⁷⁷. Movimento e partido têm diferenças nas suas pautas prioritárias e, portanto, diferenças quanto ao empenho na pauta da redução do aumento. Para o MPL São

⁷⁷ Um exemplo é o movimento de juventude chamado Juntos. Este movimento é composto por jovens do PSOL - especificamente de uma corrente denominada Movimento Esquerda Socialista (MES) – e por jovens não filiados ao PSOL, mas que estão próximos ideologicamente ou das intervenções práticas deste grupo.

Paulo a luta contra o aumento é a maior ação política dos seus ativistas, enquanto que para os participantes dos partidos a luta contra o aumento é apenas mais uma ação política dentre várias outras.

As formas de organização também se diferem. Em geral os partidos têm estruturas com alguma hierarquia e não fazem o debate sobre horizontalidade como o MPL São Paulo. Isto modifica a própria relação da organização – partido ou movimento – com os ativistas. Uma direção partidária sente-se responsável pelos “cuidados” com seus militantes, constantemente esta preocupada em não perdê-los nos atos e em terminar a ação sem ter nenhum membro do partido ou do seu raio de influência preso ou ferido. Com o movimento esta relação que envolve responsabilidade e autonomia é diferente. Ao mesmo tempo em que os cuidados envolvem todos os participantes do protesto e não um grupo em específico, o movimento pressupõe que cada ativista decidiu estar ali e não precisa ser “cuidado” por ninguém. Um exemplo da relação do movimento com os manifestantes em geral é seu empenho em atender e apoiar qualquer um dos manifestantes presos nas manifestações, independentemente se estes fazem parte de alguma organização ou não.

Esta relação, do MPL São Paulo com partidos aliados, envolvia aspectos de fortalecimento e de tensões. Na perspectiva do movimento a participação de partidos aliados ampliava o apoio a sua pauta tanto de forma institucional, como, por exemplo, com o vereador do PSOL na Câmara dos Vereadores discursando em defesa da redução da tarifa, quanto no próprio protesto aumentando o número de manifestantes. Para o partido, participar de um confronto político que atinge a cidade como um todo dá visibilidade, faz com que ele apareça como um apoiador e tem a possibilidade de recrutar novos militantes ou consolidar pessoas que já estavam próximas da organização partidária.

O movimento, com seu histórico de protestos na cidade, com o trabalho de realizar conversas separadamente com os aliados e com o planejamento detalhado de diversos aspectos, ampliou sua referência nos protestos diante dos manifestantes, não deixando muito espaço para questionamentos. Então, as principais tensões tinham como principal motivo a preocupação dos partidos com a segurança dos seus ativistas. Isto envolvia questionamentos referentes ao trajeto, à intensidade e também à periodicidade dos protestos. Participantes dos partidos sabiam que muitas coisas podiam ser decididas e modificadas a partir da realidade nas ruas, desta forma procuravam pessoas do movimento para influenciar as decisões a serem tomadas no calor do asfalto.

Um episódio⁷⁸ ocorrido ao fim do primeiro grande protesto, do dia 6 de junho, quando os manifestantes – mesmo com a repressão policial – haviam andado muito tempo do centro até as proximidades do MASP na Avenida Paulista. Um dos militantes de uma corrente do PSOL indaga o ativista do MPL São Paulo sobre o local de término do protesto, indicando sua preferência de terminar no próprio MASP.⁷⁹ A resposta foi a de que eles continuariam o protesto, sentido a estação do metrô Paraíso. Contrariado com a extensão do protesto, o militante do PSOL pergunta ao do movimento se eles eram irresponsáveis. “Não somos irresponsáveis, somos radicais” – responde o ativista do MPL São Paulo.

Esta pequena discussão sobre os rumos do confronto político é importante para compreendermos a não construção de uma frente, rede ou comitê que juntasse movimento e partidos para discutir a luta contra o aumento como foi realizado em outros anos em São Paulo e outras lutas do MPL em outros estados. Esta disputa que acontece nas ruas favorece a direção do movimento. Ele modifica sua ação só quando uma proposição vai ao encontro de sua própria avaliação. Numa reunião um dissenso sobre onde acabar o protesto poderia estender a reunião com inúmeras falas e inviabilizar a própria ação coletiva de confronto. Nas ruas, as decisões do movimento tornavam-se mais difíceis de serem questionadas. O partido ou seus militantes poderiam até decidir sair antes do protesto, mas havia um constrangimento velado diante de outras organizações e outros manifestantes como se aquele que tivesse saído antes do término tivesse abandonado os demais.

Voltemos à questão da responsabilidade. Do lado partidário a narrativa evoca o discurso da responsabilidade para garantir a segurança dos manifestantes. Explicitado nos momentos de tensão, mas presente também de forma velada, como desconfiança de que o movimento seria irresponsável. Do lado do movimento a narrativa evoca o discurso da radicalidade. O discurso nas entrelinhas é a de que o partido se preocupa excessivamente com seus próprios militantes. Estas narrativas são utilizadas para disputar o sentido do confronto político no próprio processo de luta. Ambas evidenciam alguns elementos e ao mesmo tempo deixam na sombra outros. Por exemplo, existem ações de ambos os lados que contrariam as narrativas acima: parlamentares partidários ou advogados ligados a partidos fazem o trabalho solidário de ir a delegacias e prestar ajuda jurídica a manifestantes presos independente da filiação; e também o MPL faz comissão de negociação com a polícia com o principal objetivo de diminuir a repressão. Como explicar então a complexidade destas tensões?

⁷⁸ Informação verbal do entrevistado BC, em março de 2016.

⁷⁹ Informação verbal do entrevistado BC, em março de 2016

Mesmo os partidos aliados aceitando a liderança do movimento construída historicamente, acontecem tensões porque existem escolhas de performances diferentes sendo sequenciadas nos protestos de acordo com as interações e as interpretações do MPL São Paulo. Os repertórios apresentam diferentes padrões de performances, que colocam dilemas sobre a sequência de performances e as interações com outros atores. Por exemplo, autonomistas e socialistas, em geral, divergem sobre como deve ser a interação com a polícia. Portanto, as tensões entre movimento e partido nos protestos de 2013 são expressões de um choque entre diferentes repertórios que se manifestam também na interação entre os manifestantes.

Ativistas do MPL São Paulo tinham expectativa de articular a participação do MTST nos protestos⁸⁰. Este movimento havia crescido significativamente no último período, principalmente com ocupações na grande São Paulo. Desta forma, articulou protestos com um movimento da zona sul denominado SOS Transporte, que por conta dos problemas de transporte já havia realizado bloqueios em avenidas na região. O MTST, além das suas raízes estarem ligadas ao MST e ao repertório socialista, havia realizado através de suas lideranças uma conexão com o movimento do Piqueteiros da Argentina. Esta conexão permitiu a adaptação de algumas performances, sobretudo os bloqueios de ruas, avenidas e rodovias. A articulação com o MPL São Paulo não se efetiva da maneira esperada e o MTST não organiza protestos na periferia nesta fase de mobilização. Entretanto, um dos ativistas que fazia parte da liderança do MTST havia participado das lutas pelo transporte em São Paulo, quando ainda era um comitê de luta pelo passe livre. Esta participação foi retomada cumprindo um importante papel na aprendizagem e na difusão de performances⁸¹. No MTST este ativista aprendeu e aprimorou formas de realizar os bloqueios de ruas, avenidas e rodovias. Esta ação coletiva do bloqueio estava em um limiar tênue, entre ser uma performance tolerada ou considerada ilegal pelas forças repressivas. Quando envolvia fogo e colocada em um ponto estratégico conseguia evitar a repressão, sobretudo pela própria dificuldade das forças repressivas chegarem ao local com um efetivo suficiente para enfrentar o movimento. O MPL São Paulo já havia realizado bloqueios e alguns de seus ativistas sabiam como realizá-los. Entretanto, com a ajuda deste militante – que naquele momento era do MTST – alguns ativistas do MPL aprimoram suas técnicas e adquiriram segurança para realizar esta performance. Já no seu primeiro protesto, no dia 6 de junho de 2013, bloquearam com catracas em chamusca uma das avenidas mais importantes da cidade.

⁸⁰ Informação verbal do entrevistado BC, em março de 2016.

⁸¹ Idem.

Movimentos diante da emergência dos confrontos agem com mais ou menos planejamento, mas sempre com performances que carregam intencionalidade mesmo nos momentos de improviso. Como vimos acima, o MPL São Paulo, com o adiamento em cinco meses no aumento da tarifa, ganhou tempo para fazer um planejamento detalhado. Até a foto do primeiro ato eles imaginaram e prepararam.⁸² Ao fazer a barricada com catracas em chamas na Avenida 23 de maio e estender uma faixa no viaduto próximo com os dizeres – “Se a tarifa não baixar a cidade vai parar” – o movimento faz sua ameaça ser publicada em diversos veículos de mídia.

Ao planejar a luta contra o aumento, o MPL São Paulo definiu a construção de grandes protestos nas regiões centrais numa sequência com poucos intervalos entre eles. Para esta sequência de protestos realmente se efetivar – e a cidade parar – era necessário que o primeiro grande protesto na área central, o do dia 6 de junho de 2013, fosse forte. A expressão “forte” quer dizer com elementos de valor, unidade, comprometimento e unidade (VUNC). Para garantir este objetivo, além da divulgação antecipada dos protestos com cartazes, panfletagens e convocação pelas redes sociais digitais, o movimento organiza, na semana anterior, atos menores próximos a escolas em que o movimento havia realizado trabalho de mobilização. Três destes protestos foram realizados nas periferias e apenas um na região central.

Estes protestos⁸³ eram um ensaio do confronto político que estava por vir. Compostos por estudantes, que ao som da Fanfarra do Mal realizavam performances contra o aumento da passagem, cumpriram o papel de divulgar o protesto do dia 6 de junho, testar enquadramentos e performances, recrutar novos ativistas para o movimento e verificar o comprometimento de aliados. Em um destes atos, o movimento esperava a participação de militantes do MTST, mas isto não aconteceu, enfraquecendo o protesto. Quando chegou o dia 6 de junho, data do primeiro grande protesto na região central, os ativistas do MPL já estavam nas ruas há mais de uma semana.

Os ativistas participantes do MPL São Paulo tinham intencionalidade em disparar o confronto político para outros setores da sociedade, mas, provavelmente, não consideravam a hipótese de os protestos tomarem a dimensão de um ciclo de confrontos, com milhares de pessoas nas ruas e a difusão de protestos por todo o território nacional. Trabalharam para concretizar uma difusão com uma mudança de escala dos protestos, especificamente na cidade de São Paulo. Esta mudança de escala é um processo político denominado de “difusão

⁸² Informação verbal do entrevistado EC, em março de 2016

⁸³ Estes protestos iniciais foram denominados posteriormente pelo movimento como Primeiras Chamas.

vertical”, em que há mudanças não apenas no nível das ações de confronto envolvendo novos atores, mas também alvos diferenciados e novas reivindicações para alterar configurações institucionais, construir alianças e exercer pressão (TARROW, 2010); (CHABOT, 2010).

O MPL São Paulo planejou protestos em que muitas performances eram bem vindas e, portanto, outros grupos poderiam realizá-las, inclusive aquelas consideradas ilegais, como, a pichação, por exemplo. No entanto, precisavam definir quais seriam as próprias performances do movimento. No planejamento listaram diversas, mas suas escolhas privilegiaram as performances que estavam numa linha tênue entre serem ou não toleradas pelas forças repressivas. Uma revolta – como eles denominavam o processo de difusão – não seria realizada com performances consideradas prescritas ou estabelecidas, pois não desafiariam o poder público e este não realizaria ações de repressão.

O movimento se concentrou então na preparação de três performances com estas características, que foram realizadas nos protestos dos dias 6, 7 e 11 de junho de 2013. A primeira performance foi a realização de um bloqueio completo da Avenida 23 de maio, com catracas em chamas. Esta é uma das avenidas mais importantes da cidade, pois liga a zona norte a zona sul, cortando o centro da cidade e também é uma das principais vias de acesso ao aeroporto. Isto aconteceu no protesto do dia 6 de junho, nomeado pelo movimento como Primeiro Grande Ato Contra o Aumento das Tarifas. A concentração foi marcada para as 17h no Teatro Municipal, próximo à sede da prefeitura. Segundo Judensnaider et al (2013), a prefeitura havia preparado uma comissão para receber os manifestantes, imaginando que o protesto se deslocaria até o prédio da prefeitura. Provavelmente alguns manifestantes, imprensa e polícia imaginavam a mesma coisa. Apenas os participantes do movimento e aliados muito próximos sabiam do pequeno trajeto e do bloqueio que seria realizado. A repressão aconteceu momentos depois do bloqueio. Com esta primeira repressão alguns manifestantes saem do protesto, mas uma boa parte enfrenta a repressão, com processos de dispersão e reagrupamentos de manifestantes em pequenos grupos, deslocando-se por outras ruas e avenidas da cidade. Com a resistência do movimento e a continuidade dos protestos, a repressão da polícia continua, lançando bombas de efeito moral e balas de borracha e, desta forma, o confronto violento é sustentado por algumas horas. Posterior à repressão surgem performances proibidas ou ilegais por iniciativas de manifestantes, principalmente a quebra de patrimônios públicos e privados como lixeiras, vidraças de banco e da estação do metrô. Tudo isto acirra o confronto que se desloca para a região da Avenida Paulista. Manifestantes ficam encurralados em um shopping e a repressão passa a atingir também pessoas que não

participavam dos protestos. O protesto termina com 15 pessoas presas e algumas feridas. As cenas violentas de confronto entre manifestantes e policiais tem uma dimensão de espetacularização e os grandes veículos de mídias noticiam o protesto, na mesma noite e no dia seguinte. Enfatizo que a repressão posterior ao bloqueio era esperada pelo MPL São Paulo.

A segunda performance aconteceu no protesto do dia seguinte, uma sexta feira, 7 de junho de 2013. Enquanto jornais ainda noticiavam o confronto da noite anterior o movimento estava nas ruas novamente. O local de concentração foi o Largo da Batata em Pinheiros. Apesar de ser uma região muito movimentada da cidade, é mais distante do centro e não tem órgãos públicos por perto. Se no protesto do dia anterior a prefeitura, manifestantes, polícia e imprensa tinham um palpite sobre o destino do ato, neste dia 7, provavelmente ninguém sabia o que iria acontecer. Depois de um trajeto curto, semelhante ao ato anterior, o movimento realiza um bloqueio da Marginal Pinheiros. Esta é uma via expressa rápida, em que passam prioritariamente carros, vindo de diversos pontos da cidade. Não era uma via utilizada para a realização de protesto. Desta vez não havia barricadas com fogo, mas manifestantes com seus corpos. E a repressão para liberar a via não demorou. O confronto entre manifestantes e policiais teve dinâmica parecida com a do dia anterior, com dispersão e reagrupamento dos manifestantes diante de bombas de efeito moral e balas de borracha. O protesto dura algumas horas e a polícia utiliza helicópteros para acompanhar o deslocamento dos grupos em direção, novamente, a Avenida Paulista.

A terceira performance aconteceu no protesto na semana seguinte, no dia 11 de junho de 2013, terça-feira e a concentração foi na Praça dos Ciclistas na região da Avenida Paulista. Havia um número maior de manifestantes neste ato e, apesar da chuva, no início do protesto os manifestantes seguiram a caminhada em direção ao centro, demonstrando comprometimento. Os policiais, ao serem surpreendidos nos dois protestos anteriores, provavelmente, se organizam para não tolerar ou permitir a realização de qualquer performance não prescrita. Manifestantes, também surpreendidos nos atos anteriores, caminhavam sem saber qual era o trajeto e o que aconteceria. O MPL São Paulo caminha em direção ao maior terminal de ônibus da cidade – o Terminal Parque Dom Pedro. A performance preparada pelo MPL São Paulo era a ocupação do terminal. Entretanto a Polícia bloqueou as entradas, gerando um impasse. Manifestantes e policiais ficaram frente a frente. O clima era de tensão. Houve palavras de ordem, xingamentos e oferecimento de flores do lado dos manifestantes. Depois de algum tempo e sem nenhum motivo específico começam

bombas, balas de borracha e o movimento de dispersão e reagrupamento por parte dos manifestantes em direção inicialmente à Praça da Sé e depois, mais uma vez, para Avenida Paulista. Posterior à repressão, as cenas da semana anterior se repetem, com manifestantes realizando ainda mais ações violentas, demonstrando indignação e revolta. Alguns ativistas do MPL São Paulo realizam o jogral, ainda mesmo nas proximidades da Praça da Sé. Neste momento os manifestantes disputam o trajeto, gritando: “Paulista, Paulista, Paulista”. Os ativistas do MPL, em conjunto com aliados, convocam o próximo protesto e sinalizam que, para eles, o protesto terminaria ali. Apesar desta postura, os ativistas não fizeram qualquer esforço para impedir manifestantes de seguir o protesto noite adentro e caminharem até Avenida Paulista.

Neste protesto, manifestantes realizavam diversas performances anônimas individuais consideradas ilegais e violentas, principalmente a quebra de vidraças de bancos. Até mesmo uma das cabines policiais da Avenida Paulista foi arrancada da calçada por manifestantes e atirada para o meio da rua.

Os três primeiros protestos tiveram muitas semelhanças. A faixa da frente, que era uma das partes mais visualizadas do ato, era a mesma nos três protestos e trazia a ameaça: “Se a tarifa não baixar a cidade vai parar”. Além da faixa, os protestos tinham um mesmo padrão em relação à sequência dos acontecimentos. Num primeiro momento eram realizadas as primeiras ações coletivas e, principalmente, as performances que foram debatidas e escolhidas consensualmente pelo movimento em seu planejamento. Estas performances, escolhidas taticamente, invariavelmente levaram ao resultado lógico – a repressão da polícia. Em um segundo momento, posterior à repressão, ocorriam ações coletivas de reagrupamento, fazendo com que o protesto não dispersasse completamente, estendendo o confronto por mais tempo e para outros locais. Neste momento também eram realizadas performances anônimas individuais ou de pequenos grupos de destruição de patrimônios públicos e privados. Estas performances ampliaram o confronto e sua dimensão de espetacularização.

Depois destes três protestos, o debate sobre a violência ocupa o noticiário, mais do que a própria pauta do aumento da tarifa. Se até o protesto do dia 11 de junho prevalecia à execução do pensamento tático do movimento, a partir deste dia, com a ampliação do confronto, outros atores – policiais, poder público, imprensa, movimentos aliados e participantes do protesto – passam a ter análises, cálculos, táticas e performances de acordo com seus interesses. Com a continuidade dos protestos, as disputas pelos sentidos desta ação coletiva foram aumentando, assim como as disputas táticas nas diversas interações, entre os diversos atores, sobretudo, entre o MPL São Paulo e as forças repressivas.

O movimento, com afirmei anteriormente, esperava a repressão. As intenções do movimento na negociação com a polícia são balizadas pelo seu objetivo de perder o controle. Ora, como será uma negociação com as forças repressivas quando você de antemão não pretende controlar o protesto? Quais os objetivos desta negociação se a repressão é esperada? E se um dos aspectos esperados para se “perder o controle” é a interação sustentada do confronto com a polícia? O movimento pretendia com a comissão de negociação junto aos policiais amenizar a violência, pois sabia que de uma forma ou de outra aconteceria a repressão, sobretudo diante das performances de confronto não prescritas preparadas pelo MPL São Paulo⁸⁴.

Um dos grandes trunfos do movimento na negociação era a informação confidencial sobre o trajeto do protesto. Poucos manifestantes sabiam para onde caminhavam e esta era a principal informação requisitada pela polícia. Apesar de existir negociação, ambos os lados, sabiam estar em uma batalha tática.

A polícia está sob as ordens dos detentores do poder, desta forma, subordinada a interesses políticos. Em um protesto existem possibilidades infinitas de interações, não possibilitando uma resposta padronizada dos policiais ou considerada ideal. O responsável pela polícia em um protesto poderá ser criticado pelos seus superiores, pelo movimento social, pelos manifestantes, pela mídia, pela população em geral e também pelos seus subordinados. Deste modo, as variadas possibilidades de interações com interesses opostos produzem dilemas para o próprio comando da polícia.

O MPL São Paulo ao abrir o diálogo com a polícia esperava intervir nestes dilemas de forma a não ser reprimido brutalmente e a ficar na posição que mais inspire apoio popular⁸⁵. De forma não intencional, foi escolhido – a partir do segundo protesto – para ser o principal interlocutor do movimento com a polícia um ativista branco, de cabelos loiros e estudante da USP. Apesar de não ser esta deliberadamente uma tática do movimento⁸⁶ e sim um processo voluntário de divisão de tarefas, este perfil do ativista fazia, provavelmente, a polícia confrontar seus estereótipos e preconceitos, aprofundando seus dilemas.

Nos dois primeiros protestos, nos dias 6 e 7 de junho de 2013, o movimento utilizou-se da vantagem do efeito surpresa: estabeleceu diálogos com a polícia, mas a surpreendeu com o bloqueio de grandes vias da cidade. Por exemplo, a entrada na Marginal Pinheiros é

⁸⁴ Informação verbal do entrevistado FM, em abril de 2016.

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ Idem.

realizada de forma rápida, com a Fanfarra do MAL acelerando seu ritmo e com manifestantes correndo para tomar as pistas. A partir do terceiro protesto, o do dia 11 de junho, a polícia se preparava para as possíveis surpresas, aumentando o efetivo policial e acompanhando de forma mais ostensiva os manifestantes. Desta forma, evita a ocupação do Terminal Parque Dom Pedro. Entretanto, mesmo com a não ocupação do terminal, o confronto continua pela cidade. Duas cenas deste protesto marcam as disputas simbólicas existentes neste confronto entre policiais e manifestantes. No terminal Parque Dom Pedro, com manifestantes e policiais frente a frente, diante do impasse do seu fechamento, alguns manifestantes oferecem flores brancas para os policiais, em um gesto que simbolizava a paz. Com os desdobramentos do confronto, um policial é cercado por manifestantes, puxa uma arma para se defender, mas, mesmo escorrendo sangue pelo seu rosto, não atira. Manifestantes evitam uma violência maior, mas o foco das manchetes nos jornais é referente ao heroísmo do policial.

O movimento planejou a hipótese de que manifestantes se indignassem e fizessem, espontaneamente, performances que demonstrasse revolta. A indignação é a emoção principal de um protesto, ela combina raiva com ultraje moral e potencializa a mobilização (JASPER, 2016). Se, somente o próprio movimento expressasse esta indignação, a repressão, provavelmente, seria maior, dificultando as chances de vitória.

Nos primeiros protestos surgiu uma organização dos próprios manifestantes pós-repressão de se reagruparem e continuarem a protestar em direção à Avenida Paulista. Devido a um mesmo padrão semelhante de reagrupamento nos protestos, minha hipótese anterior as entrevistas era de que o próprio movimento havia pensado e planejado estas performances. O MPL São Paulo planejou resistir à repressão, entretanto não haviam planejado os reagrupamentos.⁸⁷ No dia 6 de junho, tinham algumas ideias de resistência, como ir para os terminais Parque Dom Pedro e o Terminal Bandeira, que não se concretizaram. A partir desta performance, surgida no calor das ruas, da qual o movimento se apropriou e, inclusive, orientou os ativistas a estarem com uma faixa do movimento na mochila, para assim que o protesto fosse dispersado, os próprios ativistas organizarem na estrutura da marcha a continuação do protesto⁸⁸.

Outra performance que surgiu espontaneamente nos momentos posteriores à repressão – realizada por manifestantes individuais ou por pequenos grupos – foram as ações chamadas de tática Black Bloc. Esta tática, nos primeiros protestos de junho de 2013, envolveu ações

⁸⁷ Informação verbal dos entrevistados BC e CM, em março de 2016

⁸⁸ Informações adquiridas através do entrevistado BC, em março de 2016

anônimas de pessoas vestidas de preto que se destacavam para frente do confronto ao invés de recuarem no momento da repressão. Estas enfrentavam a polícia devolvendo bombas e atirando pedras, alguns quebravam patrimônios públicos e privados, com destaque para as vitrines das agencias bancárias. Estas ações, principalmente as de destruição de patrimônios, chamaram a atenção da imprensa, que fizeram o enquadramento chamando o movimento MPL São Paulo e os participantes do protesto de violentos, baderneiros e vândalos.

Esta tática Black Bloc também havia provocado controversas nos protestos por justiça global, principalmente em Seattle, no ano de 1999. Della Porta (2007), referindo-se a estes protestos, ressalta um dos dilemas dos movimentos sociais ao escolherem e realizarem performances: o de que os movimentos, ao definirem performances, ficam entre a ação violenta que atrai a atenção da mídia, mas corre o risco de ser rejeitada pela opinião pública, e a ação mais convencional que aumenta a legitimação, mas diminui a visibilidade (DELLA PORTA, 2007, pp.123 e 124). Este também foi um dilema para o MPL São Paulo em seu planejamento, que escolheu o caminho de ações não convencionais, mas não necessariamente violentas.

Na concentração do protesto do dia 11 de junho muitos participantes estavam com lenços amarrados no pescoço. Este adereço do vestuário cumpria um duplo papel: poderia ser usado para despejar vinagre e proteger a pessoas dos efeitos das bombas de efeito moral ou para cobrir os rostos e fazer do manifestante um anônimo que poderia ou não realizar performances ligadas à tática Black Bloc. Nos três primeiros protestos, o MPL São Paulo e também os demais participantes dos protestos estabeleceram uma relação de passividade com as performances de confronto espontâneas, como a tática Black Bloc. Ou seja, não faziam qualquer ação para impedir ou controlar as ações individuais ou de pequenos grupos. A exceção aconteceu na noite do protesto do dia 11 de junho, em que ativistas do MPL São Paulo tentaram impedir sem sucesso a depredação da sede do Partido dos Trabalhadores (JUDENSNAIDER et al., 2013, p.63).

4.2 A difusão dos protestos

A grande imprensa deu grande repercussão para os protestos com uma narrativa explorando a temática da violência e fazendo o enquadramento negativo dos protestos. A opinião pública não aderiu ao enquadramento midiático de forma homogênea. Algumas

peessoas, mesmo não fazendo parte do raio de mobilização do MPL São Paulo ou dos seus aliados, se identificaram com as ações do movimento e resolveram vir para as ruas no protesto do dia 13 de junho de 2013.

Esta ampliação na participação foi precedida de uma primeira batalha pelos significados das mobilizações que aconteceu, sobretudo, entre os protestos dos dias 11 e 13 de junho de 2013. Todos os atores que interagem nos protestos fazem parte deste confronto pelos significados, mas a grande imprensa, pelo seu potencial de massificar a difusão de mensagens, tem um papel altamente relevante.

Segundo Lima (2013), a reação inicial da grande imprensa aos protestos foi de condenação e incentivo a repressão. Carlos (2015), ao analisar a cobertura do jornal Folha de São Paulo nos protestos de 2013, destaca que no dia 12 de junho de 2013 aproximadamente 70% da capa referem-se aos protestos mostrando um olhar parcialmente contrário às manifestações.

Na página C1 do caderno Cotidiano da mesma data encontramos nova fotografia que mostra um grupo pequeno de manifestantes com os rostos encobertos por lenços, depredando um ônibus, em meio à maioria que não participava do ato de destruição. A manchete: “Protesto mais violento contra tarifa tem confrontos em série e vandalismo em SP” (CARLOS, 2015, p.75).

Na edição do dia seguinte, 13 de junho, a fotografia em destaque é a do policial sangrando, imobilizando uma manifestante com a arma na mão. Além deste enquadramento do policial como herói e de noticiar que a tropa de choque estaria presente no ato que aconteceria no mesmo dia, o editorial do jornal⁸⁹ com o título “Retomar a Paulista” é um dos textos mais emblemático das reações da grande imprensa aos protestos. O texto faz referências às consequências do protesto do dia 11 de junho e afirma que o MPL São Paulo chegou perto demais de atingir seu objetivo de parar a cidade, sendo a reivindicação de reverter o aumento apenas pretexto para jovens predispostos à violência. As linhas opinativas do jornal defendem que as ações de repressão da polícia são uma imposição de regras e limites ao exercício dos direitos e também solicitam punições aos atos de vandalismo. Uma diferença no tratamento das notícias e na qualificação dos atores sociais acontece quando no mesmo jornal na página A10 do caderno Mundo, os manifestantes Turcos são denominados

⁸⁹ **Disponível em:** <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml>>. **Acesso em:** 20 de junho de 2016

de ativistas, enquanto que os manifestantes brasileiros haviam sido enquadrados como vândalos (CARLOS, 2015).

A mídia televisa enquadrou a polícia como vítima dos vândalos nos primeiros protestos. A TV Globo, no seu jornal regional – SPTV 1º edição – do dia 12 de junho, faz a cobertura do protesto do dia anterior com uma narrativa que enfatiza as marcas de destruição e o medo sentido por pessoas que não eram manifestantes, mas presenciaram o confronto. Utilizam termos como “quebra-quebra”, “vandalismo” e “cenário de pós-guerra” no enquadramento do protesto. Nenhum integrante do movimento é ouvido, a matéria mostra apenas opiniões de pessoas que não participaram dos protestos e os discursos do governador Geraldo Alckmin⁹⁰ e do prefeito Fernando Haddad. O governador condena a violência dos manifestantes nos protestos e o prefeito afirma que o aumento é abaixo da inflação como prometido em seu programa de governo. Desta forma, as grandes mídias, com seus editores, contam uma narrativa sobre os protestos nem sempre na ordem de como aconteceu, mas com ênfases próprias de acordo com seus interesses.

Na interação entre movimento e o poder público, as disputas de significados aconteceram diariamente, através das redes sociais digitais e pela imprensa. A prefeitura, inicialmente através de assessores do prefeito, tentou uma conversa informal. O movimento negou e o diálogo não avançou (JUDENSNAIDER et al, 2013, p. 36). Já o governador do estado não falou sobre a demanda da revogação do aumento e limitava-se a condenar os manifestantes e os atos de vandalismo. Antes do protesto do dia 11, ambos os governantes caracterizaram o movimento como violento e não disposto ao diálogo. Desta forma, para reforçar o contrário, o MPL São Paulo protocola no dia 11 de junho pedido de reunião com o prefeito e com o governador (JUDENSNAIDER et al, 2013, pp. 55 e 56).

A mídia ativista e o jornalismo independente impactaram este cenário com uma cobertura, segundo eles, “em baixa resolução e alta fidelidade”⁹¹ dos protestos, com protagonismo de coletivos como, por exemplo, a Mídia Ninja (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação). Segundo Carlos (2015), a Mídia Ninja – braço de comunicação do coletivo organizado Fora do Eixo – ganhou visibilidade nos protestos de 2013 com um enfoque jornalístico diferente da grande imprensa, mostrando aos internautas imagens em tempo real da atuação da polícia e dos seus possíveis excessos.

⁹⁰ Apenas uma curiosidade: ao discursar em Paris sobre os protestos em São Paulo, o governador estava ao lado do atual presidente interino do Brasil, Michel Temer.

⁹¹ Slogan da Mídia Ninja.

Além da mídia ativista, havia pessoas participantes dos protestos conectadas com redes sociais digitais através dos seus próprios celulares que, em tempo real ou após os protestos, disponibilizavam nas redes fotos e vídeos sobre os protestos. Esta forma de compartilhamento de informações gerou sentimentos de comoção e indignação (CARLOS, 2015).

As declarações de ativistas e policiais, mesmo quando não amplamente repercutidas pelas mídias, fazem parte das interações. Os ativistas do MPL São Paulo, ao serem questionados sobre a violência por parte dos manifestantes, entram na disputa pelos significados das performances culpando as forças repressivas pela violência, afirmando também não ter controle sobre os manifestantes e nomeando o confronto de “revolta popular”⁹². Já o tenente coronel da PM diz que o protesto foi violento pela animosidade dos manifestantes, ressaltando que atiraram fogos de artifício e coquetéis molotov contra policiais⁹³.

A batalha por significado nos protestos foi realizada por uma conexão de interações que envolvem diversos atores. Esta disputa está voltada, principalmente, para o público, ou seja, as pessoas comuns que estão fora do protesto. O movimento social, manifestantes e a mídia ativista buscam ampliar seu apoio relacionado com suas demandas, enquanto polícia e governantes querem deslegitimar o movimento social demandante e validar a repressão. A grande imprensa, ao contrário da imparcialidade declarada, edita suas matérias e opiniões de acordo com seus interesses. A difusão e a mudança de escala são desdobramentos destes enfrentamentos. Este contexto de indefinições quanto ao resultado desta batalha de significados marca o fim da fase de mobilização e começo da fase de difusão ou pico no ciclo de confrontos.

O MPL São Paulo ao se preparar para o protesto do dia 13 de junho de 2013, diante da conflituosa repercussão e disputa por significados catalisada pelo protesto anterior, faz a análise de que a temática da violência nos protestos estava ocupando mais espaço no debate público do que a demanda principal do movimento – a revogação da tarifa. A partir desta análise modifica sua faixa da frente. Ao invés da ameaça de parar a cidade, destaca que “violência é a tarifa” com intuito de trazer o debate para a questão dos transportes⁹⁴.

⁹² Declaração de Nina Capello, publicada no jornal Folha de São Paulo no dia 12 de junho de 2013.

⁹³ **Declaração publicada no site:** <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/protesto-contra-tarifa-tem-confronto-depredacoes-e-detidos-em-sp.html>>. **Acesso em:** 12 de junho de 2016.

⁹⁴ Informação verbal do entrevistado FM em abril de 2016.

A concentração do protesto foi marcada, assim como no primeiro ato, para o Teatro Municipal. Mesmo construindo uma determinada versão dos fatos, a imprensa acabava por informar à população que um novo protesto estava convocado para a quinta feira – 13 de junho. As convocações espontâneas pelas mídias sociais digitais com imagens da violência policial no protesto anterior também foram um fator importante de mobilização.

Se nos protestos anteriores a organização prévia do MPL São Paulo o colocava em vantagem nas interações, desta vez os diversos atores se preparam com seus próprios planejamentos. A polícia declara na imprensa que a tropa de choque estaria presente. Já na concentração do protesto as performances repressivas são diferenciadas em relação aos protestos anteriores, com a detenção de muitos ativistas antes de estes chegarem ao protesto – alguns com a justificativa de estarem portando vinagre.

Manifestantes ligados a movimentos aliados ou que não tinham nenhuma participação organizada também vieram para o protesto com o objetivo de entrar na batalha pelos significados disparada pelos protestos anteriores. Desta forma, surgem diversos cartazes e faixas com frases que traziam conteúdos que respondiam às interpretações da mídia e às interações com a PM nos protestos anteriores: “Vandalismo é andar esmagado no metrô”; “Pimenta no cú do povo é refresco”; “Protestar é um direito, reprimir é um delito”; “Pela paz contra 3,20”; “Onde tem preso político não tem democracia”; “PM = Pau Mandado”; “Acabou o amor – vamos repetir Porto Alegre”; “Os bandidos aqui são vocês”; “Abaixo a repressão de Haddad e Alckmin”; “Queremos justiça não guerra”; “Afasta de mim este cale-se”; “Manifestação não é quadilha, liberdade ao nossos presos políticos”; “Mídia sensacionalista – somos a revolta...”; “A Globo não domina nossa mente”; “Cala a boca Jabor”. Havia também cartazes falando especificamente da tarifa e sobre a luta em geral.

A saída da marcha no Teatro Municipal é feita sem alarde, por um caminho improvável, como se fosse uma saída pelos fundos. Foi sendo realizada aos poucos, por uma rua estreita, oposta ao caminho que levaria a prefeitura.

Quando o ato chega próximo à Praça da República, ainda antes da repressão que viria a seguir, manifestantes de um determinado grupo comemoram a notícia do resultado da pesquisa do programa de um apresentador de televisão chamado Datena⁹⁵. A população vota a favor dos protestos ignorando as tentativas declaradas do apresentador de influenciar a

⁹⁵ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eoPzlvxzTtM>>. Acesso no dia: 18/08/2016.

opinião do telespectador contra os protestos⁹⁶. Importante ressaltar aqui que esta pesquisa é realizada anterior à ampla repressão policial, a partir de ligações dos telespectadores, sendo um indicativo de apoio do público, ou seja, de pessoas que não estavam envolvidas diretamente com os protestos.

A interação com a grande mídia é conflituosa. A Rede Globo é hostilizada no protesto com palavras de ordem. Mas o movimento continua dando entrevistas conversando com os mais diversos veículos de comunicação dando sua versão dos fatos. Era notável o esforço de manifestantes em fazer um protesto sem performances que pudessem ser identificadas como vandalismo. A interação do movimento com manifestantes protagonistas de repertórios mais violentos parece se modificar na tentativa explícita de realizar um protesto pacífico. Uma cena chama atenção – um manifestante sobe no teto de uma banca de jornal para visualizar a manifestação, mas os outros manifestantes – com receio de que ele fosse pichar ou fazer alguma outra ação direta – pedem em coro para ele descer.

Apesar da referência do MPL São Paulo, movimentos aliados tinham também suas próprias visões do que deveria ou não acontecer nos protestos. A negociação com a polícia estava sendo realizada por um militante de outro movimento. A negociação estava sendo filmada e minha hipótese inicial de que havia algum combinado prévio deste movimento com o MPL São Paulo. Mas, segundo os ativistas⁹⁷, não existia este combinado. Por algum motivo, a comissão de negociação do movimento faz um diálogo inicial na concentração do protesto e depois se desencontra com o comandante da polícia. O próprio comandante não reconhece aquela negociação com um ativista de outro movimento e insiste através do seu rádio para que tragam o negociador do MPL São Paulo. O choque de repertórios citado anteriormente se expressa aqui não apenas no diálogo entre ativistas, mas nas interações dos movimentos com outros atores.

A negociação com a polícia não avança e começa a repressão desenfreada que utilizou indiscriminadamente bombas de efeito moral, balas de borracha, agressões e detenções. Jornalista e pessoas que não participavam do protesto foram atingidas. As repostas dos manifestantes foram diversas: a maioria corria, alguns xingavam os policiais, outros tentaram sentar como forma de demonstrar uma disposição não violenta, outros gritaram no sentido de reagruparem como nos outros protestos, e muitos cantaram palavras de ordem contra a

⁹⁶ Até a pergunta da pesquisa o apresentador tentou modificar, inserindo a palavra “baderna” para tentar desqualificar os protestos.

⁹⁷ Segundo informações verbais de entrevistas realizadas com BC e CM em março de 2016 e FM em abril de 2015.

repressão: “Sem violência”; “Ão, ão, ão, não à repressão”; e “Polícia baderneira”. Também foram realizadas muitas imagens das performances repressivas dos policiais por manifestantes com seus celulares. Adeptos da tática Black Bloc foram para linha de frente do confronto e chutavam bombas de volta em direção à polícia, faziam barricadas com fogo e atacavam a polícia com rojões e pedras.

A nota, no vídeo⁹⁸ publicado posteriormente pelo MPL São Paulo, sintetiza a visão do movimento sobre este protesto e, principalmente, sobre a interação com a polícia: “No dia 13 de junho de 2013 a PM de São Paulo novamente reprimiu com brutalidade a passeata do MPL, deixando mais de 100 feridos, 215 presos e uma cidade em pânico”. Segundo o relatório do site Artigo 19, são mais de 100 feridos e 235 pessoas detidas⁹⁹. A maioria foi detida por portar vinagre, apesar de não existir qualquer legislação que proíba o porte ou uso de tal substância nesse contexto. Ainda o relatório detalha que 22 pessoas feridas e duas detidas eram jornalistas cobrindo a manifestação.

As táticas de um protesto e a combinação de performances escolhidas orientadas para um objetivo se assemelham com as táticas e jogadas de um determinado time em um jogo de futebol. De acordo com o jogo e as necessidades do time as jogadas são usadas e alteradas taticamente. Por exemplo, se o time está vencendo, pode então optar taticamente por colocar seus jogadores no campo de defesa e agir priorizando não tomar gols. As variações de jogadas ou performances são diversas e fazem parte de determinada tática. Assim como em um jogo de futebol, quando um time que anteriormente atacava e de acordo com a interação com outro time passa a se defender, os protestos do MPL São Paulo tiveram uma modificação tática no protesto do dia 13 de junho.

O MPL São Paulo já havia cumprido uma importante fase do seu planejamento ao ampliar o confronto político na cidade. O movimento, ao declarar aos jornais que não tinham controle dos protestos e ao intitularem o confronto como uma revolta popular, colocava-se numa postura em que não expressava as intencionalidades deste processo, mas sim uma suposta indignação popular espontânea. A ameaça de que iriam parar a cidade, ao se tornar realidade, é substituída pela afirmação de que os protestos já saíram do controle.

O que era percebido como modificação tática nas ruas foi a diminuição das ações de destruição de patrimônios públicos e privado substituídas por uma atitude de resistência e

⁹⁸ Disponível em: <<http://saopaulo.mpl.org.br/tag/luta-contra-o-aumento-2013/>>. Acesso em: 04/02/2015.

⁹⁹ Disponível em: <<http://artigo19.org/blog/2014/06/23/relatorio-protestos-no-brasil-2013/>>. Acesso em: 20/08/2016.

solidariedade entre os manifestantes, sendo, o registro dos fatos com diversas filmagens uma das formas de resistência mais realizada. Ao contrário dos protestos anteriores o MPL São Paulo não realiza uma grande performance de fechamento, interrupção ou bloqueio de uma grande via de carros. Entretanto, a Avenida Paulista, que havia se tornado o grande cenário dos confrontos nos outros protestos, estava nos possíveis destinos daquela quinta feira. A repressão acontece justamente na subida da Consolação em direção à Avenida Paulista.

Nos três protestos anteriores a Avenida Paulista havia sido o destino de manifestantes após a interação violenta com a polícia. No ato anterior, ativistas comemoravam seu reencontro nesta avenida. O editorial da Folha de São Paulo, com a justificativa dos diversos hospitais ali localizados, solicitava a sua retomada pelas forças de segurança. Ou seja, o MPL São Paulo, mesmo sem planejar a disputa por esta avenida, torna-se parte dela. Ao colocar milhares de manifestantes – que caminhavam sem saber o destino – em direção à Avenida Paulista, mesmo sem declarar esta intencionalidade, realizaram uma performance de confronto provocativa à polícia.

Com as modificações táticas nas performances e a ampla repressão, o movimento MPL São Paulo assume o lugar de vítima, sobretudo, por ter sofrido com uma repressão policial desmedida, despertando a solidariedade e a empatia de diversas pessoas tanto em São Paulo quanto em outros locais do Brasil e do mundo.

Um movimento social, ao ir para as ruas fazer uma campanha reivindicatória, estabelece uma relação temporal com os opositores. O autor Auyero (2011), ao analisar o tempo nas relações de clientelismo e patronagem, destaca que as percepções coletivas de tempo estão entrelaçadas com a dominação social e também com sua resistência. O autor faz a indagação: “Como a espera objetiva se torna submissão subjetiva?” (AUYERO, 2011, p.150).

No caso do MPL São Paulo, a relação temporal é estabelecida – com a prefeitura e com o governo estadual – diante da exigência da revogação do aumento e a resposta do poder público quanto a esta exigência. Uma tática comum do poder público, vivenciada por movimentos e sindicatos, é a de fazer esperar, demorando em dar respostas definitivas para as demandas. Segundo Judensnaider et al (2013), em junho de 2013 a prefeitura de São Paulo teve duas posturas: a primeira foi a de tentar estabelecer uma conversa informal com o movimento e este não aceita; a segunda, posterior a esta, foi a de negar qualquer diálogo com a justificativa de os protestos serem violentos. No dia 12 de junho o Ministério Público tenta uma mediação entre movimento e poder público, mas os governos mandam representantes técnicos e não políticos. No dia 12 de junho, uma semana depois do início dos protestos,

Alckmin e Haddad dão declarações negando a possibilidade de revogação do aumento (JUDENSNAIDER et al, 2013, pp. 71 e 72).

Mas esta relação temporal nos protestos de junho de 2013 ultrapassa a interação entre movimento e opositores devido a elementos estratégicos planejados pelo MPL São Paulo. Entre o dia 6 e 13 de junho, foram realizados quatro protestos, sempre nos dias de semana, uma considerável diminuição em relação à campanha anterior do movimento em 2011 que realizou um protesto por semana durante mais de três meses. O confronto de 2013 teve então intervalos menores entre os protestos. Para Judensnaider et al (2013), esta estratégia do movimento pretendia asfixiar o poder público. Todos os quatro protestos mencionados foram marcados para as 17h e, em geral, a caminhada começava uma hora depois. Assim, todo o desenvolvimento do protesto coincidia, propositadamente, com a hora em que grande parte das pessoas estava retornando para casa após o trabalho. As performances de fechar grandes avenidas e a interação violenta entre as forças repressivas e manifestantes sustentadas por um longo tempo interromperam ainda mais o cotidiano de diversas pessoas modificando rotinas e a relação temporal.

Este transbordamento do confronto político alterando rotinas de pessoas comuns modificava a relação de espera ligada com a dominação referida por Auyero (2011). Não era o movimento que esperava uma resposta do poder público, mas sim o poder público que corria contra o tempo para garantir a ordem pública e o mais rápido possível devolver a normalidade para a cidade.

Esta busca pela normalidade é impactada pela cobertura do protesto do dia 13 de junho realizada pelos próprios manifestantes em tempo real, pela mídia ativista, pela grande imprensa e até pela imprensa internacional somada as diversas interações posteriores ao protesto. Neste contexto aconteceu uma segunda batalha pelos significados dos protestos.

As reconfigurações de discursos e narrativas se deram no calor dos acontecimentos. A grande imprensa, diante de uma desmedida repressão que atingiu também diversos jornalistas, foi levada a reportar a escalada da violência policial. O jornal Folha de São Paulo dá destaque para agressões arbitrárias de policiais, como nas fotos que registram um casal sendo expulsos de um bar e uma jornalista ferida por uma bala de borracha.

No SPTV primeira edição, do dia 14 de junho de 2013, os detentores do poder tem amplo espaço para defender o aumento e justificar as ações da polícia. O secretário de segurança ressalta o papel da polícia de garantir direitos. Já o governador, além de justificar o aumento, enfatiza que a violência aconteceu por parte de lideranças de pequenos movimentos

e justifica que possíveis excessos da polícia já estariam sendo investigados. O prefeito ressalta o esforço de não repassar os custos dos transportes para a população e mantém a mesma argumentação de que o aumento é abaixo da inflação. Já o MPL São Paulo é colocado na matéria com uma fala curta apontando os abusos policiais. A narrativa sobre os protestos mantém elementos parecidos com a cobertura do protesto anterior com ênfase na violência dos protestos, com o “cenário de guerra” segundo a reportagem e o medo que a população comum sentiu diante da escalada da violência. Nesta narrativa são acrescentadas as imagens da violência policial, entrecortadas com performances pacíficas e agressivas dos manifestantes e aparece também uma justificativa de um comandante da polícia, ainda no calor dos protestos, dizendo que o movimento não havia cumprido o acordo de não subir a Avenida Consolação e por isso a repressão. O movimento negou qualquer acordo.

A complexidade das interações e a dificuldade de conciliar a realidade dos fatos com os interesses por de trás da cobertura midiática resultaram em uma reconfiguração do discurso midiático confusa, ambígua e contraditória que parecia dar a entender que ambos – movimento social e polícia – tiveram ações equivocadas.

Somente depois destas declarações é possível destrinchar algumas táticas da polícia e as intenções nas interações que já preparavam as disputas de significados posteriores, como o desencontro com a comissão de negociação com o movimento e o não reconhecimento de um aliado como negociador. Esta interação foi realizada à luz das câmeras. A primeira vista, podemos entender como uma desorganização da comissão do movimento que não estava próxima do comandante, ou ainda, poderíamos supor que havia uma disputa interna entre os movimentos. Mas a partir das declarações da polícia e das suas performances repressivas é possível sugerir outra hipótese. Diante dos protestos anteriores em que a Avenida Paulista havia sido o cenário do confronto, e também de um editorial de um grande jornal da cidade que pedia sua retomada, a polícia demarca sua ocupação deste território e, independente de qualquer negociação ou ação dos manifestantes, estava determinada a não deixá-los se aproximarem desta Avenida. A disputa de território parecia ser uma demarcação de poder e de controle já que a principal justificativa de livre circulação foi impedida pela própria ocupação da polícia na Avenida. O MPL São Paulo dá a sua versão da negociação no Jornal Nacional: “A ideia era ir para a Praça Roosevelt e agente avaliaria com a polícia para onde a gente seguiria. Mas eles desaparecem e a gente não mais conseguiu conversar com o comando que se isolou” (JUDENSNAIDER, 2013, p. 105). A versão do movimento não deixa clara a opção deste em não revelar o trajeto como um todo, entretanto a postura da polícia sugere que estes

não queriam negociar, mas apenas ter uma argumentação para a repressão, e o não cumprimento de um suposto acordo poderia ser o motivo já que a postura dos manifestantes era pacífica. Não teremos exatidão sobre as intencionalidades desta interação, mas as disputas de significados sugerem que não foi acaso o desencontro entre polícia e movimento e o não reconhecimento de um manifestante aliado como negociador.

Começa a ocorrer na mídia uma distinção entre manifestantes pacíficos e manifestantes violentos e certa dispersão de pautas. O primeiro sinal neste sentido, segundo Judensnaider (2013), surge na noite do dia 13 de junho, com o comentário de Renata Lo Prete no Jornal das 22h da rede Globo News. A mídia internacional também repercute os protestos pela primeira vez (JUDENSNAIDER, et al. 2013, pp. 100 e 108).

Os relatos e imagens disponibilizados por manifestantes, por pessoas que testemunharam os protestos e pela jornalista atingida por uma bala de borracha no olho nas redes sociais digitais foram amplamente visualizados e compartilhados impactando a cobertura da imprensa (o Jornal Nacional do dia 14 de junho de 2013 passou imagens destes vídeos disponibilizados nas redes) e ampliando a indignação de setores da sociedade. Segundo Judensnaider et al. (2013), diversas entidades relacionadas aos direitos humanos e organizações jornalísticas se posicionam contra as ações de repressão.

Um dos resultados concretos da vitória do movimento nesta batalha simbólica foi a liberação de todos os presos, inclusive os detidos no protesto do dia 11 de junho. Há também uma primeira sinalização de negociação com a convocação extraordinária do Conselho da Cidade para discutir a pauta dos transportes. O Movimento MPL São Paulo é convidado. Em um momento que a violência é o grande tema das repercussões, esta ação governamental ajuda o MPL São Paulo a trazer para o debate a revogação do aumento.

A desmedida repressão aos protestos, transmitida às pessoas comuns através das redes digitais e pelas grandes mídias, produziu um choque moral compartilhado por muitas pessoas. Este choque moral abalou o senso de realidade e normalidade, devido aos sentimentos inquietantes diante de cenas que mostravam a violência repressiva da polícia com manifestantes, jornalistas e pessoas comuns que não estavam participando dos protestos (JASPER, 2016, pp.125 e126).

Um dos sinais mais emblemáticos de que a solidariedade ao movimento era o sentimento predominante após a repressão foi um vídeo, disseminado nas redes, em que cerca de cinco mil manifestantes no Rio de Janeiro gritavam em coro: “São Paulo, São Paulo, não

para de lutar! A luta da passagem tem que nacionalizar”¹⁰⁰ (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 123).

Quando os protestos ampliaram suas repercussões positivas, jornalistas se interessavam em saber quem eram as pessoas por trás de tais ações. Após ser seguida por uma jornalista que queria saber detalhes sobre sua vida, uma ativista do MPL diz, segundo Pealbart (2013): “Anota aí: não sou ninguém.” Esta postura ativista de se recusar a falar sobre sua vida privada ou também a recusa de se colocar no papel de liderança, mais do que uma iniciativa individual, foi um padrão dos demais ativistas, como, por exemplo, na entrevista dos integrantes do MPL São Paulo no programa Roda Viva¹⁰¹ no dia 17 de junho de 2013. Mas o que significa esta expressão: “não sou ninguém”? Qual impacto desta postura ativista para o confronto político em junho de 2013?

A história do MPL ajuda a responder. As formas de organização do movimento surgiram e desenvolveram-se em oposição a algumas formas representativas e individualistas do movimento estudantil. O movimento buscou formular mecanismos que pudessem, ao mesmo tempo, superar concretamente formas de ações coletivas organizadas a partir da representatividade e do personalismo e cumprir tarefas necessárias para o confronto político. Por exemplo, o ato de dar entrevistas era uma tarefa a ser cumprida por participantes do movimento escolhidos coletivamente e de forma rotativa. Até mesmo as informações que poderiam ser disponibilizadas eram debatidas em conjunto, assim como a postura de não se falar de aspectos pessoais.

Se um ativista se destacasse como liderança ou como expressão pública do movimento acumularia poder, desequilibrando as relações internas. A expressão “eu não sou ninguém” é emblemática do esforço do MPL São Paulo em priorizar a ação coletiva em relação ao indivíduo em particular. Devido a suas formas de organização nomeadas como horizontais, a força coletiva do movimento não está centralizada como propriedade ou qualidade de um ativista, mas está distribuída. Essa forma de organização colocada em prática pelo MPL São Paulo foi adaptada das suas influências do repertório autonomista, pois no movimento Zapatista o passamontanhas que cobre o rosto dos ativistas cumpre papel semelhante.

Outro ponto sobre a postura dos ativistas está relacionado com a própria segurança deles. O MPL São Paulo, ao não ter lideranças que personificavam o movimento, dificultou

¹⁰⁰ **Imagens deste momento disponíveis no site:** <<http://mais.uol.com.br/view/1575mnadmj5c/manifestantes-no-rio-apoiam-movimento-em-sao-paulo-04024E183670C8A94326?types=A&>>. **Acesso em:** 18/08/2016.

¹⁰¹ Programa Roda Viva. **Disponível em:** <<https://www.youtube.com/watch?v=8FacFeGixxY>>. **Acesso em:** 20/07/2016

performances repressivas de perseguição, responsabilização ou criminalização por parte da polícia e do poder público, como já havia acontecido em experiências do movimento na cidade de Florianópolis.

O MPL São Paulo, não apenas com as performances, mas também com as suas formas de organização, trouxe a um público mais amplo, elementos inovados em relação às tradições políticas brasileiras. Os ativistas, ao se recusarem a ocupar o lugar de lideranças a serem seguidas, ou celebridades a terem a vida privada levada ao status de interesse público, dificultaram as investidas dos detentores do poder em estereotipar as lideranças do movimento como violentas, e também as ofensivas midiáticas que visaram desqualificar o movimento a partir de aspectos biográficos dos ativistas. Esta forma de organização horizontal também fortaleceu a imagem coletiva de um movimento que não queria controlar ou ser a voz única dos manifestantes.

O resultado da combinação destas formas organizativas, com o choque moral e a interpretação dada pelo movimento na disputa de significados, foi a difusão vertical dos protestos que se consolidou através de uma significativa mudança de escala na quantidade e na dimensão dos protestos da semana seguinte. Desta forma, o MPL São Paulo foi bem sucedido na execução do seu planejamento e na resolução do dilema da desobediência ou cordialidade, proposto por Jasper (2016), que expressa a dificuldade na escolha de performances prescritas, toleradas ou proibidas para a criação de um choque moral (JASPER, 2016, p. 127). As pessoas atenderam ao chamado e vieram para as ruas com suas próprias formas de confronto, sem o receio de serem manobradas, pois as performances pré-existentes do MPL São Paulo estavam abertas a outras performances e a imaginação criativa de diversos participantes. Entretanto a pauta da revogação do aumento permanece secundária em relação à violência dos confrontos.

Com as notícias e os apoios recebidos após o protesto do dia 13 de junho, as tarefas do movimento se multiplicaram, principalmente nas articulações com apoiadores e na relação com a imprensa. Dois desafios estavam colocados para o final de semana: organizar um protesto com grandes proporções e focalizar a pauta da revogação do aumento. Se a preocupação anterior era fazer os protestos saírem do controle, neste fim de semana a preocupação era ter algum direcionamento dos protestos.

A partir do protesto da segunda-feira, dia 17 de junho, muitas pessoas que não participaram dos protestos anteriores saem às ruas. A maioria destas pessoas não fazia parte de organizações e coletivos e, portanto, não tinham necessariamente a referência de repertórios socialistas ou autonomistas, como o MPL São Paulo. Surgiram então, a partir

deste protesto, performances e símbolos variados e, também, manifestantes com diferentes indignações, para além da revogação dos aumentos e da violência nos protestos.

Desde 1992 a cidade de São Paulo não assistia a um evento de protesto com as proporções do que aconteceu na semana do dia 17 de junho de 2013. O MPL São Paulo, ao se deparar com a energia liberada pela efetiva participação de milhares de pessoas literalmente parando a cidade, precisou lidar com tensões, dilemas e desafios em suas diversas interações. Interações estas que haviam se modificado completamente em relação à semana anterior. Ao ter uma reconfiguração da imprensa, do público, da polícia, dos detentores do poder e também dos movimentos aliados, o movimento também precisava rapidamente se reposicionar e atualizar suas performances, suas articulações e seus discursos.

A partir deste protesto do dia 17 de junho, surgem nas ruas os chamados movimentos derivados, que são aqueles que, segundo Tarrow (2009), se aproveitam de oportunidades abertas ou visualizadas a partir da ação dos movimentos iniciadores, para colocar suas próprias demandas com suas próprias formas de confronto. Para Bringel (2013), o MPL São Paulo é um movimento iniciador do ciclo de protestos de junho de 2013 e o autor chama atenção para o fato de que no Brasil não foram necessariamente movimentos aliados ou próximos ao MPL que se tornaram derivados destas lutas. As possibilidades de intervenções do MPL São Paulo haviam sido ampliadas diante das repercussões do protesto anterior, mas com a energia liberada por uma grande massa de pessoas presente nas ruas, disputas em torno dos rumos dos protestos foram maiores, tanto relacionado a movimentos próximos considerados aliados, quanto a novos atores que não faziam parte do arco de alianças do movimento.

O protesto do dia 17 de junho, segunda-feira, teve sua concentração marcada para o Largo da Batata em Pinheiros. Centenas de estudantes da USP foram em caminhada, já parando algumas avenidas importantes da região oeste. O MPL São Paulo consegue ainda direcionar o protesto com uma saída e uma caminhada em dois sentidos – pela Avenida Faria Lima e pela Marginal Pinheiros. Ambos os trajetos tinham como destino final a Ponte Estaiada.

A execução deste trajeto foi alvo de diversas disputas no calor dos acontecimentos. Em um cruzamento, um pequeno grupo disputou o trajeto com palavras de ordem e deslocou uma parte dos manifestantes para Avenida Paulista. Lideranças de alguns movimentos e partidos aliados questionaram o trajeto proposto pelo MPL São Paulo e, próximo ao final, avisaram sobre uma suposta notícia de que o governador iria negociar se o movimento fosse

até o Palácio do Governo¹⁰². O protesto que terminaria na Ponte Estaiada foi redirecionado por mais alguns quilômetros até a sede do governo estadual. Não havia nenhuma negociação com o governador e, na porta do Palácio dos Bandeirantes aconteceu um confronto com a polícia.

Apesar desta interação violenta ao final, a predominância em todo o protesto é a de realização de performances não violentas, com os próprios manifestantes tentando coibir ações agressivas dos manifestantes com palavras de ordem como “sem vandalismo”. A polícia praticamente não estava presente no protesto. Mas a disputa sobre a violência era uma temática muito presente no protesto com cartazes e palavras de ordem, como, por exemplo: “que coincidência, não tem polícia, não tem violência”. Ao passarem pelo prédio da TV Globo, o questionamento a imprensa é transformado em palavras de ordem com xingamentos. O clima do protesto fez com que pessoas ao caminharem em direção ao Palácio do Governo gritassem conjuntamente “Revolução, Revolução, Revolução”.

A participação de um grande número de pessoas de setores não organizados mudou a composição e a dinâmica dos protestos. Veio para as ruas uma multidão heterogênea com cartazes, palavras de ordem, símbolos e performances variadas. Surgem assim símbolos, performances e palavras de ordem ligadas ao repertório patriótico. Embaixo da Ponte Estaiada era possível ver inúmeros manifestantes com a bandeira do Brasil tirando fotos e cantando a palavra de ordem “Sou, sou Brasileiro, com muito orgulho, com muito amor”. O repertório patriótico está presente no Brasil, principalmente desde o período da redemocratização, com característica nacionalista através de símbolos, cantos e cores, possui características e adaptações próprias ligadas à cultura brasileira e fez parte dos ciclos de protesto de 1984 e 1992. Seus participantes, em geral, são pessoas que não têm uma trajetória de ativismo ligada a organizações.

As notícias sobre a amplitude dos protestos vêm de diversos locais do Brasil e segundo Judensnaider (2013), há uma consolidação do apoio aos protestos por parte da grande imprensa. O MPL São Paulo marca protesto para o dia seguinte, terça-feira, dia 18 de junho de 2013 na Praça da Sé. Pela primeira vez, em um dos pontos mais tradicionais de protesto na história da cidade, palco das Diretas Já nos anos de 1983 e 1984.

O MPL São Paulo, seguindo sua proposta de realizar performances de bloqueios de grandes vias, planejou levar o protesto para a Marginal Tietê. Entretanto, desde a

¹⁰² Informação verbal do entrevistado BC, em março de 2016.

concentração, teve dificuldades em dirigir o protesto. Alguns manifestantes que estavam ao redor de um carrinho de som portátil resolveram começar a caminhar sem a liderança do movimento. Quando estes manifestantes estavam quase chegando à prefeitura, uma das ativistas do MPL alcançou a frente do ato, interrompeu a marcha e negociou para que o protesto não parasse na prefeitura, mas que seguisse o trajeto para se juntar com a outra parte do ato que estava a caminho da Marginal Tietê. Ela é bem sucedida nesta negociação, mas o movimento, mesmo com a ajuda da Fanfarra do MAL não consegue realizar o trajeto esperado, pois a maioria dos manifestantes que os acompanhavam decide retornar para o centro. As marchas ficaram momentaneamente confusas, enquanto um grupo caminhava por uma rua parecendo seguir em direção ao bairro, havia outra parte da marcha voltando dando a impressão que os manifestantes andavam em círculo.

Ao mesmo tempo em que o MPL São Paulo teve dificuldades em direcionar o trajeto, surge uma divisão não organizada dos manifestantes. No centro, próximo a prefeitura há o reaparecimento de performances violentas, com depredações, pichações, tentativa de ocupação da prefeitura, saques e até mesmo um carro da imprensa incendiado. Outra parte dos manifestantes se dirigiu para a Avenida Paulista e a predominância neste trajeto foi de performances pacíficas. Estas diferentes formas de manifestações em um mesmo protesto reforçou a disputa simbólica e a distinção entre a maioria de manifestantes pacíficos e uma minoria de vândalos que a grande imprensa já havia começado a fazer anteriormente. A dispersão de pautas também foi reforçada pelas grandes mídias, como por exemplo, no Jornal Nacional do próprio dia 18 de junho (JUDENSNAIDER et al., 2013, p.202).

As dificuldades do MPL São Paulo em organizar o protesto e direcionar o trajeto são sinais de que o movimento estava sendo ultrapassado por uma multidão heterogênea de manifestantes. A multidão, ao não esperar pela liderança do MPL São Paulo, age nas ruas por sua própria conta. Os sentidos desta mobilização de massas e da indignação social compartilhada por diversos manifestantes foram influenciadas por um tipo de ação política com maior protagonismo individual, que se espalhou rapidamente, a partir de diferentes interpretações, com múltiplas conexões estabelecidas de forma difusas e, por vezes invisíveis, com organizações mais descentralizadas ou espontâneas (BRINGEL, 2013, p. 45).

Esta ausência de lideranças dos protestos fez com que os participantes dos protestos ficassem mais suscetíveis tanto a performances e discursos disputados no calor das ruas quanto às intervenções discursivas da grande imprensa. Alguns ativistas do MPL São Paulo, ao falarem sobre o papel de direção do movimento, referiam-se ao MPL São Paulo como uma

direção que nega a si mesma. Ou seja, um movimento capaz de impor uma direção pela revogação do aumento, mas ao mesmo tempo, sem a pretensão de dirigir completamente ou controlar as manifestações¹⁰³. Até o dia 17 de junho o movimento conseguia ser uma direção que negava a si mesma. Já no dia 18 se inicia um processo de não reconhecimento da direção do MPL São Paulo nos protestos.

Este contexto de oportunidades políticas e ameaças, abertas com as interações dos protestos, eram percebidos e interpretados de formas diferentes pelos atores dos diversos campos políticos, que faziam suas análises sobre como disputar ou de alguma forma se beneficiar. Segundo Alonso e Mische (2016), nos protestos de junho foram formados dois grandes campos estratégicos de ação, parcialmente sobrepostos, um à esquerda do governo federal e outro à direita, que se distinguem por diferentes conjuntos de queixas, metas, repertórios e estilos estéticos (ALONSO e MISCHÉ, 2016, pp. 2 e 3).

Um dos exemplos do campo a esquerda do governo federal é o MTST. Este movimento, mesmo após a repressão do dia 13 de junho em que muitas pessoas saíram às ruas, o MTST argumentava ter receio de envolver a sua base popular em protestos que poderiam ser violentos. Entretanto, no protesto do dia 17 de junho, lideranças estavam presentes para observar os acontecimentos. Já no protesto seguinte, mobilizaram pessoas da base do movimento para participar do protesto na Praça da Sé. Já no dia 19 de junho o MTST convocou três protestos simultâneos na Zona Sul e na Zona Leste com a pauta da revogação do aumento, mas também com outras reivindicações.

Grupos e coletivos que não eram próximos ao MPL São Paulo, que já estavam acompanhando os protestos, também perceberam o contexto de oportunidade políticas e começam a planejar e executar ações para se sobressaírem. Surgem então os movimentos derivados de direita que fazem parte do campo a direita do governo federal.

O que explica o surgimento destes grupos derivados e esta formação de campos estratégicos de ação sobrepostos? Como explicar um protesto com performances proibidas e violentas na terça feira dia 18 de junho, após um protesto, no dia anterior, com performances predominantemente prescritas e pacíficas?

O final do protesto do dia 17, com a polícia acuada dentro do Palácio do Governo, evidenciou características iniciais de uma possível insurreição. O confronto no fim do ato anterior, somados a postura acuada da polícia, fez com que pequenos grupos radicalizados,

¹⁰³ Informação verbal de entrevistados CM e EC em junho de 2013.

mas diferentes ideologicamente, percebessem a oportunidade política para performances proibidas e violentas.

Esta ausência de lideranças dos protestos fez com que os participantes dos protestos ficassem mais suscetíveis tanto a performances e discursos disputados no calor das ruas quanto às intervenções discursivas da grande imprensa. A percepção das dificuldades de direção nos protestos por parte do MPL São Paulo, a divisão dos manifestantes de acordo as performances, o surgimento de movimentos derivados, a irrupção deste novo tipo de ação política com maior protagonismo individual e difuso no protesto do dia 18 de junho, fortaleceu a formação de dois campos sobrepostos de ação e também um discurso difuso antipartidário.

Na tarde do dia 19 de junho, o MPL São Paulo convoca uma reunião com praticamente todos os seus aliados da esquerda paulistana. Se nas ruas no dia anterior, a multidão heterogênea e o surgimento de movimentos derivados não agiram a partir da liderança do MPL São Paulo, este movimento, ao reunir inúmeros grupos e, também, ao atrair a atenção da imprensa¹⁰⁴ demonstrava ser ainda o grupo capaz de dar algum sentido para aquela ampla mobilização.

A dispersão de pautas era uma preocupação manifesta pelo MPL São Paulo. Todos estes movimentos de esquerda poderiam ajudar a trazer para o centro do protesto a questão da revogação da tarifa. Os diversos presentes e o próprio movimento estavam também preocupados com o descontrole dos protestos, o surgimento de performances nacionalistas, mas, principalmente, com o questionamento constante dos partidos e das bandeiras. Este questionamento foi expresso em palavras de ordem como “Sem partido, sem partido”, “O povo unido, não precisa de partido” ou cartazes como “Movimento dos sem partido”. Na reunião surgiram relatos de militantes que isoladamente foram constrangidos por estarem com bandeiras partidárias ou de movimentos.

Diante deste debate, alguns militantes qualificavam como fascismo esta atitude contra os partidos e bandeiras. Alguns grupos e coletivos faziam também uma classificação entre os que “acordaram agora” – manifestantes que não eram organizados – daqueles que “nunca dormiram” – ou seja, eles mesmos, os ativistas organizados. O debate principal foi entre a proposta de formar um bloco da esquerda nos protestos e proteger-se coletivamente contra

¹⁰⁴ Alguns setores da grande imprensa, mesmo com o local da reunião sendo modificado na última hora, esperavam os ativistas do MPL São Paulo para fazer imagens e realizar entrevistas.

investidas ou diluir-se em diversos grupos ao longo do ato. O MPL São Paulo defendia que os movimentos não formassem um bloco e a reunião¹⁰⁵ caminhava para este encaminhamento. A enorme quantidade de falas é interrompida pela notícia de que Alckmin e Haddad estavam fazendo um pronunciamento ao vivo na televisão. Sem terminar a reunião, todos descem para o bar para acompanhar a cena dos detentores do poder, juntos, revogarem os aumentos. Alegria, festa e comemoração, afinal o MPL São Paulo havia derrotado governos e interesses econômicos na luta pela revogação do aumento.

O MPL São Paulo e os grupos aliados da esquerda paulistana não haviam retomado a reunião do dia anterior no momento pós a revogação da tarifa. Desta forma, o planejamento para o protesto do dia 20 de junho ficou defasado e a situação dos primeiros protestos foi praticamente invertida. Nestes primeiros protestos o MPL São Paulo havia planejado com detalhes suas performances e as táticas para os protestos, enquanto outros atores foram completamente surpreendidos. Já, no dia 20 de junho, o MPL São Paulo veio para as ruas para comemorar a revogação do aumento, mas sem uma proposta clara, enquanto outros grupos de movimentos derivados vieram preparados e dispostos a disputar os sentidos dos protestos – tanto grupos considerados de direita, como grupos governistas ligados a CUT e ao PT.

Não apenas estes movimentos derivados se preparam, mas até mesmo ambulantes vendendo, desde churrasco – ao ritmo dos protestos: “vem, vem pro churrasco vem” – até bandeiras do Brasil, cornetas e máscaras. Interessante que o comercio tentava ganhar dinheiro com adeptos das performances patrióticas vendendo adereços do Brasil, mas também com adeptos das performances autonomistas vendendo máscaras.

A revogação das tarifas e a falta de um planejamento do MPL São Paulo sobre o que fazer após derrotar os aumentos enfraqueceram o movimento como direção do protesto do dia 20 de junho. Algumas declarações de ativistas do MPL São Paulo posteriores a revogação do aumento traziam como pauta a criminalização de ativistas por conta de protestos anteriores. Esta pauta era insuficiente para dialogar com as demandas múltiplas surgidas nas ruas.

A presença do Partido dos Trabalhadores (PT) no protesto contribuiu para acirrar os ânimos entre os manifestantes. Em protestos anteriores havia alguns grupos pequenos, sobretudo da juventude do PT que havia manifestado apoio já na semana anterior de protestos. Entretanto, neste protesto do dia 20 de junho de 2013, petistas foram para as ruas atendendo ao chamado, na noite anterior, realizado pelo presidente nacional do partido Rui Falcão.

¹⁰⁵ Informação verbal com o entrevistado CM, em março de 2016.

Alonso e Mische (2016) afirmam que o PT, ao mobilizar seus militantes para reafirmar seu direito as ruas, teve uma estratégia que “saiu pela culatra” (ALONSO e MISCHÉ, 2016, p.13).

A organizada presença de pequenos grupo ideologicamente identificados com a direita potencializaram um sentimento existente entre pessoas – não participantes de movimentos organizados – que estavam no protesto questionando a participação dos partidos no protesto. A participação do PT gerou questionamentos e um sentimento entre os demais manifestantes de interpretar esta participação como oportunismo¹⁰⁶. Na concentração do protesto a tensão entre o sentimento de questionamento aos partidos foi aumentando. Se o PT era o alvo inicial, outros com bandeiras de movimento e de outros partidos passam também a serem questionados sem nenhuma distinção. De forma semelhante, o lado partidário passa também a identificar qualquer questionamento as bandeiras ou aos partidos como fascismo e autoritarismo. De um lado gritavam “Sem partido, sem partido”, do outro respondiam, “Sem fascismo, sem fascismo”. Estava preparado o ambiente para o confronto físico. Muita discussão, gritos, confusão, agressões, manifestantes machucados, algumas bandeiras abaixadas a força outras queimadas e uma perplexidade dos manifestantes ligados a partidos e movimentos diante da imposição dos demais manifestantes.

Se as ruas até então tinham uma predominância na participação de uma esquerda atrelada ao petismo, este protesto do dia 20 de junho demarcou uma nova composição dos que utilizam as ruas como forma de pressão política e apesar de ainda ser um protesto com muitas pessoas nas ruas e ser indicado por Alonso e Mische (2016) como pico nacional de eventos de protesto, algumas de suas características indicam uma inflexão e início de uma fase de descenso das mobilizações.

4.3 O descenso

Se a noite do dia 19 de junho havia sido de comemoração pela revogação do aumento, a noite seguinte foi de perplexidade diante da consolidada ultrapassagem dos movimentos derivados; a prevalência do repertório patriótico e as ações violentas entre os manifestantes. O

¹⁰⁶ Durante o confronto entre os manifestantes, um dos vídeos¹⁰⁶ mostra que uma pessoa que participava do protesto e indagou perplexa ao observar o PT na Avenida paulista: “o que o PT está fazendo aqui?” - **Disponível no site:** <<https://www.youtube.com/watch?v=3erGo7XJLI8>>. **Acesso em:** 2 de julho de 2016.

MPL São Paulo passou a madrugada depois do protesto do dia 20 de junho discutindo os significados do protesto anterior e como proceder¹⁰⁷.

Havia alguns dilemas nas decisões a serem tomadas pelo MPL São Paulo neste momento. O primeiro dilema era em relação aos atos de violência. O movimento se via colocado em uma situação de consertar a forma de disposição no protesto que eles mesmos consideravam equivocadas¹⁰⁸ de movimentos ligados à tradição socialista, sendo que alguns deles não eram nem mesmo aliados, como por exemplo, os que estavam atrelados ao PT e haviam atendido ao chamado do presidente do partido. O enquadramento mais forte que havia ficado daquelas performances violentas havia sido o de um ataque às organizações de esquerda que sempre estiveram nas ruas. Portanto, a escolha do MPL São Paulo é a uma nota de defesa destas organizações, não fazendo nenhuma seletividade de aliados e não aliados. Abaixo alguns trechos da nota:

(...) no ato de hoje presenciamos episódios isolados e lamentáveis de violência contra a participação de diversos grupos.
 (...) nos colocamos ao lado de todos que lutam por um mundo para os debaixo e não para o lucro dos poucos que estão em cima. Essa é uma defesa histórica das organizações de esquerda, e é dessa história que o MPL faz parte e é fruto.
 (...) Repudiamos os atos de violência direcionados a essas organizações durante a manifestação de hoje, da mesma maneira que repudiamos a violência policial.
 Desde os primeiros protestos, essas organizações tomaram parte na mobilização. Oportunismo é tentar excluí-las da luta que construímos juntos.
 Toda força para quem luta por uma vida sem catracas.
 MPL-SP¹⁰⁹.

O MPL São Paulo não estava preparado para todas as consequências da difusão vertical dos protestos. Ao movimento só interessava que novos atores com performances diferentes entrassem no confronto para baixar a tarifa, entretanto, não considerou que, com a mudança da escala do confronto, novos atores viriam para as ruas com novos alvos e novas demandas. Da mesma forma que não havia um planejamento para a difusão dos protestos para além da delimitação da cidade, o MPL São Paulo não se preparou para uma difusão com novos alvos e reivindicações.

A nota do MPL São Paulo era apenas um elemento pequeno da grande disputa de significados que aconteceu na sequência deste protesto. Se em momentos anteriores o

¹⁰⁷ Informação verbal do entrevistado BC em março de 2016.

¹⁰⁸ Na reunião anterior com as organizações de esquerda, os ativistas do MPL São Paulo defendiam que as organizações deveriam se diluir nos protestos, e não formar um grande bloco das organizações de esquerda. Informação confirmada através da entrevista com CM em março de 2016.

¹⁰⁹ Retirado do site <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2013-06-21/mpl-encerra-protestos-reforca-origem-de-esquerda-e-diz-que-nao-e-antipartidario.html> - acesso em 17/07/2016.

movimento foi um ator importante que disputou com detentores do poder, com a mídia e com a polícia os significados das interações, desta vez o movimento praticamente escolheu não entrar nesta disputa, pois, no turbilhão de informações que se multiplicaram nestes dias a nota cumpriu um diminuto papel de demarcar a posição do movimento.

Outro dilema era a pergunta: o que fazer diante da abertura do ciclo de confrontos e das variadas modificações nas oportunidades políticas e ameaças? Por um lado o MPL São Paulo havia liderado uma grande conquista com a revogação do aumento e acumulado uma grande visibilidade. Por outro não tinha controle sobre as manifestações, acompanhava perplexo as performances ligadas ao repertório patriótico, se incomodava com os discursos e ações antipartidários e, por último, não havia consenso¹¹⁰ entre o próprio movimento sobre uma pauta ou uma forma de agir posterior à revogação do aumento.

Todo o planejamento¹¹¹ do MPL São Paulo ia até aquele ponto – revogar o aumento. O processo de grande coesão existente ao planejar os protestos foi resultado de processos históricos, alguns anteriores à própria formação do movimento. Mas, passada a revogação do dia 19 de junho de 2013, esta coesão entre os ativistas do MPL São Paulo não existia mais. Em um movimento hierárquico ou com uma tradição de decisão por votação, a falta de consenso seria resolvida ou pela decisão de lideranças ou pelo voto da maioria. Mas, em um movimento que na maioria das vezes as decisões são tomadas por consenso, a falta dele dificulta uma decisão rápida. Diante do impasse, as discussões foram prolongadas, decisões adiadas e o movimento não mais convocou protestos.

A argumentação pública do movimento enfatizava a vitória com a revogação do aumento. Mas a escalonada do confronto havia ultrapassado esta pauta e o dilema (não revelado no discurso de vitória) era a falta de consenso sobre o que fazer a seguir. Um dos entrevistados¹¹² na pesquisa exemplifica o dilema:

Imagina se o MPL tivesse chamado uma greve geral aonde esse bagulho poderia ter ido parar?

(...) Mas, de certa forma, em um certo ponto, será que a gente também não castrou o movimento quando a gente falou isso? Porque o ‘muito além dos 20 centavos’ poderia ter sido uma greve geral naquele momento.

¹¹⁰ Informação verbal do entrevistado BC em março de 2016.

¹¹¹ Idem.

¹¹² Informação verbal do entrevistado BC em março de 2016.

A tarefa aqui não é julgar correto ou incorreto sair das ruas, mas clarificar que um movimento, ao ser um ator importante do ciclo de protestos, se depara com mudanças nas percepções dos ativistas sobre as oportunidades políticas e ameaças e um dos resultados possíveis é a inação. Os consensos entre os ativistas sobre o confronto contra os aumentos e também sobre as formas de organização não faziam com que diferenças que já existiam fossem perceptíveis. Somente depois da revogação do aumento que algumas destas diferenças vieram à tona.

Os ciclos de confronto começam de forma semelhante, mas com suas múltiplas interações eles se desenvolvem e se encerram de forma diferente e imprevisível (TARROW, 2009). No Brasil, um período curto do ciclo iniciado a partir do dia 13, com a difusão vertical e a mudança de escala do confronto, deixou em alguns ativistas¹¹³ a indagação: por que o MPL não conseguiu ir além?

E aqui chegamos há mais uma nuance deste dilema que envolve a falta de consenso posterior à revogação do aumento: qual o papel do MPL São Paulo em ser direção do processo de luta? Durante as mobilizações iniciais a perspectiva de realizar um processo de difusão vertical dos protestos, mudando a sua escala, fez o movimento construir uma narrativa de descontrole da luta. Mas quais as consequências de não ter realmente controle? Isso foi pensado e planejado realmente? Há um elemento importante sobre estas indagações. O discurso de perder completamente o controle era apenas um discurso que continha a ameaça dos ativistas e não foi considerado seriamente. Os planos do movimento eram de perder o controle sobre a organização de performances, alguns enquadramentos, mas jamais estava nos planos perder a direção política do processo. A referência utilizada era da “Revoltas da Catraca” em Florianópolis, que traziam o exemplo de uma difusão vertical dos protestos delimitados em uma região específica e com a direção clara do movimento.

Vai ficando nítida a intenção que estava apenas submersa, de que para o MPL São Paulo perder o controle das performances nos protestos não era perder a direção. E aí temos uma nova questão: como um movimento organizado a partir dos princípios de autonomia e horizontalidade lida com a realidade de ser uma direção política de protestos que tomaram a dimensão de um ciclo de confrontos? Um dos desdobramentos é a formulação sobre uma direção que nega a si mesma. Para os ativistas do MPL São Paulo o movimento¹¹⁴ não era um gestor do confronto ou de alguma esfera da vida dos participantes dos protestos, mas um

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ Informação verbal do entrevistado BC em março de 2016.

movimento horizontal entre os seus ativistas e que fazia uma proposta clara para a sociedade: barrar o aumento. Este sentido definido desde antes da mobilização e seguido por diversos manifestantes, tanto do raio de mobilização do MPL São Paulo quanto os que se inseriram nos protestos posteriormente, era entendido pelos ativistas do movimento como uma missão. Entendiam desta forma, que poderiam fazer qualquer modificação nas interações, desde que fosse para executar esta missão proposta. Uma direção que negava a si mesma era uma direção autolimitada nas suas possibilidades, ou seja, sentiam-se como delegada a cumprir a responsabilidade de barrar o aumento e de não deixar o confronto se desviar deste objetivo comum¹¹⁵. Redirecionar a luta para outro alvo ou mudar para outra demanda – antes ou depois de revogar o aumento – seria uma forma de descumprir a missão à qual se sentiam vinculados por narrativas construídas durante a mobilização.

Possivelmente, mesmo que resolvessem os dilemas de violências antipartidárias e também de falta de consenso sobre o que fazer, eles esbarrariam no limite do próprio movimento de interpretar um redirecionamento das ações como oportunismo em relação aos demais manifestantes. O espaço estava aberto para os movimentos derivados que “pegaram carona” na mobilização.

Uma última interação do MPL São Paulo foi sua participação na reunião com a presidenta Dilma Rousseff no dia 24 de junho. Qual era a intencionalidade do movimento ao aceitar este convite? O movimento considerou a hipótese de recusar o convite, mas achou muito difícil explicar a postura de que eles estavam abertos ao diálogo, mas não a negociação. Isso seria uma postura às avessas da qual o governo petista estava acostumado. Resolveu ir, mas deliberou em reunião que ninguém poderia sorrir no encontro com a presidenta¹¹⁶.

Os ativistas questionaram o despreparo do governo em relação à pauta do transporte, mas sabiam que a estratégia do governo não envolvia uma proposição concreta, era apenas uma formalidade em que o principal sentido era o retorno à normalidade. Entretanto, o movimento estava em um momento de moderação da ação coletiva e já não era seu objetivo a radicalização. Ao contrário, as disputas de significados nos círculos à esquerda enfatizaram a preocupação com as performances patrióticas e antipartidárias classificando-as de fascistas¹¹⁷, criando tensões para o MPL São Paulo não estar nas ruas, e também, para atuar de forma a

¹¹⁵ Informação verbal dos entrevistados CM e AC, ambas, em março de 2016.

¹¹⁶ Informações verbais da entrevista com CM em março de 2016.

¹¹⁷ O passa palavra, site em que ativistas do movimento publicam textos constantemente, publicou no dia 21 de junho um texto intitulado “20 de junho: a Revolta dos Coxinhas” em que alertava para o fascismo. **Disponível em:** <<http://www.passapalavra.info/2013/06/79726>>. **Acesso em:** 12 de dezembro de 2015.

frear a escalada do confronto. Não é possível afirmar esta intencionalidade do MPL São Paulo ao viajar até Brasília diante deste complexo momento de oportunidades políticas e ameaças, mas a existência deste diálogo era um vetor de enfraquecimento dos protestos que ainda aconteciam.

Após o protesto do dia 20 de junho e a reunião com a presidência da república no dia 24 de junho, o MPL São Paulo não mais realizou interações externas ou de confronto naquele período. Eles se voltaram para os trabalhos internos: reuniões abertas a novos ativistas, debates sobre os protestos e abertura de novos espaços de mobilização do movimento. Alguns movimentos aliados, ao realizarem protestos por suas demandas específicas, solicitaram do MPL São Paulo apoio e divulgação. A página do Facebook do movimento tornou-se um instrumento de visibilidade e, desta forma, estes movimentos nutriam a expectativa que o apoio do MPL São Paulo poderia atrair mais pessoas para suas ações. Por exemplo, o movimento divulgou protestos do movimento Periferia Ativa e também, em agosto, do Fórum Popular de Saúde¹¹⁸.

Havia nos ativistas um receio de o movimento se burocratizar após os protestos de 2013. Decidem então ampliar seus espaços de mobilização através de comissões que fariam trabalhos nos bairros periféricos. Ao mesmo tempo alguns ativistas relatam que o movimento volta-se para dentro e divergências afloraram¹¹⁹.

Ações nas ruas voltam a acontecer em agosto de 2013, quando participam como apoiadores em um protesto organizado pelo sindicato dos metroviários. Antes de o protesto acontecer, uma mídia ativista¹²⁰ anuncia a “volta às ruas” do MPL São Paulo. A participação do movimento é pontual.

Sua volta às ruas acontece mesmo em outubro, com uma semana de lutas pela tarifa zero e pela volta de algumas linhas de ônibus. Os principais enquadramentos destes protestos são as frases “20 centavos foi só o começo” e “Agora é o povo que vai mandar nos transportes”. O primeiro protesto acontece no dia 21 de outubro, em um horário inusitado: às 4h30 da manhã no Largo da Piraporinha perto da Avenida M’ Boi Mirim. A principal performance de confronto foi o bloqueio total de vias com pneu e fogo. No dia 23 de outubro

¹¹⁸ Após os protestos de junho de 2013 integrantes do MPL São Paulo participam de reuniões do Fórum Popular de Saúde para debater aspectos da forma de organização horizontal e divulgam uma série de protestos denominados “Via sacra de luta pela saúde”. Destes protestos o mais conhecido foi o protesto do dia 8 de agosto de 2013, que foi para frente do Hospital Sírio Libanês pedir o afastamento do então Secretário de Saúde.

¹¹⁹ Informação verbal do entrevistado BC em março de 2016.

¹²⁰ **Disponível em:** <<http://antigo.brasildefato.com.br/node/14860>>. **Acesso em:** 17 de julho de 2016.

aconteceu outro protesto no extremo sul, perto do terminal Grajaú. Neste ato um dos enquadramentos é a humilhação coletiva que as pessoas sofrem com o transporte de péssima qualidade. Este protesto tem tensões com perueiros que não queriam o fechamento de vias e repressão por parte da polícia que disparou bombas e balas de borracha e, também, perseguiu e prendeu cerca de 30 ativistas. No dia seguinte mais um protesto na Zona Sul, agora no Terminal Campo Limpo. A divulgação do protesto chamava de “Terminal Campo Lixo”.

O último protesto do MPL no ano de 2013 foi o protesto do dia 25 de outubro de 2013, na região central, que era um encerramento desta semana de protestos. A performance principal era uma enorme catraca de mais de dois metros de altura que foi incendiada. O movimento ampliou o leque de participantes na organização do protesto, mas tal era o clima de tensão que havia o receio de que alguém pudesse ser um policial infiltrado. Uma das falas de uma ativista do MPL São Paulo revela a tensão do momento e aspectos simbólicos do grupo: “Temos de parar de achar que pessoas que não se vestem como se estivéssemos na década de 70 – como nós – são P2 (policiais infiltrados)”.

A interação com a polícia no protesto tem um padrão diferente dos protestos anteriores. Não existiu um acompanhamento ostensivo: o coronel responsável mostrava-se solícito, chegou até mesmo a sugerir que a catraca deveria ser queimada um pouco mais adiante para não correrem o risco de o vento levar a fumaça para dentro do túnel onde ainda estavam muitos manifestantes. No terminal Parque Dom Pedro a polícia não coloca qualquer obstáculo para o protesto entrar. Mas dentro do terminal começa uma interação violenta, com quebra de patrimônios por manifestantes que praticavam a tática Black Bloc e bombas atiradas pela polícia. Cerca de setenta e oito manifestantes são presos e os instrumentos da Fanfarra são quebrados, mas o protesto é marcado pelas cenas de agressão por parte dos manifestantes ao coronel da polícia que foi socorrido por outro policial à paisana que sacou sua arma.

No duelo estratégico entre o movimento e a polícia, iniciado desde junho, a polícia sai desta vez como vítima. Depois desta semana de protestos, alguns ativistas do movimento foram detidos e relataram¹²¹ terem sentido medo diante das possíveis perseguições. Após os protestos de outubro o movimento volta-se para as discussões internas e para o trabalho das comissões nos bairros.

¹²¹ Informação verbal do entrevistado BC em março de 2016.

Apenas em 19 de junho de 2014, nos meados da Copa do Mundo no Brasil, o MPL São Paulo realiza um protesto na região central convocado pela sua reunião municipal. Internamente, o movimento vivia um dilema organizativo com um elo fraco entre o trabalho nas comissões nos bairros e a reunião municipal. Nas convocações o protesto tinha um nome: “Não vai ter tarifa – ato na copa do mundo pela tarifa zero.” Este mote fazia uma clara menção aos protestos críticos à Copa do Mundo de Futebol que no primeiro semestre ficaram conhecidos como: “Não vai ter Copa”. As imagens utilizadas pelo movimento para divulgar o protesto, além da tradicional catraca pegando fogo, agora também incluía uma trave de futebol em chamas. A narrativa convocando uma festa popular resulta de um enquadramento interpretativo que opõem os de baixo aos de cima, criticando o passe livre em transportes públicos dado nos dias de jogos da Copa aos torcedores. Em nota posterior ao protesto, o movimento descreve suas intenções:

Realizamos um ato que tinha como objetivo a comemoração dessa vitória popular no dia 19 de junho do ano passado. Por sermos um movimento social que luta por um transporte público de verdade, para nós a revogação do aumento nunca bastou, por isso, essa manifestação era também uma luta pela tarifa zero. Fizemos uma grande festa popular em uma das principais vias da cidade, voltada para carros.¹²²

A ideia de caracterizar a manifestação como um evento “festivo” sugere também uma ação de comunicação estratégica anti-criminalização, como se estivesse dizendo a opinião pública: “não estamos fazendo nada de errado”; “não somos violentos”; e a “polícia não pode atacar uma festa”.

As oportunidades políticas e ameaças eram muito diferentes das de 2013. No primeiro semestre de 2014 muitas lutas ocorreram na cidade de São Paulo, sendo as mais expressivas: a greve dos metroviários com demissão de trabalhadores; as ocupações do MTST, inclusive com uma ocupação a menos de 3 km do estádio em que ocorreriam os jogos da Copa; e também cerca de uma dezena de protestos críticos à Copa do Mundo organizados por uma frente de movimentos sociais intitulada “Se não tiver direitos não vai ter Copa”. Estes protestos críticos à Copa tinham características e composição semelhante aos dos protestos do MPL São Paulo. Foram protestos com interação violenta com a Polícia Militar em que ocorreram situações de criminalização dos movimentos sociais. No protesto contra a Copa,

¹²² Nota sobre o ato “Não vai ter tarifa” do dia 19/06/2014. Disponível em: <<http://spressosp.com.br/2014/06/22/mpl-e-lamentavel-postura-secretario-de-seguranca-publica/>>. Acesso em: 17/07/2016.

anterior ao do dia 19 de junho de 2014, os manifestantes foram impedidos pela polícia de saírem em marcha.

Nos bastidores, a partir deste contexto, o movimento apresentava uma dúvida: será que mesmo um protesto organizado por um movimento com o respaldo do MPL São Paulo será impedido de sair às ruas? Antes do protesto, aconteceram tentativas sem sucesso por parte da polícia de se reunir com o movimento. Este respondeu através de nota divulgando informações sobre o protesto.

Os alvos do protesto eram a prefeitura e o governo do Estado, como indicava uma alegoria de dois manifestantes do movimento que carregavam uma estrutura com a foto do prefeito Haddad e do governador Alckmin. O clima na concentração era de tensão, com inúmeros policiais nas imediações. Era fim de tarde e a caminhada se iniciou da Avenida Paulista em direção a Marginal Pinheiros. Diferente de 2013, o trajeto foi divulgado com antecedência, assim como outras informações na chamada do MPL São Paulo para o ato.

No dia de comemoração da derrubada dos 0,20, sairemos da Praça do Ciclista, na esquina da Paulista com a Consolação, e seguiremos até a Marginal Pinheiros, onde vamos construir juntos uma festa que represente o nosso modelo de cidade: construída pelo povo e para o povo. Retomaremos a cidade dos ricos, assim como a população de São Paulo fez no Churrascão da Gente Diferenciada e nos Rolezinhos. Com arte, futebol popular e catracas em chamadas para serem puladas à vontade, ocuparemos um símbolo de uma cidade que não é feita para nós. (NÃO VAI TER TARIFA! Ato na Copa do Mundo pela Tarifa Zero)¹²³

Na descida da Avenida Rebouças, adeptos da tática Black Bloc tentam quebrar vidraças de bancos, mas são impedidos por um cordão organizado pelo próprio MPL São Paulo que se esforçava em evitar ações violentas. Entretanto, as pichações aconteciam por todo caminho, criticando governos, a polícia, a Copa, a FIFA e pedindo tarifa zero. Já era noite quando o protesto ocupou a Marginal Pinheiros com bandeirinhas juninas, carro de som improvisado com microfone e um futebol de rua. Manifestantes fazem uma barricada com fogo na pista expressa da Marginal. A polícia acompanha o início da festa à distância. O MPL São Paulo realiza um jogral que tenta demarcar os objetivos do movimento com uma festa popular:

¹²³ Idem.

Pessoal / Pessoal / Marchamos desde a Av. Paulista / Até aqui, a Marginal Pinheiros / Para mostrar que / Quem constrói essa cidade todo dia / Quase não pode usar a cidade / Mostramos que / Não vamos parar de lutar / Até a tarifa acabar / Até não existir mais catracas / Até todos os trabalhadores grevistas / Serem readmitidos / Até os donos do transporte / Pararem de lucrar / Com o nosso sufoco! / Vamos ocupar a Marginal / Vamos ficar na Marginal / E realizar uma grande festa popular / Que deixe bem claro / Que não aceitamos mais essa cidade segregada / Onde passavam carros de luxo / Vão ficar catracas em chamas / Para deixar um recado bem claro / Agora é o povo que vai mandar no transporte! .

Diferentes músicas, principalmente rap, foram apresentadas. As estruturas com a cara do Haddad e do Alckmin viraram pequenas traves de futebol rua que mobilizaram os participantes em diversos times. Catracas foram incendiadas simbolicamente como se fossem fogueiras juninas. Notícias chegaram de que a polícia iria reprimir o protesto/festa. O MPL São Paulo anuncia que, além das bandeirinhas juninas, iria também haver uma dança com a formação de quadrilha junina (uma forma irônica de criticar sua própria criminalização) que iria até o Largo da Batata, na estação metrô Faria Lima. O movimento descreve este momento do protesto da seguinte forma:

Lá ocorreram diversões juninas, leitura de poesia, jogos de futebol, apresentações musicais e teatrais. Fizemos uma festa popular contrapondo-se ao espetáculo elitista da FIFA, com suas remoções forçadas e territórios de exceção. Mostramos a radicalidade da ocupação do espaço urbano.¹²⁴

Anoitece. Bombas começam a ser disparadas. Instantes depois da saída dos manifestantes da Marginal o protesto fica tenso e adeptos da tática Black Bloc correm. Uma concessionária de luxo é invadida e alguns de seus carros destruídos.

As notícias enfatizam o protesto como violento, cenas das ações da tática Black Bloc na concessionária são mostradas constantemente, mas a parte cultural não é mencionada. O MPL São Paulo, em nota, comenta as ações Black Bloc da seguinte forma:

Entendemos a revolta da população com a constante repressão da polícia, dentro e fora das manifestações. Entendemos também que as pessoas têm direito de preservar a sua identidade, utilizando máscaras, para evitar a perseguição por parte do Estado, como vem ocorrendo com todas as pessoas que tem se manifestado. Além disso, sabemos que historicamente os quebra-quebras fizeram parte das lutas populares. Não cabe a nós legitimar ou deslegitimar essas ações, no entanto elas nunca estiveram entre os objetivos do ato do dia 19¹²⁵.

¹²⁴ Idem

¹²⁵ Idem.

Neste protesto do dia 19 de junho de 2014, o MPL São Paulo apropriou-se de diversos elementos da cultura popular inscritos no imaginário social como uma forma política para dar sentidos específicos à sua ação. Depois destes protestos, a reunião municipal do movimento – que havia decidido a realização deste protesto – é extinta, e o movimento passa a se organizar apenas pelas comissões nos bairros.

Nos anos seguintes, o MPL São Paulo continua sua trajetória de organização como um movimento social. Organizou campanhas contra os aumentos de passagem em 2015 e 2016, passou por processos de fragmentação com a saída de alguns ativistas e também enfrenta novos dilemas como, por exemplo, o debate sobre o machismo nas relações internas do movimento.

A partir desta narrativa analítica sobre as interações do MPL São Paulo nos protestos de 2013 foi possível verificar uma trajetória envolvendo diversas interações que provocaram dilemas para os ativistas que foram se modificando em cada fase do ciclo. As escolhas diante dos dilemas fizeram do MPL São Paulo tanto um movimento iniciador que impulsionou o ciclo de protesto quanto um movimento com pouco protagonismo nas disputas em novas fases do ciclo, posteriores a junho de 2013.

Considerações finais

A multiplicidade de interações e desdobramentos de um ciclo de confronto e as diversas formas de envolvimento no interior dos protestos possibilitam que os cientistas sociais estudem os protestos de junho de 2013 com olhares diferentes. Nesta dissertação olhamos para os protestos a partir de conceitos da Teoria do Confronto Político. Ao mostrar que os protestos fizeram parte da abertura de um ciclo de confrontos, argumentei que uma das características de um ciclo é a presença de um movimento iniciador que faz uma interpretação das oportunidades políticas e ameaças, impulsiona as primeiras mobilizações e demonstra fragilidades dos detentores do poder.

Esta dissertação reafirma que o MPL São Paulo é um movimento iniciador do ciclo. Estudos baseados na TCP têm privilegiado análises das interações do ciclo como um todo, porém esta pesquisa seguiu a trilha de investigar um movimento iniciador no interior do ciclo.

O MPL São Paulo tornou-se um movimento iniciador pela combinação de alguns elementos. O primeiro foi acessado a partir da etnografia política, identificando avaliações políticas do movimento antecedentes ao ciclo. O movimento foi capaz de realizar interpretações sobre o contexto de oportunidades políticas e ameaças para além das aparências institucionais. Enquanto o prefeito de São Paulo demonstrava publicamente disposição ao diálogo, a leitura realizada pelo movimento iniciador foi a de que o governo Haddad, com sua ampla experiência de negociação vinda do repertório socialista, ao afirmar estar aberto a negociações pretendia apenas mostrar, de acordo com planilhas técnicas, que o aumento estava abaixo da inflação como prometido na campanha eleitoral e, ainda, que se não aumentasse o preço da passagem outros serviços públicos seriam prejudicados. Ou seja, o espaço institucional não estava realmente aberto às demandas, mas apenas aberto ao diálogo quando este fosse solicitado a partir de alguma pressão. A negociação era entendida pelo movimento como uma forma de desmobilização ou cooptação. Desta forma, o MPL São Paulo se recusa a participar deste tipo de negociação política e surpreende os detentores do poder ao realizar um confronto político. Interpretar oportunidades políticas e ameaças foi o dilema principal do movimento iniciador na fase antecedente do ciclo.

O segundo elemento que faz do MPL São Paulo um movimento iniciador foi a forma de realizar este confronto político. O MPL São Paulo combinou mobilizações e demonstrações com performances de confronto não convencionais com o objetivo de parar a

cidade. Ao investigar o contexto anterior à formação do movimento para compreender a assimilação e a aprendizagem destas performances é possível afirmar que o MPL São Paulo escolheu, adaptou e inovou performances predominantemente do repertório autonomista vindas do ciclo por justiça global, combinadas com performances do repertório socialista presente nos confrontos locais.

A difusão horizontal do repertório autonomista começou com os protestos de Seattle (1999) devido à sua intensa espetacularização e às redes conectivas surgidas a partir da coalização de eventos. No Brasil este repertório chegou, principalmente, através de ativistas que vivenciavam a cultura punk e participavam como ativistas do CMI, de coletivos locais que organizavam protestos por justiça global e também como dissidentes do movimento estudantil tradicional.

A Revolta do Buzu em Salvador (2003) foi um primeiro confronto político que envolveu ativistas influenciados pelo repertório autonomista, movimentos com performances vindas do repertório local socialista e reivindicações pelo transporte. Esta primeira combinação não aconteceu apenas de forma harmoniosa, mas através de um choque de repertórios que foram expressas nas formas de organização, nas performances, nos discursos e nas disputas pelos significados dos protestos. Já em Florianópolis, na Revolta da Catraca (2004), a organização da JRI possibilitou a formação de uma coalização vitoriosa contra o aumento de tarifa que realizou uma coordenação de táticas dos ativistas em que as performances influenciadas pelos repertórios socialista e autonomista foram sequenciadas de forma a potencializar a ação coletiva.

As performances vindas do ciclo global e adaptadas em confrontos locais desde antes da formação do MPL nacional foram aprimoradas pelo MPL São Paulo de 2005 a 2012 em diversas interações de confronto político. Desta forma, foi colocando à disposição dos ativistas que planejaram a organização dos protestos de 2013 não apenas o conteúdo de preparação de diversas performances de confronto, mas, principalmente, a assimilação das respostas recebidas pelos outros atores no confronto (polícia, grandes mídias, detentores do poder, público) diante de tais performances. Este conteúdo ampliou a capacidade de prever respostas diante de determinadas performances.

O MPL São Paulo em 2013, baseado na coordenação de táticas e em uma coalizão de eventos, inspirada na Revolta da Catraca em 2004 e também em Seattle em 1999, potencializou a participação de aliados, assim como de pessoas que não tinham trajetória de

participação em protestos. As performances do movimento realizadas com o objetivo de parar a cidade nos protestos dos dias 6, 7, e 11 de junho de 2013 modificaram a relação de tempo e espera com os detentores do poder. Não era o MPL São Paulo que esperava uma resposta dos detentores do poder, mas estes que corriam contra o tempo para devolver a normalidade para a vida da cidade. Estas performances provocaram a entrada de manifestantes nos protestos com performances individuais violentas – a tática Black Bloc – de resposta à repressão com quebras de patrimônios públicos e privados. Ocorreu a espetacularização dos protestos, com ampla disputa de significados e intensa polarização entre manifestantes e polícia.

No protesto do dia 13 de junho de 2013 o MPL São Paulo faz modificações nas suas performances assim como a polícia, efetivando um impulso para que os protestos localizados se tornassem um ciclo de confronto. Devido ao grande número de ações policiais, como o disparo de bombas de efeito moral e balas de borracha, e por estas terem ferido jornalistas e pessoas que não participavam da manifestação, aconteceu o choque moral que levou à difusão vertical dos protestos com uma significativa ampliação na escala do confronto. Esta difusão para novos atores foi fortalecida pelo enquadramento do movimento em relação a si próprio como um movimento autônomo aos partidos e sem lideranças, sendo um motivo a mais para pessoas não organizadas irem para as ruas. O principal dilema do movimento iniciador na fase de mobilização era como expandir o confronto político para além dos seus ativistas e aliados, modificando a relação de tempo e espera com os detentores do poder. Este dilema foi resolvido com o resultado deste protesto do dia 13 de junho de 2013.

Porém, na semana iniciada com o protesto do dia 17 de junho, as pessoas não apenas vieram para as ruas atendendo a convocação do MPL São Paulo: elas trouxeram suas próprias reivindicações, enquadramentos e performances. Nesta fase de difusão, aliados adotaram a postura de movimentos retardatários trazendo seus próprios enquadramentos, movimentos derivados não aliados do movimento iniciador aparecem nas ruas e pessoas que não estavam mobilizadas trazem para os protestos performances influenciadas pelo repertório patriótico.

Se o dilema na fase de mobilização era expandir a participação para novos setores não mobilizados, já na fase de difusão o dilema principal foi como interagir com a entrada destes novos setores e dar sentido aos protestos. Entretanto, com a revogação dos aumentos no dia 19 de junho de 2013 e a falta de um planejamento do movimento iniciador sobre o que fazer após a conquista, o movimento se enfraqueceu como protagonista do protesto do dia 20 de junho, resultando na não resolução deste dilema.

Neste dia 20 de junho, o cruzamento nas ruas de ativistas do PT – convocados pelo presidente nacional do partido – e movimentos derivados com ideologias identificadas com a direita provocou um confronto físico entre manifestantes envolvendo também outros grupos ligados ao repertório socialista e manifestantes não organizados. Este confronto foi expressão de um enquadramento antipartidário e antipetista que aflorou em outras etapas do ciclo.

Mudanças nas percepções dos ativistas do MPL São Paulo com a revogação do aumento, as interações violentas entre manifestantes e o afloramento de um discurso antipartidário levaram a dissensos internos no MPL São Paulo e provocaram a saída das ruas do movimento iniciador. Foi o início da fase de descenso dos protestos. Esta ultrapassagem do movimento nos protestos, com a presença de pessoas nas ruas que não tinham influências do repertório autonomista ou socialista tornou-se um dilema para o movimento iniciador nesta fase do ciclo.

Dias depois, ao se reunir com a presidenta Dilma, o movimento iniciador, mesmo sem uma intenção declarada, fortaleceu um vetor na disputa de significados que buscava o retorno à normalidade. Retorno este que não aconteceu. A popularidade do governo federal não se recuperou do abalo sofrido com os protestos. Os discursos antipartidário e, principalmente, antipetistas se fortaleceram.

O ciclo continuou alternando fases de maior e menor mobilização e alternando movimentos protagonistas dos confrontos. Para uma compreensão do ciclo como um todo são necessários estudos que aprofundem estes movimentos e as interações que aconteceram posteriores à saída das ruas do movimento iniciador.

Desta forma, é possível concluir que os movimentos iniciadores podem fazer inovações não apenas nas performances, mas na forma de coordenação delas, ou seja, no sequenciamento de performances já conhecidas.

Movimentos iniciadores – assim como fez o MPL São Paulo – podem ir além da percepção de fraquezas dos detentores do poder, mas realizarem uma interpretação revelando que alguns discursos e sinais de abertura institucional não correspondem à realidade e, portanto, podem significar oportunidades políticas para confrontos mais amplos.

Um movimento iniciador de um ciclo de confrontos consegue demonstrar ao público não somente o senso de justiça em relação à sua reivindicação, mas também que os protestos estão abertos à participação de novos manifestantes. Esta abertura foi tão expressiva nos

protestos do MPL São Paulo que significou não apenas a possibilidade de participação de novos manifestantes, mas também abertura para novas reivindicações com outros alvos.

O movimento iniciador do ciclo também é capaz de modificar a relação de tempo e espera em um protesto. Não é o desafiante que aguarda uma resposta dos detentores do poder, mas estes que correm contra o tempo para dar respostas que encaminhem o contexto para o retorno à normalidade.

Por fim, mais estudos são necessários para compreender aspectos da formação de um movimento iniciador e sobre suas interações no interior do ciclo. Ao identificar dilemas do MPL São Paulo, inclusive que levaram à sua saída das ruas em 2013, é possível sugerir que, assim como Tarrow (2009) escreveu – um ciclo de confrontos tem padrões semelhantes no seu início, mas terminam de forma muito diferente – um movimento iniciador tem similaridades na fase de mobilização, mas pode ter inúmeros dilemas e possibilidades no interior das interações em um ciclo de protestos e, portanto, resultados muito diferentes nas fases de difusão e no descenso.

Referências

ALONSO, Angela. **Repertório segundo Charles Tilly: história de um conceito. Sociologia e Antropologia**. V.02.03 21-41. 2012

ALONSO, Angela and MISCHÉ, Ann. “**June demonstrations in Brazil: repertoires of contention and government’s response to protest**”. From Contention to Social Change: Rethinking the Consequences of Social Movements and Cycles of Protests – ESA Research Network on Social Movements. Madrid, fevereiro de 2015.

_____ **Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests**. Bulletin of Latin American Research. Published by John Wiley & Sons Ltd, 9600 Garsington Road, Oxford OX4 2DQ, UK and 350 Main Street, Malden, MA 02148, USA. 2016.

ANTUNES, Ricardo e BRAGA, Ruy 2014. **Os dias que abalaram o Brasil: as rebeliões de junho, julho de 2013**. Revista Políticas Públicas. São Luis, pp.41-47, jul 2014, pp. 41-47

AUYERO, Javier. **Vidas e Política das Pessoas Pobres - as coisas que um etnógrafo político sabe (e não sabe) após 15 anos de trabalho de campo**. Sociologias, Porto Alegre, ano 13, no 28, set./dez. 2011, p. 126-164 126 SOCIOLOGIAS DOSSIÊ

BARREIRA, Irllys. A. F. **Ação direta e simbologia das 'jornadas de junho': notas para uma sociologia das manifestações**. Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar, v. 4, p. 145-164, 2014.

BRINGEL, Breno. **Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013**. Insight Inteligência 62: 42-51. 2013

BECKER, HS. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. 4ª edição. São Paulo. Hucitec. 1999.

CAPELLARI, Marcos Alexandre. **O discurso da contracultura no Brasil: o underground através de Luiz Carlos Maciel (c.1970)**. Tese de doutorado em História. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CARLOS, Eliane Natividade. **A mídia e as manifestações de junho de 2013: uma análise de produtos midiáticos**. Dissertação de mestrado em comunicação. Faculdade Cásper Líbero. 2015.

CHABOT, Sean. **Dialogue Matters: Beyond the transmission model of transnational between social movements**. GIVAN, R. K. et al. The diffusion of social movements: actors mechanisms, and political effects. Cambridge University Press. 2010. P. 99 – 125.

COSTA-MOURA, Fernanda. **Proliferação das #hashtags: lógica da ciência, discurso e movimentos sociais contemporâneos**. *Ágora* (Rio J.) vol.17 Rio de Janeiro, ago. 2014.

- DELLA PORTA, Donatella. **O movimento por uma nova globalização**. 2007
- DI GIOVANNI, Julia Ruiz. **Seattle, Praga e Gênova: política anti-globalização pela experiência de rua**, 2007
- DOWBOR; Monika José Szwako. **Respeitável público... Performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013**. Novos estud. - CEBRAP no.97 São Paulo Nov. 2013.
- DUPUIS-DÉRI, Francis – **Black blocs**, Editora Veneta 2007
- FERES JÚNIOR, João et al. **A mídia impressa na cobertura das manifestações de junho**. ANPOCS, 2014.
- JASPER. James. M. **Protesto: uma introdução aos movimentos sociais**. Editora Zahar. 2016.
- JUDENSNAIDER, Elena, LIMA, Luciana, ORTELLADO, Pablo; POMAR, Marcelo. **Vinte centavos: a luta contra o aumento**. São Paulo: Veneta, 2013.
- LIBERATO, Leo Vinicius Maia - **Expressões Contemporâneas de *Rebeldia*: poder e fazer da juventude autonomista**. Tese de doutorado em Sociologia. Universidade Federal de Santa Catarina. 2006.
- LIMA, Venício et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013
- MALINI, Fabio. MOURA, Gabriel Herkenhoff Coelho. PASSOS, Nelson Aloysio Reis de Almeida. **O Black Bloc e o papel das mídias sociais nas manifestações brasileiras de 7 de setembro de 2013**. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comuni. 2014
- MARICATO, Hermínia et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013
- MAZIER, Le Julie; **Ethnographical Method in Contentious Repertoires Analysis: Observing assemblées generals in French Students Movements**. Comunicação em colóquio internacional conferência do ECPR (European Consortium for Political Research) – 26 de outubro de 2011 – **texto disponível em:**
<http://ecpr.eu/Filestore/PaperProposal/7efef0bc-c16e-4b31-beaa-90bb3b54d3e6.pdf> - **Acesso em:** 23/09/2015.
- MCADAM. Doug. **"Initiator" and "spin-off" movements: diffusion processes in protest cycles**. In *Repertoires and Cycles of Collective Action*, ed. M Traugott, pp. 217–39. Durham, NC: Duke Univ. Press. 1995.
- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Revista Lua Nova**: São Paulo, n.76, p. 11-48, 2009.
- MESQUITA, Andre Luiz. **Insurgências poéticas: arte ativista e ação coletiva (1990 – 2000)**. Dissertação de Mestrado História Universidade de São Paulo. 2008

NAPOLITANO, Marcos. **O protesto de rua nos anos oitenta e a crise do regime militar.** Universidade Federal do Paraná. Revista de Sociologia n 4/5. 1995. Disponível: <file:///C:/Users/User/Downloads/39366-146065-1-PB.pdf> - acesso em 4 de julho de 2016

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013b.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Brasil 2013: as vozes das ruas e os limites da política.** As Ruas e a Democracia - Ensaio Sobre o Brasil Contemporâneo. Brasília, Editora Contraponto. pp. 29-66

OLIVER, Cauã Caue. **As Origens do MOVIMENTO PASSE LIVRE:** do trabalho em escolas à autogestão no transporte. Anais da II Jornadas de estudos América Latina y Caribe na Universidade de Buenos Aires. 2014

ORTELLADO, Pablo. **Reflections on the Free Fare Movement and other “New Social Movements”.** Mediações, Londrina, V. 18, N. 2, p. 110-117. Jul./Dez. 2013

_____. **Os protestos de junho entre o processo e o resultado.** In JUDENSNAIDER et al, **Vinte centavos: a luta contra o aumento.** São Paulo: Veneta, 2013. P. 226 -273.

ORTIZ, Pedro; BRIGE Marco; FERRARI Rogerio. **Zapatistas – A velocidade do sonho.** Editora Entrelivros; Thesaurus, 2006

RECUERO, R; ZAGO, Gabriela; BASTOS, Marco Toledo **O discurso dos #ProtestosBR: análise de conteúdo do Twitter.** Galáxia (São Paulo) vol.14 no.28 São Paulo July/Dec. 2014.

RICCI, Rudá e ARLEY, Patrick. **Nas ruas; a outra política que emergiu em junho de 2013,** de Belo Horizonte: Letramento, 2014.

SARAIVA, Coelho Adriana. 2014. **Movimento Passe Livre e Black Blocks: quem são os novos atores que emergiram dos protestos de 2013.** Pp. 41-51. CATTANI, Antonio David (org.). 2014. #protestos: análises das ciências sociais. 1ed. Porto Alegre Tomo Editorial, 2014

SCHERER-WARREN, Ilse. **Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política.** Cad. CRH vol.27 no.71 Salvador June/Aug. 2014

SILVA, Kunrath Marcelo. **#vemprarua o ciclo de protestos de 2013 como expressão de um novo padrão de mobilização contestatória.** pp. 9-19. CATTANI, Antonio David (org.). 2014. #protestos: análises das ciências sociais. 1ed. Porto Alegre Tomo Editorial, 2014

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da, PIMENTEL, Tiago. **Cartografia de espaços híbridos: as manifestações de junho de 2013.** Disponível em: <http://interagentes.net/2013/07/11/cartografia-de-espacos-hibridos-as-manifestacoes-dejunho-de-2013/> -. Acesso em: 13/07/2015.

SINGER, André. **Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas.** Novos estud. - CEBRAP no.97 São Paulo Nov. 2013.

SOLANO, E. ; MANSO, B. P. ; NOVAES, W. **Mascarados. A verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc.** 1. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2014. v. 1. 287p

TARROW, Sidney; **O poder em movimento.** 2009.

_____ **Dynamics of diffusion mechanisms, institutions, and scale shift.** GIVAN, R. K. et al. **The diffusion of social movements: actors mechanisms, and political effects.** Cambridge University Press. 2010, p. 202-220.

TATAGIBA, Luciana. **1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil.** Política & Sociedade (Online), v. 13, p. 35, 2014.

TILLY, Charles. **Regimes and Repertoires.** The University of Chicago press. Chicago e Londres, 2006.

_____ Charles. **Movimentos Sociais como política.** 2010

Documentos

ARTIGO 19. **Relatório: Protestos no Brasil 2013.** Disponível em: <<http://artigo19.org/blog/2014/06/23/relatorio-protestos-no-brasil-2013/>>. Acesso em: 20/08/2016.

BRASIL DE FATO. MPL volta as ruas no dia 14 de agosto contra propinoduto tucano. 30 de julho de 2013. Disponível em: <<http://antigo.brasildefato.com.br/node/14860>>. Acesso em: 17 de julho de 2016.

CMI BRASIL. **Reunião do Comitê Municipal de Luta pelo Passe Livre.** SIMEONE, G. R. 2004. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2004/08/288019.shtml>>. Acesso em: 11/05/2016.

DIÁRIO LIBERDADE. **Por que ocupamos o Instituto Lula.** 23/01/2013. Disponível em: <<http://www.diarioliberalidade.org/319-brasil/repressom-e-direitos-humanos/35032-por-que-ocupamos-o-instituto-lula.html>>. Acesso em: 5 de julho de 2016.

ESTADÃO. **SP e RJ decidem adiar alta na tarifa de ônibus.** 15/01/2013. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,sp-e-rio-decidem-adiar-alta-na-tarifa-de-onibus,140769e>>. Acesso em: 28/07/2016.

FERREIRA, Caio Martins et al. **A experiência da Poligremia: autocrítica em busca de um sentido histórico no movimento secundarista.** 2012. Disponível em: <<http://www.passapalavra.info/2012/06/60822>>. Acesso em: 26/05/2016.

FERREIRA, Caio Martins. **São Paulo: região metropolitana fervendo, contra todos os aumentos.** 2013. Disponível em: <<http://www.passapalavra.info/2013/01/71068>>. Acesso em: 26/05/2016

FERREIRA, Caio Martins. **Revolta popular: o limite da tática.** 2014. Disponível em: <<http://www.passapalavra.info/2014/05/95701>>. Acesso em: 20/05/2016

FOLHA DE SÃO PAULO. **Anota aí: eu sou ninguém.** Jornal folha de São Paulo digital. PELBART, Pal Peter. 19/07/2013

FOLHA DE SÃO PAULO. **As maiores concentrações já medidas.** Jornal folha de São Paulo digital, 14 de março de 2016, Capa, p. A1.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Editorial: Retomar a Paulista.** Jornal folha de São Paulo digital, 13 de junho de 2013, p. A2.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Estudantes arrombam ônibus contra a tarifa.** Jornal folha de São Paulo digital, 25 de novembro de 2006, Laura Capriglione.

G1. **Grupos pedem maior participação em plano de habitação da prefeitura.** Disponível no site: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/04/grupos-pedem-maior-participacao-em-plano-de-habitacao-da-prefeitura.html>>. Acesso em: 5 de julho de 2016.

G1. Protesto contra tarifa tem confronto, depredações e presos em SP. 11 de junho de 2013. **Disponível no site:** <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/protesto-contratarifa-tem-confronto-depredacoes-e-detidos-em-sp.html>>. **Acesso em:** 12 de junho de 2016.

MANOLO. Teses sobre a Revolta do Buzu. 2011. **Disponível em:** <<http://www.passapalavra.info/2011/09/46384>>. **Acesso em:** 22/05/2016

MOVIMENTO PASSE LIVRE et al. Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013

OTRABALHO. Lenin: Tarefas da Juventude Comunista (1920). **Disponível em:** <<http://otrabalho.org.br/lenin-tarefas-da-juventude-comunista-1920/>>. **Acesso em 26/05/2016**

ORTELLADO. P. CMI Brasil Um movimento heterodoxo. 2004. **Disponível em:** <<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2004/12/296635.shtml>>. **Acesso em:** 15/03/2016.

PASSA PALAVRA. O Movimento Passe Livre São Paulo e a tarifa zero. 16/08/2011. Legume Lucas e Mariana Toledo.

PASSA PALAVRA. 20 de junho: A Revolta dos Coxinhas. **Disponível em:** <<http://www.passapalavra.info/2013/06/79726>>. **Acesso em:** 12 de dezembro de 2015.

RESOLUÇÕES DO 1º ENCONTRO MUNICIPAL DA JUVENTUDE E REVOLUÇÃO INDEPENDENTE NO DIA. **Disponível em:** <<http://www.midiaindependente.org/pt/red/newswire/archive731.shtml>>. **Acesso em:** 21/03/2016

RESOLUÇÕES DO PRIMEIRO ENCONTRO NACIONAL PELO PASSE LIVRE. **Disponível em:** <<http://tarifazero.org/2013/07/25/resolucoes-do-i-encontro-nacional-pelo-passe-livre-florianopolis-julho-de-2004/>>. **Acesso em 21/07/2016.**

R7 NOTÍCIAS. Manifestantes fecham pista da Paulista em solidariedade à comunidade do Pinheirinho. 22/01/2012. **Disponível em:** <<http://noticias.r7.com/sao-paulo/noticias/manifestantes-fecham-pista-da-paulista-em-solidariedade-a-comunidade-do-pinheirinho-20120122.html>>. **Acesso em:** 31/07/2016.

SPPRESSO. MPL: “É LAMENTÁVEL A POSTURA DO SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA”. **Disponível em:** <<http://spressosp.com.br/2014/06/22/mpl-e-lamentavel-postura-secretario-de-seguranca-publica/>>. **Acesso em:** 17/07/2016.

UJS. A LUTA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL PELO PASSE LIVRE. 2015. **Disponível em:** <<http://uj.org.br/index.php/noticias/a-luta-do-movimento-estudantil-pelo-passe-livre/>> **Acesso em:** 27/05/2016.

ÚLTIMO SEGUNDO. Churrasco da gente diferenciada é remarcado. 13/05/2011 **Disponível em:** <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/churrasco+da+gente+diferenciada+e+remarcado/n1596949215557.html>>. **Acesso em:** 04 de julho de 2016.

URBANIA 5 EDUCAÇÃO. **O Movimento Passe Livre nas escolas**. MPL São Paulo. Pp. 48 – 63. 2014

UOL. **Manifestantes no Rio apoiam movimento em São Paulo**. Disponível no site: <<http://mais.uol.com.br/view/1575mnadmj5c/manifestantes-no-rio-apoiam-movimento-em-sao-paulo-04024E183670C8A94326?types=A&>>. Acesso em: 18/08/2016.

VINICIUS, Leó. **A Guerra da Tarifa: uma visão de dentro do Movimento Passe Livre em Floripa**. Faísca Publicações Libertárias. 2005

Sites

CMI: <www.midiaindependente.org>

ESTADÃO: <<http://www.estadao.com.br/>>.

FOLHA DE SÃO PAULO: <<http://www.folha.uol.com.br/>>.

G1: <<http://g1.globo.com/>>

LUÍS NASSIF ON LINE: <<http://advivo.com.br/comentario/re-a-anatomia-do-movimento-passe-livre-34>>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE:

<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html>.

MPL NACIONAL: <<http://www.mpl.org.br/>>.

MPL SÃO PAULO: <<http://saopaulo.mpl.org.br/>>.

PASSA PALAVRA: <<http://www.passapalavra.info/>>

PSTU: < <http://www.pstu.org.br/>>

TARIFA ZERO: < <http://tarifazero.org/>>.

VICE: <http://www.vice.com/pt_br>.

Vídeos

A REVOLTA DO BUZU. Carlos Pronzato. Salvador. Lamestiza Produções. 2004

BRASIL URGENTE. Rede Bandeirantes. Publicado em 16 de junho de 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eoPzlvxzTtM>>. Acesso em: 18/08/2016.

YOUTUBE. PT expulso da Paulista!! Vozes do povo nas ruas de São Paulo, parte 3. Publicado em 22/06/2013. Disponível no site: <<https://www.youtube.com/watch?v=3erGo7XJLI8>>. Acesso em: 2 de julho de 2016.

YOUTUBE. Programa Roda Viva. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8FacFeGixxY>>. Acesso em: 20/07/2016

Apêndice A

Entrevistas com ativistas participantes do contexto de formação do MPL nacional ou ativistas do MPL São Paulo em 2013.

Entrevistas realizadas presencialmente com fontes primárias			
	Termo para nomear o(a) entrevistado (a)	mês/ ano	Duração
1	Entrevistado AP	março/2016	01:18:40
2	Entrevistado BC	março/2016	03:21:59
3	Entrevistado CM	março/2016	02:42:24
4	Entrevistado DD	março/2016	02:41:06
5	Entrevistado EC	março/2016	02:26:52
6	Entrevistado FM	abril/2016	01:56:58

Apêndice B

Roteiro de entrevistas

Bloco 1 – Trajetória

1. Qual sua idade e seu local de nascimento?
2. Qual profissão e escolaridade dos seus pais?
3. Seus pais tinham ou tem participação política?
4. Quais escolas você estudou?

Trajetória de participação

1. Você poderia relatar como começou a ter participação política? Quando iniciou, porque, como e com quem?
2. Especificamente, teve participação no movimento estudantil, em igreja, partido, movimentos sociais ou outras ações?
2. Descreva como foi sua trajetória de participação? Quais grupos ou movimentos fez parte? Qual foi sua relação com: Zapatistas, movimentos antiglobalização, AGP, CMI, Outros.
3. Como foi seu envolvimento na criação do MPL? Como foi sua aproximação, quando, por meio ou junto de quem? E como foi sua participação?
4. Atualmente como é sua participação política? Você participa ou contribui com o MPL ou outro movimento social?
5. Relate cinco eventos que você considera muito importantes na sua trajetória. E também autores ou livros.

Bloco 2 – Sobre o MPL

1. O que inspirou a criação do MPL?
2. Quais as influências de movimentos nacionais? Quais? Como?

3. Quais as influências de movimentos internacionais? Quais? Como?
4. Como estas influências tanto de repertórios de confronto quanto de formas de organização - muitas vezes distantes - eram adaptadas, aprendidas e executadas pelos ativistas? Havia alguma rede de contato ou mesmo de vivências que realizava esta difusão?
5. Nos relatos sobre a criação do MPL constantemente aparece uma crítica aos movimentos de juventude da chamada esquerda tradicional. Quais foram às ações do MPL que você considere diferente destes grupos?
6. O movimento surge em um contexto de inovações tecnológicas como, por exemplo, a difusão da internet. O movimento utiliza a tecnologia nas suas ações? Como? Qual o papel do Cento de Mídia Independente?
7. Quais eram as principais formas de ação do MPL? Descreva um protesto. Quais eram as ações além do protesto nas ruas?
8. Qual o papel das estratégias institucionais no movimento? - Como, por exemplo, a de pegar assinaturas para um projeto de lei. – Eram estas estratégias consensuais entre os ativistas? Qual era a relação com a institucionalidade? Com partidos? Sindicatos?
9. Como foi a forma de organização do MPL e quais suas principais mudanças neste seu período de existência?
10. Qual a relação do movimento com alunos do ensino médio? E a relação com grêmios? E com o movimento estudantil
11. A mudança de pauta do Passe Livre para a Tarifa Zero significou mudanças de ação e organizativas do movimento? Quais?
12. É constante em relatos do movimento e de ativista a ênfase do movimento na forma de encaminhamento por consenso. Entretanto um movimento social é justamente o contrário do consenso político na sociedade – um movimento social é uma forma de confronto político. Não seria esta uma contradição da forma de organização do MPL? Como se dá o confronto político para dentro do movimento?

Bloco 3 – Sobre junho de 2013

Este conjunto de perguntas talvez não se aplique a alguns entrevistados por não fazerem parte do movimento em Junho de 2013.

1. Como era sua relação com o MPL-SP no contexto de junho de 2013?
2. Quais foram às inovações nas formas de ação do MPL-SP em junho de 2013?
3. Ocupar a Avenida 23 de maio, a Marginal Pinheiros e o terminal parque Dom Pedro significaria uma interação com a PM. Como o movimento esperava que fosse esta interação? Este movimento de reagrupamento quando da tentativa de dispersão pela PM foi planejado pelo movimento? Se sim como?
4. Como estas inovações de repertório de confronto e formas de organização foram criadas, discutidas, compartilhadas e aprendidas pelos ativistas?
5. Como foi tomada a decisão de realizar protestos próximos um do outro? Era consensual no movimento esta mudança em relação à jornada de 2011?
6. Quais as relações do movimento com partidos, sindicatos e o próprio governo em 2013?
7. Como foi pensada e planejada a relação com a tecnologia para o movimento fazer o confronto em relação ao aumento da tarifa? Existia apoio de entidades como o CMI?
8. Além do resultado de baixar a tarifa quais foram outros resultados desta jornada em sua perspectiva?

Bloco 4 - Perguntas específicas